



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
DOUTORADO EM PERFORMANCES CULTURAIS**

ANTONIO DE JESUS PEREIRA

**O MASSACRE DE ELDORADO DOS CARAJÁS/PA (1996-2019) E O
DESDOBRAMENTO DA LUTA DE CLASSES: NARRATIVAS DOS
SOBREVIVENTES E FORMAÇÃO POLÍTICA**

**GOIÂNIA
2020**



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO (TECA) PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a [Lei 9.610/98](#), o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo das Teses e Dissertações disponibilizado na BDTD/UFG é de responsabilidade exclusiva do autor. Ao encaminhar o produto final, o autor(a) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

1. Identificação do material bibliográfico

Dissertação Tese

2. Nome completo do autor

Antonio de Jesus Pereira

3. Título do trabalho

O massacre de Eldorado dos Carajás/PA (1996-2019) e o desdobramento da luta de classes: narrativas dos sobreviventes e formação política

4. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador)

Concorda com a liberação total do documento SIM NÃO¹

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante:

- a) consulta ao(à) autor(a) e ao(à) orientador(a);
- b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo da tese ou dissertação.

O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

Obs. Este termo deverá ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.



Documento assinado eletronicamente por **Márcio Penna Corte Real, Professor do Magistério Superior**, em 03/08/2020, às 13:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **ANTONIO DE JESUS PEREIRA, Discente**, em 04/08/2020, às 14:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1432052** e o código CRC **56228957**.

ANTONIO DE JESUS PEREIRA

**O MASSACRE DE ELDORADO DOS CARAJÁS/PA (1996-2019) E O
DESDOBRAMENTO DA LUTA DE CLASSES: NARRATIVAS DOS
SOBREVIVENTES E FORMAÇÃO POLÍTICA**

Tese de Doutorado apresentada à Universidade Federal de Goiás
como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em
Performances Culturais.

Orientador: Prof. Dr. Márcio Penna Corte Real

GOIÂNIA

2020

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Pereira, Antonio de Jesus

O massacre de Eldorado dos Carajás/PA (1996-2019) e o desdobramento da luta de classes: narrativas dos sobreviventes e formação política [manuscrito] / Antonio de Jesus Pereira. - 2020.
140 f.: il.

Orientador: Prof. Dr. Márcio Penna Corte Real.

Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Ciências Sociais (FCS), Programa de Pós-Graduação em Performances Culturais, Goiânia, 2020.

Bibliografia. Anexos.

Inclui lista de figuras.

1. Eldorado dos Carajás. 2. MST. 3. narrativas orais. 4. drama social. 5. performances culturais. I. Corte Real, Márcio Penna, orient.
II. Título.

CDU 316



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS

ATA DE DEFESA DE TESE

Ata nº 4 da sessão de Defesa de Tese de Antonio de Jesus Pereira que confere o título de Doutor em Performances Culturais, na área de concentração em Performances Culturais.

Aos sete dias do mês de julho de dois mil e vinte, a partir das quatorze horas, através de webconferência, realizou-se a sessão pública de Defesa de Tese intitulada “O massacre de Eldorado dos Carajás/PA (1996-2019) e o desdobramento da luta de classes: narrativas dos sobreviventes e formação política”. Os trabalhos foram instalados pelo Orientador Professor Doutor Márcio Penna Corte Real (UGF), com a participação dos demais membros da Banca Examinadora: Professora Doutora Luciene de Oliveira Dias (UGF), membro titular interno; Professor Doutor Roberto Abdala Júnior (UGF), membro titular interno; Professora Doutora Núbia Ferreira Ribeiro (UGF), membro titular externo; Professor Doutor José Paulo Pietrafesa (UGF), membro titular externo. Durante a arguição os membros da banca não fizeram sugestão de alteração do título do trabalho. A Banca Examinadora reuniu-se em sessão secreta a fim de concluir o julgamento da Tese tendo sido o candidato aprovado pelos seus membros. Proclamados os resultados pelo Professor Doutor Márcio Penna Corte Real, Presidente da Banca Examinadora, foram encerrados os trabalhos e, para constar, lavrou-se a presente ata que é assinada pelos Membros da Banca Examinadora.

TÍTULO SUGERIDO PELA BANCA



Documento assinado eletronicamente por **Jose Paulo Pietrafesa, Professora do Magistério Superior**, em 05/08/2020, às 11:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Márcio Penna Corte Real, Professor do Magistério Superior**, em 12/08/2020, às 16:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Roberto Abdala Junior, Professor do Magistério Superior**, em 17/08/2020, às 10:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Núbia Ferreira Ribeiro, Professor do Magistério Superior**, em 20/08/2020, às 14:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Luciene De Oliveira Dias, Professora do Magistério Superior**, em 20/08/2020, às 17:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1472780** e o código CRC **70060A05**.

Referência: Processo nº 23070.027301/2020-12

SEI nº 1472780

“A pedagogia dos aços –”

Pedro Terra

Trecho do poema

[...]

Há uma nação de homens
excluídos da nação.

Há uma nação de homens
excluídos da vida.

Há uma nação de homens
calados, excluídos de toda palavra.

Há uma nação de homens
combatendo depois das cercas.

Há uma nação de homens
sem rosto,

soterrado na lama,

sem nome,

soterrado pelo silêncio.

[...]

Dedico este trabalho aos meus pais, Maria Lúcia de Jesus Pereira e José de Mendonça Pereira, que me apoiaram e deram forças para continuar estudando. Também, a Antony Juan da Silva Pereira, que é muito importante na minha vida.

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, Prof. Dr. Márcio Penna Corte Real, pela disposição de tirar as minhas dúvidas e contribuir com a minha formação.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Performances Culturais, que mostraram interesse no meu processo de formação.

Aos colegas da primeira turma de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Performances Culturais, que demonstraram interesse pela minha pesquisa, em especial à Adriel Diniz dos Reis, que foi meu parceiro na universidade – um amigo, e a Samuel Ribeiro Zaratim pelas conversas.

À Profa. Marizete Rodrigues de Freitas, por ter me acolhido em sua residência no Assentamento 17 de Abril durante o trabalho de campo, além de ter sido responsável pela apresentação do presidente da associação dos mutilados, o que facilitou o contato com os sobreviventes do Massacre de Eldorado dos Carajás. Aproveito para lembrar o nome de duas pessoas importantes na minha jornada de trabalho de campo: William de Souza Saraiva, que é neto da Marizete, e na ocasião foi um parceiro na apresentação de alguns locais no Assentamento 17 de Abril. Também, sua tia Helena Rodrigues Saraiva, por sua gentileza e pelas conversas.

Ao Professor Dr. José Paulo Pietrafesa, pela contribuição na reflexão deste trabalho durante a disciplina “Educação, trabalho e movimentos sociais na contemporaneidade”, que fiz no Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás (FE/UFG), no primeiro semestre de 2017.

À Profa. Núbia Ferreira Ribeiro, por ter se colocado à disposição para contribuir com o meu processo formativo, que teve início com a sua participação na minha banca de Mestrado em Performances Culturais.

À Profa. Dra. Luciene de Oliveira Dias, pela contribuição neste trabalho com a reflexão e apontamentos necessários, além de ter aceitado participar da minha banca de defesa.

Ao Prof. Dr. Roberto Abdala Júnior, por ter aceitado participar da banca de defesa, além da contribuição neste trabalho com indicações de obras e textos que serão fundamentais para minha formação.

Ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), por lutar pela libertação de milhões de homens e mulheres do nosso País, além de ter me possibilitado conhecer

peças que serviram de inspiração e responsável pelas experiências adquiridas da luta social dos trabalhadores sem-terra.

Aos sobreviventes do Massacre de Eldorado dos Carajás, em especial os que aceitaram ser entrevistados para este trabalho, principalmente, àqueles que residem no Assentamento 17 de Abril, que me acolheram e incentivaram o desenvolvimento deste trabalho.

SUMÁRIO

RESUMO	12
ABSTRACT	13
INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO I: O CONTEXTO DA LUTA PELA REFORMA AGRÁRIA NO ESTADO DO PARÁ (PA): RESISTÊNCIA, AÇÃO COLETIVA E O MST	21
1.1 Razão histórica da luta de classes.....	21
1.2 Antagonismo social e a luta de classes	26
1.3 Surgimento da concentração fundiária: miséria dos trabalhadores do campo.....	31
1.4 Luta pela reforma agrária na Amazônia e no estado do Pará: oligarquia da região	35
1.5 Conflitos na região Amazônia e no estado do Pará (PA).....	39
1.6 Concepção de movimentos sociais e as lutas camponesas: surgimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST).....	46
CAPÍTULO II: MASSACRE DE ELDORADO DOS CARAJÁS E AS NARRATIVAS ORAIS: MEMÓRIAS, CONFLITOS E MAIS DE DUAS DÉCADAS (1996-2019) DA MORTE DE 19 TRABALHADORES SEM-TERRA	56
2.1 A história de vida dos sobreviventes antes do massacre de Eldorado dos Carajás.....	56
2.2.1 “Onde tudo começou”: trabalho de campo e o contato com os sobreviventes.....	58
2.2.2 Migração e inserção dos sobreviventes no MST	60
2.2.3 O que os sobreviventes dizem sobre o massacre	65
2.2.4 História dos sobreviventes: ausência de um corpo	75
2.3 O medo de um novo massacre e o trauma	77
2.3.1 A luta para o massacre não cair no esquecimento	80
2.3.2 O Estado e o massacre de Eldorado dos Carajás	83
2.3.3 O Estado e as alianças	88
2.4 Oziel Alves e formação da militância.....	90
2.4.1 O Monumento Eldorado Memória e a dimensão simbólica das narrativas.....	95
2.4.2 O drama social dos sobreviventes	98
CAPÍTULO III: DISCUSSÃO DO MASSACRE DE ELDORADO DOS CARAJÁS À LUZ DAS PERFORMANCES CULTURAIS E DRAMA SOCIAL	105
3.1 A contribuição das performances culturais na análise do episódio do massacre de Eldorado dos Carajás.....	105
3.2 As performances, as narrativas orais e o legado dos trabalhadores sem-terra.....	112
3.3 Luta de classes, cultura política do MST e o massacre de Eldorado dos Carajás	116
CONSIDERAÇÕES FINAIS	125
REFERÊNCIAS	129
ANEXO 1: ROTEIRO DE ENTREVISTA	136
ANEXO 2: PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP	137

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

- Imagem 1:** Local do ataque e da morte de 19 trabalhadores na “curva do s”, o memorial e os símbolos da luta dos sem-terra.....46
- Imagem 2:** Entrada que dá acesso ao Assentamento 17 de Abril (nome que faz referência ao dia do massacre de Eldorado dos Carajás).....59
- Imagem 3:** Memorial com os nomes das 19 vítimas do Massacre de Eldorado dos Carajás na “curva do s”, na PA 150.....64
- Imagem 4:** É o centro do memorial nas castanheiras na “curva do s”, na cidade de Eldorado dos Carajás.....70
- Imagem 5:** Castanheiras que simbolizam os 19 sem-terra assassinados em 1996, o monumento foi erguido em Abril de 1999, com a coordenação do educador Dan Baron.....96
- Imagem 6:** Local em que as mulheres e crianças se refugiaram no dia do massacre de Eldorado dos Carajás.....103
- Imagem 7:** Local em que as vítimas do Massacre de Eldorado dos Carajás foram homenageadas na “curva do s”.....125

**O MASSACRE DE ELDORADO DOS CARAJÁS/PA (1996-2019) E O
DESDOBRAMENTO DA LUTA DE CLASSES: NARRATIVAS DOS
SOBREVIVENTES E FORMAÇÃO POLÍTICA**

RESUMO

Neste trabalho analisou-se o contexto ligado à luta pela terra, no estado do Pará, no que diz respeito a um possível processo de acirramento da luta de classes, que influenciou o advento do Massacre de Eldorado dos Carajás, em 17 de abril de 1996, ocasião em que 19 militantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra foram mortos pela polícia. A partir da inserção acadêmica no campo de estudo das performances culturais, a pesquisa que deu origem a esta tese tomou como aporte teórico-metodológico o materialismo histórico e dialético – como teoria do conhecimento com a qual se privilegiou a noção de luta de classes e sua correlação com a questão agrária e os conflitos dela decorrentes, no país. Como procedimentos de investigação, priorizou-se a realização de 11 (onze) entrevistas com trabalhadores e trabalhadoras camponeses, ligados a esse movimento social, que sobreviveram ao Massacre. Essa articulação levou à hipótese de que as narrativas orais se constituem como expressão de um drama social e, ao mesmo tempo, como uma dimensão da formação política dos membros do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Esse percurso permitiu a análise e discussão das narrativas dos sobreviventes, como sendo representativas de um processo de acirramento da luta de classes, naquele estado, que tem como expressão o próprio massacre; mas, também, evidenciou parte do drama social que os trabalhadores rurais sem-terra vivem e demonstrou elementos de uma cultura política que contribuiu para a formação dos militantes desse movimento social.

Palavras-chave: Eldorado dos Carajás; MST; narrativas orais; drama social; performances culturais.

**THE MASSACRE OF ELDORADO DOS CARAJÁS/PA (1996-2019) AND THE
CONSEQUENCES OF THE CLASS STRUGGLE: NARRATIVES OF THE
SURVIVORS AND POLITICAL FORMATION**

ABSTRACT

This work analyzed the context of the fight for land in the state of Pará, concerning a possible raging process of class struggle that influenced the advent of the massacre of Eldorado dos Carajás on April 17, 1996, when 19 activists from the Landless Rural Workers Movement were killed by the police. From the academic insertion in the field of the study of cultural performances, the research that led to this thesis took as its theoretical and methodological support, the historical and dialectical materialism – as a theory of knowledge with which the notion of class struggle was privileged, and its correlation with the agrarian question and the resulting conflicts in the country. As investigation procedures, priority was given to 11 (eleven) interviews with male and female workers who are linked to this social movement and survived the Massacre. This articulation led to the hypothesis that oral narratives are an expression of a social drama and, at the same time, a dimension of the political formation of the members of the Landless Rural Workers Movement. This path allowed the analysis and discussion of the survivors' narratives, as representative of a process of intensification of the class struggle in that state, whose expression is the massacre itself. But it also highlighted part of the social drama that landless rural workers live in, and it demonstrated elements of a political culture that contributed to the formation of the militants of this social movement.

Keywords: Eldorado dos Carajás; oral narratives; social drama; cultural performances.

INTRODUÇÃO

Nesta tese¹ analisou-se o contexto histórico do episódio que ficou conhecido como o Massacre de Eldorado dos Carajás/PA, ocorrido em 17 de abril de 1996, como uma possível expressão do acirramento da luta de classes no Sudeste do estado do Pará. A pesquisa se deu por meio da descrição e análise das narrativas orais dos sobreviventes² do massacre, ocasião em que 19 trabalhadores sem-terra foram mortos pela polícia militar do estado. Como consequência da intervenção de 155 policiais militares em uma manifestação, dias depois vieram a óbito mais duas pessoas, chegando ao total de 21 vítimas. Em certo sentido, o presente trabalho é um desdobramento da pesquisa realizada durante o Mestrado em Performances Culturais da Universidade Federal de Goiás (UFG), que culminou na dissertação intitulada: *As linguagens presentes nas místicas do MST no processo formativo da militância orgânica* (PEREIRA, 2014). No segundo semestre do ano de 2013, durante a coleta de dados para escrever sobre as místicas do Movimento Sem Terra, em entrevistas feitas com militantes do movimento, começou-se a perceber que, talvez, a chacina da “curva do s”³ ocupasse um papel central nos seus depoimentos.

O massacre de Eldorado dos Carajás ocorreu quando cerca de 1.500 trabalhadores sem-terra ocupavam as terras e reivindicavam, junto ao poder público do Estado, agilidade no processo de desapropriação de terras ligadas ao complexo da Fazenda Macaxeira. Foi quando surgiu a intervenção da polícia, que resultou na morte de 19 trabalhadores, além de muitos feridos. O objetivo da caminhada era chegar à capital do Estado, mas foi interrompida no acampamento montado na região.⁴

O incidente se deu quando os sem-terra decidiram ocupar a pista (BR-155) para negociar com o governo. Eles pediam um ônibus e alimentação para os trabalhadores sem-terra, que pretendiam chegar à cidade de Belém (PA) para apresentar suas reivindicações ao poder público. Uma comissão de militantes do movimento entrou em contato com os governantes; no entanto, os representantes do estado abriram mão da negociação e acionaram a polícia militar para a desocupação da estrada. À noite, as vítimas foram identificadas e o resultado foi: 19 sem-terra tombados mortos e mais de seis dezenas de sobreviventes encaminhados às unidades hospitalares da região.

¹ Este trabalho contou com apoio financeiro Capes ao seu autor, na forma de bolsa de estudos.

² Quando nos referimos aos sobreviventes, estamos falando das pessoas que estiveram no momento em que ocorreu o assassinato de 19 trabalhadores na BR 155; no entanto, as entrevistas utilizadas neste trabalho foram de trabalhadores e trabalhadoras que ficaram feridos durante a ação dos policiais no dia 17 de abril de 1996.

³ O local da chacina de vários trabalhadores na BR-155, próximo à cidade de Eldorado dos Carajás-PA.

⁴ Devido às características do fato analisado, nesta tese optamos por manter a denominação massacre, conforme, inclusive, é usual entre os sobreviventes e como ficou conhecido.

Para falar do período que envolve duas décadas desde o massacre de Eldorado dos Carajás (1996-2016), foi necessário fazer uma síntese histórica desses acontecimentos no estado do Pará, da década de 1990 até os dias de hoje, o que possibilitou compreender o desenrolar dos fatos do dia 17 de abril de 1996 e perceber como vivem os sobreviventes do massacre. Após 20 anos do massacre surgiram perguntas, tais como: Em que medida o massacre de Eldorado dos Carajás na “curva do s”, como expressão da luta de classes no estado do Pará, é apropriado pelos trabalhadores rurais no contexto da luta pela terra? Como este episódio passou a ser significado para a discussão sobre a reforma agrária no Brasil, dentro do MST? Essas perguntas remeteram ao episódio e ao contexto da luta no estado do Pará e à análise das narrativas orais⁵ dos sobreviventes da chacina⁶. Eles vivem em uma comunidade⁷ ligada ao MST e são porta-vozes do massacre nos principais espaços de atuação do movimento. Desta forma, em síntese, esta tese visou compreender: se, e de que maneira, as narrativas orais dos sobreviventes do massacre, como expressão de um drama social, relacionam-se com a formação política dos participantes do MST?

Buscou-se, com isto, analisar o processo narrativo dos sobreviventes do massacre de Eldorado dos Carajás, procurando compreender se o contexto em que ocorreu está ligado a um possível processo de acirramento da luta de classes no Estado do Pará; e compreender se as narrativas orais que circulam nos espaços do MST contribuem para a formação de uma cultura política do movimento que pode representar o drama social que os sem-terra viveram a partir do dia 17 de abril de 1996, data do episódio do massacre de Eldorado dos Carajás.

As narrativas orais dos sobreviventes são elementos que possibilitaram pensar aspectos da cultura do MST. Na visão de Bosi (1992), a cultura aparece como o modo de viver, pensar e ser de uma formação social, de modo que um conjunto de elementos que fazem parte de uma cultura, dá forma a aspectos da vida de um grupo. Pode-se dizer que existe um modo de vida dos sem-terra, que orienta o processo de luta por justiça social.

Neste sentido, reportou-se ao filósofo alemão Walter Benjamin, em estudos como *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura* (1994) e *O*

⁵ As narrativas se constituíram como uma formação política; a luta de classes é uma formação política, isto se constitui como o problema da pesquisa, que será abordado ao longo do trabalho.

⁶ Os sobreviventes me concederam entrevistas no mês de outubro de 2017, ocasião em que foram realizadas 11 entrevistas, que foram usadas na elaboração da tese, as quais foram suficientes para compreender o modo de vida dos trabalhadores sem-terra e o Massacre de Eldorado dos Carajás (PA). Elas passaram por uma revisão ortográfica para se ter uma melhor compreensão, mas foi mantida a coerência e o sentido que os sobreviventes deram para entender o contexto social da luta pela terra e o MST.

⁷ Assentamento 17 de Abril, que foi desapropriado para os sobreviventes do dia 17 de abril de 1996, onde eles cultivam e têm melhores condições de vida no campo, embora prevaleçam as memórias das vítimas, das pessoas que ‘doaram sua vida’ para que outras famílias tivessem acesso à terra.

narrador (1985), visto o entendimento que as histórias de narradores têm início por meio de descrição do contexto, ou com informações dos fatos que irão contar para os ouvintes. É possível dizer que as narrativas partem de uma circunstância e surgem por meio da experiência, da história de vida e das lembranças que as pessoas viveram e vivem.

Além da abordagem de Benjamin (1994), a discussão sobre memória apoia-se no trabalho do sociólogo Michael Pollak, principalmente, no texto *Memória, esquecimento, silêncio* (1989). O autor discute a memória a partir da experiência de mulheres sobreviventes de campos de concentração. Da mesma forma, recorre-se ao sociólogo francês Maurice Halbwachs, com a obra *A memória coletiva* (1990), que trata da memória e sua relação com os acontecimentos passados, e de sua relação com o modo de vida de um grupo e/ou nação.

Os relatos que hoje circulam em diferentes espaços, bem como nas mídias digitais⁸, contribuíram para formar uma imagem do contexto da luta em Eldorado dos Carajás. Os relatos dos sobreviventes revelam aspectos do seu sofrimento e das marcas que ficaram após aquele acontecimento. As narrativas evocadas apontam para o “drama social” (TURNER, 1982; DAWSEY, 2005, 2006; 2011) que os sujeitos vivem e que faz parte do cotidiano dos sem-terra. Assim, trata-se de uma noção teórica fundamental para este trabalho. Por outro lado, as narrativas se fazem presentes em práticas, entendidas como performances culturais (SCHECHNER, 2006; ZUMTHOR, 2007), que dão novos sentidos e significados ao episódio, os quais são construídos pelos sujeitos na medida em que o evento é socializado entre os trabalhadores do campo. Esta socialização permitiu identificar como os sobreviventes representam o conflito que viveram, e que é constantemente atualizado por meio de suas narrativas, das suas práticas culturais e da luta contra o capital agrário. Ademais, o escritor e jornalista Eric Nepomuceno teve uma contribuição particular, pela aproximação temática que trouxe para as discussões com a obra *O Massacre – Eldorado dos Carajás: uma história de impunidade* (2007).

Em outra dimensão, Zumthor (2007) oportunizou reflexões sobre as performances culturais e a oralidade, o que foi ampliado com o estudo de Turner (1982) com as questões conceituais pertinentes à experiência e ao drama social. Além da contribuição dos teóricos mencionados, foi enfatizada a contribuição de Marx e Engels (1978; 1984; 1993; 1998; 2003) para refletir sobre o universo da luta de classes, trazendo esse debate para a compreensão da questão agrária no estado do Pará. Nesta dimensão, também nos valem dos estudos de José

⁸ Como, por exemplo, em: <http://g1.globo.com/pa/para/noticia/2016/04/ato-marca-os-20-anos-do-massacre-de-eldorado-dos-carajas-no-pa.html> e <https://anistia.org.br/noticias/massacre-de-eldorado-dos-carajas-20-anos-de-impunidade-e-violencia-campo/>. Acesso em: 24 de abril de 2016.

de Souza Martins, particularmente, o texto *Expropriação e violência: a questão Política no Campo* (1991), assim como do meu trabalho de mestrado *As linguagens presentes nas místicas do MST no processo formativo da militância orgânica* (PEREIRA, 2014), por permitirem abordar o contexto investigado e a formação da militância do MST.

No percurso de estudo e realização da pesquisa que originou esta tese, o materialismo histórico dialético apresentou-se como uma possibilidade teórico-metodológica com potencial significativo para as análises e discussões pretendidas. Isto porque, a partir do estudo de obras do sociólogo alemão Karl Marx, tais como *Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos*; *Miséria da filosofia*; *O capital: crítica da economia política* (MARX, 1993; 1978; 1988), assim como de textos publicados em parceria com o filósofo inglês Friedrich Engels, tais quais *A ideologia alemã* e o *Manifesto do Partido Comunista* (MARX; ENGELS, 1984; 1988), buscou-se uma teoria do conhecimento, visando a refletir sobre os conflitos pela terra no Estado do Pará.

De maneira geral, adotou-se como inspiração para a escrita do procedimento metodológico, a perspectiva da descrição densa, baseada em Geertz (2008), em *A interpretação das culturas*. Tendo como inspiração essa perspectiva, procurou-se compreender a história e a cultura dos trabalhadores, em face ao cotidiano dos sobreviventes, visando a entender como vivem e se relacionam com a perda de seus companheiros. Dessa forma, privilegiou-se como espaço de investigação o Assentamento 17 de Abril⁹, localizado na cidade de Eldorado dos Carajás, no estado do Pará, região Norte do Brasil.

O fato de o pesquisador ter estabelecido, anteriormente, contato com os militantes do MST no estado do Pará, contribuiu para a aproximação ao campo empírico. Este contato prévio, somado à experiência anterior de pesquisa obtida durante a realização da dissertação de mestrado em *Performances Culturais* (PEREIRA, 2014), possibilitou construir uma relação de pesquisa com sobreviventes – os quais também são chamados, por vezes, de mutilados¹⁰. Assim, no trabalho de campo, o contato com os sobreviventes redundou na realização de 11

⁹ Nome dado em homenagem aos trabalhadores que tomaram luta pela posse da terra no massacre de Eldorado dos Carajás.

¹⁰Essa expressão é comumente utilizada pelos sobreviventes do episódio em questão. No sentido que foi possível apreender ao longo deste trabalho, a expressão faz referência às marcas físicas e aos traumas psicológicos decorrentes daquele acontecimento. Nos depoimentos levantados, também foi possível perceber que alguns sobreviventes, em função disso, não dispõem de condições físicas ou mesmo psicológicas para realizar o trabalho na terra.

entrevistas¹¹, que contribuíram para compreender a dimensão de drama social por eles vivido. Para realizar essa análise, abordou-se a trajetória de vida dos sujeitos entrevistados¹².

Indiretamente, a discussão sobre a luta pela terra abriu margem para a reflexões sobre o MST e para se perceber sua atuação no estado do Pará. As divergências de projetos entre os sem-terra e os latifundiários acarretam disputas pela terra. Na medida em que as forças de mobilização do movimento cresciam na região de Marabá (PA), o MST começou a medir forças com os fazendeiros, visando o acesso à terra. Nepomuceno (2007) cita a década de 1990 como um marco do início da atuação do MST no estado do Pará. O autor aborda desde a primeira ação, em 1990, até as ocupações de áreas da Vale do Rio Doce (atualmente denominada Vale S.A.), como expressão da presença do MST no Pará¹³.

Como descreve Nepomuceno (2007), na tarde do dia 17 de abril, após poucas horas, viu-se o cenário de uma tragédia com relatos de mortes. Por outro lado, muitos sobreviventes foram feridos e alguns sofreram mutilações, que redundaram em sofrimento físico e psicológico. O autor ainda registrou que, após o disparo de tiros, a maioria dos sobreviventes teve ferimentos graves, sendo que dois deles, mesmo tendo sido hospitalizados, vieram a óbito dias depois.

Acontecimentos como esse passaram a integrar a luta do MST. Nepomuceno (2007) ainda observa que, entre os mortos, havia apenas homens, mas, entre os feridos, constavam também mulheres. Esse fato pode indicar que os homens foram o centro da operação policial. Diante disso, as narrativas orais apresentadas neste trabalho retratam os fatos ocorridos naquela ocasião.

Neste viés, quando os sujeitos narram acontecimentos como esse, criam um texto/uma história, que tem influência na ação e na comunicação imediata e, por isso, está aberta à interpretação do ouvinte/receptor. Diante disso, buscou-se detectar elementos presentes nas narrativas orais dos sobreviventes do massacre de Eldorado dos Carajás, como expressões de um possível acirramento da luta de classes na região Sul e Sudeste do Pará e de um drama social vivido por essas pessoas.

¹¹ O roteiro de entrevista aplicado está em anexo, ao final do texto.

¹² A nossa primeira estratégia para a realização das entrevistas visava às viúvas das vítimas que tombaram no massacre de Eldorado dos Carajás. No entanto, elas não conseguiam falar sobre o momento do massacre, por conta das dores provocadas pelas perdas dos seus entes queridos. Isso nos levou a mudar de público e, na ocasião, decidimos entrevistar os sobreviventes que tiveram sequelas. Sendo assim, começamos a buscar depoimentos dos mutilados, como ficaram conhecidos alguns dos sobreviventes, em função das marcas físicas decorrentes do episódio.

¹³ Empresa do ramo de mineração, a multinacional é uma das maiores do mundo na extração e importação de minérios.

Na comunicação viva¹⁴, a oralidade e o processo narrativo se tornam fundamentais para identificar valores sociais e políticos, atribuídos pelos sujeitos ao passado. Ademais, as narrativas que aparecem em determinados grupos sociais, como é o caso do MST, podem ser vistas como fenômenos culturais que podem ser analisados por meio das performances culturais. É possível compreender o universo social e cultural que aparece nas narrativas orais dos sobreviventes, e que passa a fazer parte da memória dos trabalhadores ligados ao MST.

O MST é um dos movimentos sociais que tem conseguido mobilizar os trabalhadores do campo, no Brasil. Embora existam outros movimentos que têm contribuído para a organização dos trabalhadores no país, a estratégia do MST é a de ocupar a terra e outros espaços públicos, para apresentar à sociedade reivindicação da reforma agrária.

Tendo em vista compreender os símbolos que circulam no MST por meio das narrativas dos sobreviventes, destaca-se o estudo das performances culturais, por sua ênfase interdisciplinar que analisa os objetos como fenômenos culturais. Para Camargo (2013), as performances culturais contribuem para compreender determinada produção cultural, sendo que por meio dela é possível compreender outras culturas. Nessa visão, as performances culturais são conceitos inseridos dentro de uma metodologia interdisciplinar. Trata-se, também, de uma metodologia de análise que procura, por meio de objeto ou fenômeno cultural, entender as contradições de uma determinada cultura.

Nas palavras de Camargo (2013), as performances culturais podem ser diversos eventos culturais, isto é, várias manifestações, artísticas ou culturais, como do teatro ou outro evento cultural, que necessita de uma audiência para ter significado. O processo narrativo surge como evento cultural, pois envolve a montagem de uma cena, o que se aproxima da situação das narrativas dos sobreviventes do massacre de Eldorado dos Carajás. Analisar a narrativa é um dos elementos que leva a compreender a construção de uma cena.

Neste caminho, o presente trabalho foi dividido em três capítulos que dialogam com o universo social da luta dos trabalhadores sem-terra, além de abordar as razões que influenciaram na ocorrência do massacre de Eldorado dos Carajás. As partes do texto se relacionam com o objetivo de abordar as histórias dos sobreviventes para compreender o contexto histórico da luta de classes no estado do Pará. Deste modo, no primeiro capítulo foi realizada uma abordagem teórica sobre a noção de luta de classes. Por outro lado, são apontados alguns dos conflitos em torno das disputas por terra na Amazônia brasileira, e discute-se o papel do estado em meio a esses conflitos.

¹⁴Esta expressão é usada por Zumthor (2007) para dar ênfase à performance e à oralidade, ressaltando que a escrita é considerada uma comunicação que não está aberta a novas interpretações, ao contrário da oralidade.

No segundo capítulo do trabalho foi desenvolvida uma reflexão a partir do trabalho de campo com os sobreviventes, apontando o drama social, o conflito e a luta pela terra no contexto de repressão dos trabalhadores no Sudeste do estado do Pará. Ao mesmo tempo, discute-se o universo da formação política dos sem-terra por meio das narrativas orais que circulam no seu universo.

No último capítulo se desenvolveu uma discussão teórica no âmbito das performances culturais, o que contribuiu para análise dos dramas sociais que os sobreviventes vivem e como as suas narrativas são expressão da luta de classes neste contexto. O último capítulo tratou, também, das práticas culturais e da cultura política do MST. Portanto, este trabalho desenvolveu uma reflexão sobre o drama social dos sobreviventes do massacre de Eldorado dos Carajás e sua relação com elementos pertinentes ao processo formativo dos trabalhadores ligados ao MST.

CAPÍTULO I

O CONTEXTO DA LUTA PELA REFORMA AGRÁRIA NO ESTADO DO PARÁ (PA): RESISTÊNCIA, AÇÃO COLETIVA E O MST

A análise do universo do massacre de Eldorado dos Carajás, por meio das narrativas orais dos sobreviventes, levou à reflexão sobre a luta de classes e sua relação com este conflito. A possibilidade de um acirramento da luta de classes, no estado do Pará, contribui para investigar dimensões desse episódio em discussão. Nesse sentido, recorreu-se ao materialismo histórico-dialético para discutir a relação da classe trabalhadora com a luta pela terra e, por consequência, a situação vivida pelos sobreviventes no campo.

1.1 Razão histórica da luta de classes

A luta de classes se desenvolve historicamente em determinadas condições, que envolvem a propriedade privada, a apropriação dos meios de produção e a exploração dos trabalhadores. A luta de classes é ligada à autonomia econômica e política de uma classe social em relação a outra, porque o modo de produção capitalista desenvolveu um tipo de relação social na sociedade capitalista. Neste sentido, Marx (1993, p.157) enfatizou que:

[...] a miséria do trabalhador aumenta com o poder e o volume da sua produção; que o resultado necessário da concorrência é a acumulação do capital em poucas mãos e, por consequência, um terrível restabelecimento do monopólio; e, finalmente, que a distinção entre capitalista e proprietário fundiário, bem como entre trabalhador rural e trabalhador industrial, deixa de existir e toda a sociedade se deve dividir em duas classes, os *possuidores* de propriedade e os *trabalhadores* sem propriedade.

Pode-se observar que essa dinâmica evidencia o confronto entre duas classes, a classe dominante e a classe trabalhadora¹⁵. Marx e Engels (1988, p. 81) afirmam que “[...] ser capitalista significa ocupar na produção não somente uma posição pessoal, mas também uma posição social”. A distinção entre capitalistas e trabalhadores fica evidente, na medida em que se constituiu com a propriedade privada, a divisão do trabalho e a exploração da força de trabalho dos assalariados. Nesse sentido, Marx e Engels (1984, p. 83) afirmaram que “[...] os indivíduos isolados só formam uma classe na medida em que têm de travar uma luta comum contra uma outra classe; de resto, contrapõem-se de novo hostilmente uns aos outros, em

¹⁵ No trabalho utilizamos expressões como: trabalhadores, sem-terra, operários, proletariado, lavradores etc. No entanto, de maneira geral, estamos nos referindo à classe trabalhadora e a sua posição frente à luta de classes. Por outro lado, quando tratarmos dos sujeitos do campo, falamos dos trabalhadores que vivem da agricultura familiar, do trabalho e da produção em pequena escala, que está relacionado à agroecologia, isto é, que faz parte do campesinato brasileiro.

concorrência”. Isso contribuiu para os conflitos que ocorrem na sociedade capitalista, ao mesmo tempo em que se estabelece uma relação de dominação. Marx e Engels (1984, p. 82) argumentaram sobre esses aspectos das relações sociais:

A própria burguesia só com as suas condições progressivamente se desenvolve, cinde-se de novo em diferentes frações segundo a divisão do trabalho, e acaba por absorver em si todas as classes possuidoras precedentes (ao passo que transformou a maioria das classes não possuidoras que encontrou e uma parte das classes até aí possuidoras numa nova classe, o proletariado), na medida em que toda a propriedade que encontrou é transformada em capital comercial e industrial.

Deste modo, a classe dominante produz as condições para angariar poder, entretanto, ela precisa explorar os trabalhadores, e isto é possível na medida em que os sujeitos são transformados em mercadorias. Neste sentido, a classe dominante se vale da força dos trabalhadores para produzir riquezas e se impor no âmbito da sociedade capitalista. Por outro lado, na percepção de Marx e Engels (1984, p.57), “[...] a existência de ideias revolucionárias numa época determinada pressupõe já a existência de uma classe revolucionária [...]”. A classe trabalhadora organizada pode mudar o modo de vida na sociedade capitalista, de modo a não prevalecer a relação de dominante e dominado.

Desta forma, a dominação e libertação são perspectivas conflitantes das relações sociais estabelecidas historicamente. Marx e Engels (1988, p.87) apontaram que:

[...] na luta contra a burguesia o proletariado é forçado a organizar-se como classe, se mediante uma revolução torna-se a classe dominante e como classe dominante suprime violentamente as antigas relações de produção, então suprime também, justamente com essas relações de produção, as condições de existência dos antagonismos de classe, as classes em geral e, com isso, sua própria dominação de classe.

Nesse caminho, na visão dos autores, a luta do proletariado teria a ver com dos antagonismos de classe, visando às relações sociais mais justas. Assim, Marx e Engels (1988, p. 87) afirmaram que, “em lugar da velha sociedade burguesa, com suas classes e seus antagonismos de classes, surge uma associação na qual o livre desenvolvimento de cada um é a condição para o livre desenvolvimento de todos”.

O sistema social criado pela sociedade burguesa tem suas origens no modo de produção feudal. Neste sentido, conforme as classes sociais se estabeleciam em disputa, o antagonismo deu lugar a uma situação baseada no modo de produção e seus desdobramentos na exploração social do trabalho. Conforme descrito por Marx (1978, p. 111), vimos que:

[...] para julgar corretamente a produção feudal, é preciso considerá-la como um modo de produção baseado no antagonismo. É preciso mostrar como a riqueza se produzia dentro desse antagonismo, como as forças produtivas se desenvolviam ao mesmo tempo em que o antagonismo das classes, de que modo uma das classes, o lado mau, o inconveniente da sociedade, ia sempre crescendo, até que as condições materiais de sua emancipação chegassem ao ponto de maturidade.

Esse caráter gera formas de produção e acumulação da riqueza e, por consequência, assimetrias, na medida em que a classe burguesa se tornou detentora privilegiada dos bens materiais. De acordo com Marx e Engels (1988, p. 77), “a condição mais essencial para a existência e a dominação da classe burguesa é a acumulação da riqueza nas mãos de particulares, a formação e o aumento do capital; a condição do capital é o trabalho assalariado”. Esse processo contribuiu para levar a maioria das pessoas, especificamente, aquelas que vendem a sua força de trabalho, a um estado de miserabilidade, sendo que “o trabalhador deve apenas ter o que lhe é necessário para querer viver e deve querer viver unicamente para isso ter” (MARX, 1993, p.211). Isto relaciona-se à concorrência entre os indivíduos, sendo que os trabalhadores são submetidos a péssimas condições de trabalho. Por esta razão, Marx e Engels (1988, p.77) inferiram que “o trabalho assalariado baseia-se exclusivamente na concorrência dos operários entre si”.

Essa dinâmica, aliada ao crescimento urbano, redundou em mudanças, como por exemplo, as terras cultiváveis foram transformadas em pastagens e áreas de plantio. Por seu turno, nas fábricas, os trabalhadores passaram a se organizar para reivindicar direitos e condições de trabalho, ao passo que foram submetidos ao modo de produção. É neste sentido que, para Marx e Engels (1984, p. 64), “o trabalho é aqui, de novo, o principal poder sobre os indivíduos, e enquanto este existir tem de existir também a propriedade privada”. Deste modo, a indústria é expressão da forma como a relação entre trabalho e propriedade privada gera relações de exploração.

Desta forma, conforme a classe burguesa se desenvolve, mais se acirra o conflito de classe. Para Marx e Engels (1988, p. 89), “[...] o que mais reprovam à burguesia é o fato de ter ela produzido um proletariado revolucionário, não o de ter produzido um proletariado em geral”. A classe trabalhadora pode contribuir para romper com a situação de exploração que ocorrem na sociedade capitalista, essas condições podem mudar com a organização dos trabalhadores no mundo. Como ressaltado por Marx e Engels (1988, p.86), “[...] o primeiro passo na revolução operária é a elevação do proletariado a classe dominante, a conquista da democracia (*die erkämpfung der Demokratie*).” Essa classe teria o potencial de transformação ao assumir os meios de produção. Nesta perspectiva, Marx (1978, p. 155) aludiu que:

Uma classe oprimida é a condição vital de qualquer sociedade baseada no antagonismo das classes. A libertação da classe oprimida implica, portanto, necessariamente a criação de uma sociedade nova. Para que a classe oprimida possa libertar-se, é necessário que os poderes produtivos já adquiridos e as relações sociais existentes não possam mais existir lado a lado. De todos os instrumentos de produção, o maior poder produtivo é a própria classe revolucionária. A organização dos elementos revolucionários como classe pressupõe a existência de todas as forças produtivas que podiam ser geradas no seio da sociedade antiga.

A classe trabalhadora poderia esgaçar esse conflito ao repudiar o estilo de vida que leva nas cidades, nas favelas, nas indústrias ou mesmo no campo. Desta forma, a classe oprimida se vê diante do embate da divisão do trabalho entre os que pensam e os que executam. Neste patamar, Marx e Engels (1988, p. 86) argumentaram que:

O proletariado utilizará seu domínio político para arrancar pouco a pouco todo o capital à burguesia, para centralizar todos os instrumentos de produção nas mãos do Estado, ou seja, do proletariado organizado como classe dominante, e para aumentar o mais rapidamente possível a massa das forças produtivas.

Assim, a classe trabalhadora se vê diante de um embate ideológico. E nesse sentido, Marx e Engels (1988, p. 77) enfatizaram que “[...] a luta do proletariado contra a burguesia é num primeiro tempo uma luta nacional. O proletariado de cada país deve evidentemente acabar antes de mais nada com sua própria burguesia”. Nesta perspectiva, ao longo deste trabalho, esta ênfase na teorização da política econômica, especialmente pelo diálogo com Marx e Engels, pretende dar prosseguimento à análise de um contexto em que a luta de classes ganha conotações particulares, no estado do Pará, que pode dizer respeito aos fatores que fazem com este seja um espaço caracterizado por conflitos na disputa pela terra, como foi o caso do massacre de Eldorado dos Carajás, em 17 de abril de 1996.

E para entender melhor o contexto da luta dos trabalhadores sem-terra contra o Estado e o governo da segunda metade da década de 1990, cabe uma breve definição destas duas categorias, uma vez que no desenvolvimento do trabalho iremos usar os dois termos, sendo que ambos dialogam na estrutura social e política. Porém, são duas coisas diferentes, como é definido por Rocha (2009, p. 140), que frisou que:

É comum e indevido confundir o Estado com o governo. O Estado é toda a sociedade política, incluindo o governo. O governo é principalmente identificado pelo grupo político que está no comando de um Estado. O Estado possui as funções executiva, legislativa e judiciária. O governo, dentro da função executiva, se ocupa em gerir os interesses sociais e econômicos da sociedade, e de acordo com sua orientação ideológica, estabelece níveis maiores ou menores de intervenção. Assim, governo também não se confunde com o poder executivo, este é composto pelo governo, responsável pela direção política do Estado, e pela administração, como

conjunto técnico e burocrático que auxilia o governo e faz funcionar a máquina pública.

E ainda sobre o Estado e governo, outro autor nos ajuda a distinguir ou entender a diferença entre as duas categorias, ao afirmar que:

Por **Estado** entende-se a unidade administrativa de um território. Não existe Estado sem território. O Estado é formado pelo conjunto de instituições públicas que representam, organizam e atendem (ao menos em tese) os anseios da população que habita o seu território. Entre essas instituições, podemos citar o governo, as escolas, as prisões, os hospitais públicos, o exército, dentre outras. (PENA, 2013. Grifo do autor).

A partir da percepção do autor (2013) e da abordagem de Rocha (2009), torna-se possível ter uma noção de Estado, como algo responsável pela organização de um espaço social, isto é, o Estado é constituído por várias instituições públicas responsáveis pela manutenção e organização da sociedade. No mesmo sentido, Rocha (2009, p 141) diz que “[...] o Estado é um conjunto de órgãos responsáveis pelo desempenho de suas funções.” (ROCHA, 2009, p. 141). Desta forma, o governo é uma das instituições que faz valer os anseios de uma população, isto é, tem o papel de administrar o Estado, conforme podemos observar a seguir.

[...] o **governo** seria apenas uma das instituições que compõem o Estado, com a função de administrá-lo. Os governos são transitórios e apresentam diferentes formas, que variam de um lugar para outro, enquanto os Estados são permanentes (ao menos enquanto durar o atual sistema capitalista). (PENA, 2013. Grifo do autor).

A política de controle do Estado, isto é, das instituições públicas, acaba servindo para determinada classe social resolver seus interesses, não funciona com intuito de suprir os anseios de todos os cidadãos, talvez porque no Estado existe uma oligarquia que influencia no controle do poder econômico e político, historicamente. Este é um dos principais fatores que está relacionado à luta de classes, o que contribui para os conflitos e a organização da classe trabalhadora.

A classe dominante se articula por meio da ideia de produzir, e quanto mais riqueza se produz na sociedade, mais se desenvolve o potencial de controle sobre os trabalhadores. Com isso, a miséria é uma das consequências do poder da burguesia. E o Estado, além de apoiar o capital, também apoia as ações dos latifundiários, quando se nega a resolver a situação dos sujeitos do campo. Para Althusser (1980, p. 31),

O Estado é uma “máquina” de repressão que permite às classes dominantes (no século XIX à classe burguesa e à “classe” dos proprietários de terras) assegurar a sua dominação sobre a classe operária para a submeter ao processo de extorsão da miséria (quer dizer, à exploração capitalista). (ALTHUSSER, 1980, p.31).

Na visão de Althusser (1980) o Estado é o sistema que faz valer os interesses da burguesia, por isso, ele não tem interesse em resolver os problemas dos trabalhadores do campo. No caso do massacre de Eldorado, o Estado não resolve os problemas dos sobreviventes, porque existem aparelhos ideológicos que sustentam o sistema para agir conforme os seus objetivos.

A luta de classes se constitui em torno do Estado, pois este não determina as ações por conta própria, mas por meio de um universo em que um sistema age por trás do Estado. A luta dos trabalhadores gira em torno da estrutura fornecida pelo Estado e a luta de classes se intensifica, já que não existe uma política que atenda aos interesses das minorias. Althusser (1985) discute que

Toda luta política das classes gira em torno do Estado. Entendemos: em torno da posse, isto é, da tomada e manutenção do poder de Estado por uma certa classe ou por uma aliança de classes ou frações de classes. Esta primeira observação nos obriga a distinguir o poder de Estado (manutenção ou tomada do poder de Estado), objetivo da luta de classes política de um lado, do aparelho de Estado de outro. (ALTHUSSER, 1985, p. 65).

As tensões ficaram nítidas na sociedade e o acirramento da luta de classes se tornou mais evidente na medida em que o Estado privilegia uma política que atende somente aos interesses da burguesia. Por outro lado, a maioria da população sofre com as decisões que são tomadas pelo poder público, as quais resolvem apenas as demandas dos poderosos. E o fato de o estado do Pará não atender aos anseios da população mais pobre, que os trabalhadores se organizam em movimentos sociais para lutar pelos seus direitos, é o caso dos sobreviventes do massacre de Eldorado dos Carajás, objeto de discussão deste trabalho.

1.2 Antagonismo social e a luta de classes

Para abordar o acirramento da luta de classes no estado do Pará é necessário discutir a situação a que os sem-terra têm sido submetidos no campo, e as obras de Marx (1978, 1984, 1988, 1993, 1998, 2003) apontam para elementos fundamentais na análise da luta de classes nesse contexto. Para Marx e Engels (2017, p.39), “[...] de todas as classes que agora enfrentam a burguesia, só o proletariado é uma classe verdadeiramente revolucionária. As outras classes degeneram e parecem com o desenvolvimento da grande indústria; o proletariado, pelo contrário, é seu produto mais autêntico”.

Por meio do estudo do materialismo histórico-dialético e de suas categorias (luta de classes, classe trabalhadora, trabalho etc.), é possível desenvolver uma síntese histórica do processo econômico que prevalece na sociedade capitalista. Pode-se compreender o papel

social da economia política e os significados para a vida em sociedade. Nesta perspectiva, Marx e Engels (2017, p. 33) destacam que:

Com o desenvolvimento da burguesia, isto é, do capital, desenvolve-se também o proletariado, ou seja, a classe dos operários modernos, que só podem viver se encontrarem trabalho, e que só encontram trabalho na medida em que este aumenta o capital. Esses operários, constrangidos a vender-se diariamente, são mercadorias, artigo de comércio como qualquer outro; em consequência, estão sujeitos a todas as vicissitudes da concorrência, a todas as flutuações do mercado.

Conforme o capital se desenvolveu na sociedade capitalista, ao mesmo tempo originou-se o proletariado. A classe trabalhadora tornou-se mercadoria para o capitalista, de modo que os trabalhadores foram submetidos às leis do capital. Desta forma, levou os sujeitos a se tornarem concorrentes entre si. Para Marx e Engels (2017, p. 42), “[...] o trabalho assalariado baseia-se exclusivamente na concorrência dos operários entre si”. Desta forma, quanto mais os indivíduos disputam sua entrada no mundo do trabalho, mais a concorrência define a sua existência como trabalhador, isto é, o salário que será pago para sua sobrevivência. Quanto a isso, Marx e Engels (2017, p. 36) argumentaram que:

Em virtude da concorrência crescente dos burgueses entre si e devido às crises comerciais que disso resultem, os salários se tornam cada vez mais instáveis; o aperfeiçoamento constante e cada vez mais rápido das máquinas torna a condição de vida do operário cada vez mais precária; os choques individuais entre o operário e burguês tornam cada vez mais o caráter de choques entre duas classes.

A classe trabalhadora entra em choque direto com a burguesia, principalmente, quando é obrigada a viver em determinada situação de exploração e submetida à condição de vida precária. Por outro lado, o capital transforma os trabalhadores em máquinas e mão de obra barata. Neste sentido, Marx e Engels (2017, p. 45) detalham que “[...] o trabalho do proletariado, o trabalho assalariado cria propriedade para o proletariado? De nenhum modo. Cria o capital, isto é, a propriedade que explora o trabalho assalariado e que só pode aumentar sob a condição de produzir novo trabalho assalariado, a fim de explorá-lo novamente”. Desta maneira, o capital se apropria cada vez mais da força de trabalho, que passa ser usada conforme o interesse da classe dominante. Neste contexto, Marx e Engels (2017, p. 36) falam que “os operários começam a formar uniões contra os burgueses e atuam em comum na defesa de seus salários; chegam a fundar associações permanentes a fim de se prepararem na previsão de choques eventuais”. Isso tem levado ao confronto entre trabalhadores e capitalistas, de modo que intensifica o acirramento da luta de classes, principalmente porque os trabalhadores almejam melhores condições de trabalho, além de educação, saúde etc.

A abordagem de Marx (1998) contribuiu para apreender a análise histórica da sociedade em seu tempo, e possibilitou ao autor refletir sobre o processo de desenvolvimento do modo de vida dos camponeses, do regime feudal, do processo de dominação e das formas de exploração ao longo da história. Neste contexto, Marx (1978; 1993; 1998; 2003; 2017,) investigou os processos que levaram à emergência da classe dominante, a partir de categorias pertinentes ao universo da luta de classe.

Neste caminho, os depoimentos dos sobreviventes do massacre citado são analisados no contexto da luta de classes, visando a compreensão do modo de vida e da luta dos trabalhadores ligados ao MST. Desta forma, nesta tese, procurei me ater ao modo de vida dos trabalhadores sem-terra e como as narrativas orais surgem em seus espaços de atuação. Mais do que isso, busquei entender como rememoram fatos, acontecimentos, e como expressam as dores vividas pelos sobreviventes.

A partir da dimensão da luta de classes e da violência no Sul e Sudeste do estado do Pará, Airton dos Reis Pereira, que é professor, historiador e agente da Comissão Pastoral da Terra/PA, no trabalho *Conflitos e violência nas disputas por terra no sul e no sudeste do Pará* (PEREIRA, 2015, p. 10), nos apresentou alguns dos acontecimentos que ocorreram no estado do Pará:

Embora não consta nos dados oficiais, muitos pistoleiros e diversos policiais e fazendeiros foram mortos no confronto com os trabalhadores rurais. Por exemplo, os pistoleiros Chapéu de Aço, Francisco Sales e Joaquinção (Joaquim Francisco dos Santos) morreram no confronto armado ocorrido no dia 19 de outubro de 1981 com os trabalhadores que ocupavam a Fazenda Tupã-Ciretã, em Rio Maria. E no confronto armado ocorrido no dia 17 de dezembro de 1984, entre pistoleiros da Fazenda Flor da Mata, município de Xinguara, e os trabalhadores que ocupavam esta fazenda, cinco pistoleiros foram mortos e seis outros saíram feridos. (CPT, FICHAS DE CONFLITOS).

Pereira (2015) demonstra o contexto de conflitos no campo e como esses se relacionam a um possível acirramento da luta de classes. No estado do Pará ocorreram diversos confrontos entre policiais e posseiros, entre os latifundiários e sem-terra, e, também, entre grandes e pequenos proprietários de terras. Isso contribuiu para as tensões no campo de várias naturezas, como acontecimentos no município de Rio Maria, nos quais houve mortos no confronto, conforme informado por Pereira (2015). Assim, o estado do Pará tem uma história de diversos confrontos em torno da disputa pela terra.

Neste trabalho nos referimos aos trabalhadores como categoria central, mas, por vezes, aparecem diferentes denominações mencionadas para designar os sujeitos que produzem a vida no campo, isto é, aqueles e aquelas que vivem do trabalho na terra, sendo este seu único

meio de sobrevivência. E para falar deste trabalhador do campo, mencionamos no texto categorias como: trabalhadores, sem-terra, colonos, posseiros, arrendatários, lavradores etc.; com isso, o nosso objetivo é falar do campesinato, dos sujeitos que vivem do que produzem na terra.

Se na área rural ainda há campesinato (s), nas suas mais distintas formas e designações (pequenos proprietários de terras, arrendatários, parceiros, foreiros, agregados, colonos, ocupantes, sitiantes, caipiras, sertanejos, extrativistas...), isso se deve à sua resistência social contra as mais distintas formas de violação da sua unidade de produção ou de extrativismo, desde a violência explícita exercitada por pistoleiros até as ameaças veladas; desde a formulação de políticas públicas que os submetem aos circuitos de comercialização e agroindustrialização sob o domínio da burguesia até a sua expulsão da terra pela conivência silenciosa entre interesses dos capitalistas no campo e setores das instituições públicas cooptadas pelo grande capital. (CARVALHO, 2015).

A noção de campesinato discutida por Carvalho (2015) nos conduz a uma visão de várias categorias de trabalhadores do campo. Eles, por sua vez, têm como fonte de subsistência a agricultura familiar e são aptos à agroecologia. Este trabalhador do campo é o camponês, que trabalha para ter a mesa farta, porque desenvolve a agricultura familiar com sua família, a produção de pequenas escalas, o suficiente para manutenção da vida no campo. É discutido por Wanderley (2014, p. 30) diz que:

[...] a palavra "camponês" carrega um forte conteúdo político, pois ela é frequentemente associada ao movimento camponês, que foi duramente perseguido, como "subversivo" pelos governos militares, que dirigiram o Brasil de 1964 a 1985. A busca de uma expressão politicamente mais "neutra" levou, nesse período, a que fossem adotadas, oficialmente, denominações como "pequenos produtores", "agricultores de subsistência", "produtores de baixa renda" que, além de imprecisas, carregavam um forte conteúdo depreciativo.

O que define o camponês é o trabalho na agricultura familiar. Ele sofre com o avanço do agronegócio e a expansão da propriedade privada. Diante desta situação, os camponeses resistem às formas de violência e de opressão que correm no campo, e isso contribui para dar visibilidade à cultura dos trabalhadores, por meio da agricultura familiar e a luta contra os projetos do agronegócio. É constatado por Wanderley (2014, p. 31) que:

Nos dias atuais, percebe-se a revalorização das categorias "camponês" e "campesinato". Isso ocorre, sobretudo, no interior dos próprios movimentos sociais, que as associam à profunda crítica aos processos da modernização conservadora e à crescente valorização das práticas agroecológicas. (WANDERLEY, 2014, p.31).

Ao lado da concentração fundiária existe um campesinato que resiste à força do capital, mesmo diante das formas de conflitos e a violência no campo. Pois a exploração e a expansão da propriedade privada esmagam os pequenos produtores que resistem no campo,

isto é, o trabalhador do campo, mesmo com todas as dificuldades, ainda resiste às opressões que o cerca.

É apontado por Wanderley (2014, p. 25) que:

Os recentes debates teóricos e políticos a respeito das categorias "campeinato" e "agricultura familiar" confirmaram a constituição de um setor de agricultores não patronais e não latifundiários, que exercitam formas próprias de viver e trabalhar, confirmada pelos dados do Censo Agropecuário de 2006. Os estabelecimentos agrícolas economicamente mais precários foram considerados, inicialmente, como uma "franja periférica", enquanto os programas territoriais os incorporaram na condição de "pobres do campo". A inclusão produtiva que corresponde a este tipo de agricultor deveria considerar sua histórica resistência como camponeses. (WANDERLEY, 2014, p. 25).

É neste contexto que a valorização dos camponeses e de sua luta ocorre diante da vontade de permanecer no campo e de produzir alimento para população do campo e da cidade. A produção do camponês é alicerçada nas práticas agroecológicas, diante da grande demanda de alimentos produzidos com auxílio de venenos, os quais prejudicam a saúde dos consumidores. É neste contexto que Wanderley (2014, p. 25) nos esclarece que:

A representação da agricultura brasileira associada a grandes propriedades monocultoras e agroexportadoras é fruto de uma "amnésia social" que nega a contribuição do campeinato para a sociedade. Definido como uma forma social de produção, ao campeinato corresponde a um modo de vida e à uma cultura. É necessário, pois, compreender as estratégias fundiárias, produtivas e familiares que favoreceram, no Brasil, a ocupação de espaços precários e provisórios ou a criação efetiva de comunidades camponesas com maior perenidade. A modernização da agricultura no século XX provocou a expulsão dos moradores e dos posseiros. Com a redemocratização, os movimentos sociais rurais reinscrevem no debate da sociedade a atualidade da questão fundiária e a pertinência das lutas pela terra.

Com o processo de modernização da agricultura ocorreram profundas mudanças a partir do século XX, além do avanço da propriedade privada ou concentração fundiária, o que também contribuiu para a expulsão de milhares de trabalhadores do campo. Ao lado disso, os movimentos sociais se mobilizaram e passaram a ter uma grande tarefa na sociedade capitalista, e de organizar a classe trabalhadora para reivindicar a democratização da terra.

Não obstante, a abordagem do materialismo histórico-dialético (MARX, 1978) ajuda a compreender a realidade da luta dos sem-terra, pois, no estado do Pará, ainda prevalece a política de um grupo de empresários que controlam a vida material, isto é, os capitalistas continuam detendo e controlando o poder econômico e político do Estado. Isso é consonante com o entendimento de Marx (1978, p. 155) de que

[...] o antagonismo entre o proletariado e a burguesia é uma luta de classe a classe, luta que, levada à sua mais alta expressão, é uma revolução total. Aliás, será de se

admirar que uma sociedade baseada na *oposição* das classes chegue à *contradição* brutal, a um choque corpo a corpo como última solução? (MARX, 1978, p. 155).

Diante da visão de Marx (1998), no que se refere à organização da classe trabalhadora, as ações do MST, por vezes, em parceria com outros movimentos sociais, aproximam-se do processo de luta contra o capital. E, diante deste contexto, os sem-terra vivem um drama social que gira em torno da luta pela terra e dos conflitos dela decorrentes.

1.3 Surgimento da concentração fundiária: miséria dos trabalhadores do campo

Neste momento será discutida a questão da concentração fundiária no estado do Pará, ao mesmo tempo em que se dará lugar ao debate sobre luta pela reforma agrária, além de dimensões da política e da economia que têm dominado a região Sudeste do Estado, durante décadas. É enfatizado o processo de migração de trabalhadores para região Amazônica. A questão agrária é um problema na sociedade capitalista, que motiva os sem-terra a se organizarem, o que leva a refletir sobre os movimentos sociais e o seu papel na construção de um projeto para a classe trabalhadora.

Neste contexto, Prado (1979, p. 18) refletiu que “[...] a miséria da população rural brasileira e o tipo de estrutura agrária do País, cujo traço essencial consiste na acentuação concentração da propriedade fundiária”. Essa situação, presente historicamente no país, tem levado a ocupações de terras por parte dos movimentos sociais, visando ao processo de reforma agrária. Neste viés, Adão Preto, agricultor que ficou conhecido como um dos fundadores do MST, se tornou um político brasileiro engajado na luta para resolver as questões agrárias, e também é autor do texto *25 anos de luta pela terra* (2009). O autor destaca (PRETTO, 2009, p. 7) uma visão de reforma agrária que poderia contribuir para equacionamento dessa questão:

A Reforma Agrária não é só dividir a terra. Eu tenho dito que ela é igual a uma feijoada. A feijoada, se se faz com feijão e água é uma feijoada, mas para ela ser boa, ser gostosa tem que ter tempero, orelha de porco... e aí ela fica saborosa. A Reforma Agrária também. Você pode fazer Reforma Agrária só distribuindo terras, mas só que não é viável. Então, para ela ser Reforma Agrária de verdade, tem que ter a terra, tem que ter a habilitação, tem que ter educação, tem que ter saúde, tem que ter tudo aquilo que o brasileiro tem direito. Ali é uma Reforma Agrária saborosa, gostosa e essa é a luta do MST.

Essa noção de reforma agrária reforça a compreensão de que a luta pela terra, por si só, não é suficiente para mudar a vida dos trabalhadores que vivem no campo. Isto porque a

reforma agrária demanda, além da distribuição de terra, outros elementos básicos (saúde, educação, escolas etc.) para a produção da vida desses trabalhadores no campo.

Por outro lado, Martins (1991) desenvolve a análise do contexto que influenciou a concentração fundiária no país. Para o autor, essa concentração se deu desde a Lei de Sesmarias, que influenciou um modelo de acesso à terra. Nesse sentido, os sujeitos e grupos com maior poder aquisitivo advindos das elites brancas, isto é, que se reivindicava como tendo ‘sangue limpo’, podiam herdar a propriedade de seus familiares. Os mestiços e os bastardos (filhos de brancos) não podiam herdar a terra, pois a sociedade não reconhecia isso como seu direito. Ao longo do tempo, quando os proprietários brancos não tinham herdeiros, a terra era devolvida à Coroa.

Por sua vez, João Pedro Stédile, que é um economista, escritor e ativista, e também um dos fundadores do MST, em textos como *Brava Gente: A trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil* (2005), reportou-se à formação desse movimento. E no trabalho *A questão agrária no Brasil: o debate na década de 1990* (2013), refletiu sobre desenvolvimento histórico desse cenário:

Desde a abolição da escravatura, o Brasil perdeu várias oportunidades históricas de resolver sua questão agrária, garantindo amplo acesso à terra para a população rural. Infelizmente, as elites dominantes, tradicionalmente piratas e irresponsáveis, sempre conseguiram bloquear as tentativas de solução propostas por uma minoria lúcida e responsável, que percebia claramente as consequências em longo prazo da brutal concentração dos recursos fundiários nas mãos de uma ínfima minoria de proprietários “devoradores de terras e de gente”. (STÉDILE, 2013, p. 149).

Ao retomar o contexto e a noção de concentração fundiária e a luta pela terra, Martins (1991, p. 64), esclareceu que “[...] num país em que a forma legítima de exploração do trabalho era a escravidão, e escravidão negra, os ‘bastardos’, os que não tinham sangue limpo, os mestiços de brancos e índias, estavam destituídos do direito de herança, [...]”. Ao mesmo tempo em que prevalecia essa lei na sociedade, os posseiros que foram excluídos no regime de sesmarias, que foi extinta em 1822, passaram a se deslocar em busca de novos espaços que pudessem ser ocupados. O mesmo autor (MARTINS, 1991, p. 64) diz que “[...] foram esses os primeiros posseiros: eram obrigados a ocupar novos territórios porque não tinham lugar seguro e permanente nos territórios velhos”.

Entre 1822 e 1850, após o regime de sesmaria, o novo regime de propriedade da terra se deu por meio do fator econômico, isto é, a Lei de Terras surgiu no Brasil, no contexto em que o único meio de conseguir a posse da terra era pela compra. Aquele que tinha condição ou poder econômico podia possuir a posse da terra, assim como hoje. Para Martins (1991, p. 65),

“[...] aqui as terras não eram e não são livres, mas cativas”. Desta forma, a Lei de Terras foi criada para beneficiar os interesses de alguns indivíduos, o que contribuiu para o processo de concentração fundiária e o início de uma estrutura social na qual os latifundiários controlam os meios de produção. É por meio deste raciocínio, que Pretto (2009, p. 9) afirmou que

Este mesmo latifúndio, hoje, se apresenta com uma roupagem moderna, chama a si próprio de Agronegócio. O que há de novo é que os velhos latifundiários agora estão aliados com grandes bancos internacionais. Os mesmos bancos que adquiriram agroindústrias, que controlam as sementes e os insumos, a comercialização e também a terra. A novidade é que a terra se tornou mais concentrada e... mais estrangeira! Entregaram grande parte de nosso território às estas empresas e bancos estrangeiros. O agronegócio é apenas isso, os velhos latifundiários controlados por bancos e empresas internacionais.

Neste caminho, Stédile (2013, p. 243) reforça que a questão da terra no Brasil é relacionada aos problemas pertinentes ao próprio desenvolvimento brasileiro:

A questão da terra representa de fato a dimensão da dramaticidade do problema global do modelo dominante do chamado desenvolvimento brasileiro. Não apenas a forma de apropriação, mas também o uso e a gestão dos recursos naturais necessários à produção agrícola, agroindustrial e industrial devem estar no centro dos projetos que visam à democratização da terra e das relações sociais. Significa, pois, que enfrentar a questão do monopólio da propriedade privada é vê-la também sob a ótica das questões socioambientais.

A questão da terra e o monopólio da propriedade privada desenvolveram-se, no Brasil, face a projetos de exploração dos recursos naturais e do controle da produção agrícola, e são fatores determinantes da concentração fundiária. Segundo o autor, essa situação poderia mudar se alterasse a dimensão da propriedade privada para a democratização e a gestão dos recursos provenientes da terra (STÉDILE, 2013).

A situação da luta pela terra no Brasil, sobretudo na região amazônica, levou, de certa forma, ao surgimento de movimentos sociais e ao debate sobre reforma agrária. Para Stédile e Fernandes (2005, p. 119), “[...] a luta pela terra se transforma em luta pela reforma agrária e, em consequência, num projeto político dos trabalhadores se estes, na sua luta, adquirirem consciência social para mudar a sociedade [...]”.

No cenário da concentração fundiária e da expansão da propriedade privada, na percepção de Pretto (2009), o sujeito social responsável pelo controle da terra ou da propriedade fundiária e dos meios de produção ainda continua sendo o mesmo, porém, com o tempo, se modernizou e ampliou a sua forma de explorar e controlar os trabalhadores. Ainda sobre a força de exploração dos latifundiários, Martins (1991, p. 123) esclarece que “[...] não

pode o capital se expandir se não separar o trabalhador da terra em que trabalha, se não reduzir o trabalhador a proprietário unicamente da sua força de trabalho”. Neste sentido, o capital se desenvolve ao largo de um processo de expropriação e exploração, que se aproxima ao exposto por Stédile e Fernandes (2005, p. 16):

Do ponto de vista socioeconômico, os camponeses expulsos pela modernização da agricultura tiveram fechadas essas duas portas de saída – o êxodo para as cidades e para as fronteiras agrícolas. Isso obrigou-os a tomar duas decisões: tentar resistir no campo e buscar outras formas de luta pela terra nas próprias regiões onde viviam.

A ocupação de terras no Brasil se deu em etapas: a primeira, por meio divórcio do trabalhador da terra, o que torna a terra um mero negócio: o trabalhador usa a terra como meio de trabalho, enquanto para os capitalistas é um meio para gerar lucros. Martins (1991, p.123) comentou que “[...] a terra era objeto de trabalho, meio para a produção de valores de uso, coisas úteis, como o arroz para a comida e o algodão para o vestuário. Já a outra forma de propriedade é mero instrumento para extorquir, explorar força de trabalho alheia, já que o trabalho é a única fonte do capital”. O fator econômico tem sido determinante na reprodução das injustiças sociais e dos problemas da disputa pela terra. Conforme Martins (1986, p.13), “[...] com a propriedade nas mãos de poucos ou com a concentração da propriedade, aparece a injustiça no campo, a injustiça social”.

Portanto, o surgimento de um projeto de reforma agrária, no país, relaciona-se à luta pela terra, como pode ser visto a seguir:

Nos fins década de 1980, a possibilidade da desapropriação das terras para fins de Reforma Agrária, levou os fazendeiros a se organizar para exercer pressão sobre o Governo e recorrer à ação direta contra os trabalhadores rurais. A contratação de pistoleiros e a utilização da Polícia Militar para a repressão a movimentos organizados intensificou-se a partir dos anos 10. (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, 1999, p. 9).

Neste contexto, a luta pela reforma agrária apresenta-se como possibilidade de resolução de problemas de trabalhadores do campo e da cidade. Neste sentido, Stédile Fernandes (2005, p. 159) argumentaram sobre o papel da distribuição de terras por meio da reforma agrária.

Nosso guru José Gomes da Silva não se cansava de repetir que a essência da reforma agrária é a distribuição da propriedade da terra, ou seja, a democratização da estrutura fundiária. Ele dizia que reforma agrária é sinônimo de desconcentração da propriedade da terra. Ora, fazer assentamento de algumas famílias, que podem ser milhares, não significa que se está afetando toda a estrutura da propriedade da terra, se ela não for massiva e rápida. Assim, o que existe no Brasil atualmente é uma política de assentamentos sociais, em que o governo federal e às vezes até governos estaduais, premidos pelos movimentos sociais, e para evitar que os conflitos de terra

se transformem em conflitos políticos, resolvem conseguir algumas áreas, seja de terras públicas, seja negociadas, seja desapropriadas, e assentar as famílias.

A dimensão de desapropriação de terra é vista como alicerce da democratização da estrutura agrária, pois compreende-se que, na medida em que ocorra a distribuição da terra e sejam implementadas políticas de ocupação e formação de assentamentos em diversas regiões do país, poderia se amenizar os conflitos no campo.

Neste sentido, os movimentos sociais reivindicam um projeto de reforma agrária, em que, segundo Stédile e Fernandes (2005, p. 160):

O [...] conceito de reforma agrária utilizado no Brasil seria o que os movimentos sociais, a Contag, o MST, as entidades que estão no Fórum Nacional de Reforma Agrária, enfim, as forças progressistas utilizam: considerar que o Brasil enfrenta um grave problema agrário que é a concentração da propriedade da terra, e que portanto, para resolver esse problema, é necessário realizar um amplo programa de desapropriações de terra, de forma rápida, regionalizada, e distribuí-la a todas as famílias sem terra, que são 4,5 milhões em todo o Brasil.

Assim, os movimentos sociais são agentes na mudança desse cenário que envolve a disputa pela terra e a reforma agrária, pois, como os autores (2005) enfatizaram, procuram desenvolver uma política de acesso e permanência no campo.

1.4 Luta pela reforma agrária na Amazônia e no estado do Pará: oligarquia da região

No estado do Pará foi organizada uma espécie de caçada aos posseiros e aos camponeses que almejavam se apropriar das terras da Amazônia, sendo que os conflitos se intensificaram durante o regime militar de 1964¹⁶. Mesmo antes do regime a região paraense era governada por um grupo de famílias conservadoras, que adotou políticas de manutenção e controle de terras na região amazônica. A exemplo, a região sudeste era dominada pela família Mutran desde início do século XX, e, como afirmaram Emmi e Marin (1996):

A oligarquia de Marabá – entendida como grupo controlador dos poderes político, econômico e sociais local, conserva na gênese de seu poder a propriedade da terra, associada aos interesses comerciais de exportação da castanha. Está constituída por

¹⁶ Foi o rompimento do regime democrático no Brasil, o país era governado, de forma democrática, pelo presidente eleito pelo povo João Goulart (conhecido como Jango). O regime teve início no dia 31 de março de 1964, quando os militares do país favoráveis ao golpe assumiram o poder, e durou até 1985. A ‘revolução de 1964’, como era chamada pelos simpatizantes do golpe, também foi visto como a ditadura dos militares e de uma parcela da sociedade, que apoiou a instauração do regime autoritário no Brasil. Entre os apoiadores, os ruralistas e a burguesia industrial deram forças para os eventos que ocorreram no País, com ações como, por exemplo, perseguição política e expulsão de camponeses de suas terras. Após mais de duas décadas de profunda transformação na política brasileira e na economia, foi eleito um novo presidente de forma indireta, quando Tancredo Neves foi proclamado o primeiro presidente desde 1964 – Citação elaborada parafraseando (POLITIZE, 2018).

grupos familiares que em diferentes épocas controlaram o poder. Assim, dos anos 1920 até mais ou menos o fim da década de 1940, esta dominação foi exercida pelo comerciante da castanha e secretário de governo, Deodoro de Mendonça e sua parentela. Esse grupo foi sucedido, a partir dos anos 50, por outro, composto por comerciantes, fazendeiros e exploradores de castanha, entre os quais se destacou o tronco familiar Mutran. (EMMI; MARIN, 1996, p. 55).

A partir dos autores citados, percebe-se que foi constituída uma oligarquia por décadas, no estado do Pará, sendo que ao longo do tempo grupos de famílias se alternavam no controle do poder político no Estado. Desta forma, os grupos que detinham o poder econômico detinham também o poder político e as condições de adquirir e controlar a propriedade privada, principalmente entre os anos de 1920 e 1940, período em que a economia girava em torno do comércio da castanha do Pará. Por outro lado, o poder da oligarquia de Marabá, cidade do sudeste do Pará, prevaleceu até o início da ditadura militar, mesmo com o advento das novas formas de economia que surgiram na Amazônia por meio de investimentos. Emmi e Marin (1996, p. 55) frisaram que:

A convergência dos processos de expansão do capital e da centralização autoritária está fadada a interferir profundamente na estrutura social e política de Marabá. Talvez a mais vital das interferências tenha partido da economia antes centrada no extrativismo vegetal. A mineração industrial e o garimpo, a pequena produção agrícola de proprietários autônomos (os colonos) e a pecuária vêm quebrar o quase exclusivismo da atividade de coleta da castanha. O comércio se ampliou, os bancos instalaram-se e um setor terciário emergiu independente da castanha. Com as empresas de mineração e de construção civil, além do garimpo do ouro "o dinheiro corre" na cidade de Marabá e a monetarização da economia parece generalizar-se. A construção da Transamazônica e a conclusão da rodovia estatal PA-70, hoje BR 222, abrem Marabá ao o tráfego rodoviário e permitem a entrada dos ônibus interurbanos e de transporte pesado. A introdução da colonização oficial em lotes de 100 hectares provoca uma enxurrada de imigrantes e inova um campesinato precário (porque não tem base estável) mas independente da oligarquia local que fica à margem de sua constituição.

Emmi e Marin (1996) descreveram que alguns acontecimentos, como a expropriação dos trabalhadores do campo, ocorreram com a expansão do capital, o que contribuiu para mudar a política de desenvolvimento da cidade de Marabá. Ao lado disso, o comércio de castanhas deu lugar para novas formas de exploração do trabalho, da natureza e dos recursos naturais, isto é, o sistema de exploração e a propriedade privada contribuíram para novas formas de desenvolvimento do estado do Pará. Em outras palavras, outros setores afastaram os Mutran e outros grupos do controle dos recursos naturais e da concentração fundiária. No entanto, isso afetou o poder público e a população de modo geral, que, além de lesada pela forma de exploração de suas forças de trabalhos, sofreram com a supervalorização das terras pela oligarquia de Marabá. Emmi e Marin (1996, p. 55) exemplificam que

Como consequência dessa diversificação, a função e o uso da terra deixam de ser associados prioritariamente ao extrativismo vegetal. As terras contíguas à Transamazônica são destinadas pelo Incra para propriedades agrícolas de pequenos produtores. A Sudam incentiva através de isenções fiscais a formação de grandes propriedades pecuárias. As mineradoras multiplicam os pedidos de alvará de lavra e a Companhia Vale do Rio Doce acaba recebendo do estado o controle sobre um extenso território. As transações públicas e privadas em torno da terra se multiplicam e, nesse processo, a terra é comercializada. Trata-se desta vez, da terra nua e não mais das benfeitorias. A terra torna-se mercadoria como qualquer outra.

A concentração fundiária era exercida pela família Mutran, que controlava a cidade de Marabá e a região sudeste paraense, perdurando mesmo com o surgimento de outros setores que assumiram o poder político do estado do Pará. A hegemonia dos Mutran foi uma ação do estado ditador que resistiu até a década de 1980, com o apoio de políticos (EMMI; MARIN, 1996). O domínio da família Mutran foi abalado com a perda de terra e de poder político no estado do Pará. Neves (2018, p. 76) frisou que “o número de ocupações dos castanhais na década de 1980 no Sudeste do Pará, por exemplo, aumentou consideravelmente, especialmente nas áreas sob o domínio dos Mutran no município de Marabá”. Um elemento que possivelmente afetou a hegemonia da família Mutran tem a ver com diversas ocupações que ocorrem na região Sul e Sudeste do estado do Pará, como provável expressão do acirramento da luta de classes. EMMI e MARIN (1996, p. 60) deram mais detalhes de como se deu a mudança no contexto do domínio fundiário:

No início da década de 80, a hegemonia da oligarquia castanheira foi sensivelmente abalada pela situação mais vantajosa do grupo do Major Curió em Marabá e pelo tipo de poder econômico e político que o sustentava. Todavia, ela tentará se rearticular para defender seu domínio fundiário e salvaguardar parcela do poder político conquistado.

No contexto da ditadura e do poder constituído, a família Mutran se organizou para manter o domínio fundiário, mas o cenário era outro, e o que lhe restou foi preservar a parcela de poder que havia conquistado até então. Vale ressaltar que, mesmo com as mudanças no regime de poder, a ditadura militar de 1964 apenas diminuiu o poder da oligarquia de Marabá, pois ela detinha o controle de alguns setores econômicos. No entanto, havia perdido sua capacidade de controlar o setor da economia e a política na região Sudeste do estado do Pará. Emmi e Marin (1996, p. 58) detalham que:

Houve, portanto, uma ruptura de relações de poder com o advento do regime militar, que se fez representar na região pela “Operação Amazônia” entre outras. A região de Marabá foi particularmente atingida por medidas especiais no movimento de federalização. O município foi cortado pela BR-230 e grande parte de suas terras ficou em áreas abrangidas pelo decreto nº 1164/71, incluindo-se nelas os latifúndios de grupos tradicionais, embora o decreto ressalvasse os direitos adquiridos e as

situações juridicamente constituídas", como é o caso de aforamento de castanhais. Em 1980, sem muita participação local, o decreto 1967 de 1º de fevereiro cria o Grupo Executivo de terras do Araguaia-Tocantins, Getat, diretamente subordinado ao Conselho de Segurança Nacional e com jurisdição em uma área de aproximadamente 200.000 km, compreendendo o sudeste do Pará, o extremo-norte do Goiás e o extremo-oeste do Maranhão. Esse órgão subordinou todas as demais instâncias fundiárias estatais, como a Coordenadoria Especial do Araguaia-Tocantins (Ceat-Incra), às Coordenadorias Regionais do Incra, aos projetos fundiários, e até, em certa medida, ao Instituto de Terras do Pará (Iterpa). A dependência do Conselho de Segurança Nacional identifica a polivalência de sua função, que abrange, ao mesmo tempo, os planos estratégico e econômico, penetrando, assim, no campo político.

A mudança no controle das terras amazônicas, principalmente do estado do Pará, ocorreu com as medidas de ocupação da Amazônia legal, pois a ditadura militar mudou o curso de exploração e controle de terra de grupos tradicionais. Por décadas alguns grupos se beneficiaram dos recursos naturais na região Sudeste do estado do Pará. Com o processo de intervenção militar, as mudanças atingiram vários setores e projetos dos latifundiários, sendo reivindicado, pelo poder constituinte, a implantação de um novo sistema de desenvolvimento – sendo que a “moda” na época era a criação de gado.

No período do regime militar, os trabalhadores e os militantes partidários se organizaram na luta contra os projetos da burguesia. Eles sofreram com a política e com o desenvolvimento do agronegócio na Amazônia, principalmente porque o objetivo era a expropriação e exploração dos posseiros. Neste sentido, Martins (1991, p. 119) esclareceu que

[...] a internacionalização da economia brasileira, o seu ajustamento à dinâmica das multinacionais, consumada pelo golpe de Estado de 1964, produziu a grave repressão política, a drástica intolerância ideológica que encaminhou para a clandestinidade as tendências político-partidárias opostas ao novo regime [...].

Os posseiros foram apoiados pelas lideranças religiosas e de esquerda, enquanto do outro lado estavam os capitalistas e os grandes proprietários de terra apoiados pelo Estado.

A ditadura militar no Brasil se configurou como o poder que permitiu o avanço da concentração fundiária. Martins (1986, p. 13) considera que, se a terra “[...] fica nas mãos de poucos, aumentam as demandas por um pequeno trato de terra, surgindo o conflito social, e com a demanda vêm as mortes e as violências de todo tipo”.

Entre o ano de 1971 e 1972, as atividades agrícolas de camponeses foram reduzidas no cenário nacional, sendo que o fim da cultura e da relação do trabalhador com a terra está ligado à substituição da agricultura familiar pelo aumento das pastagens. Ou seja, com o avanço dos investimentos na pecuária, os trabalhadores passaram a encontrar dificuldades de permanecer no campo (MARTINS, 1991). Foi neste cenário que ocorreu a expropriação e a

exploração dos indivíduos que moravam no campo; assim, os capitalistas mantiveram o controle dos meios de produção via concentração fundiária.

1.5 Conflitos na região Amazônia e no estado do Pará (PA)

A luta pela terra se deu em várias regiões do Brasil, no entanto, se intensificou mais na Amazônia, que recebeu um grande fluxo de contingência de nordestinos que migraram para o Norte do País. No contexto da concentração fundiária no Nordeste, o capital e os latifundiários expropriaram ou expulsaram milhares de posseiros e donos de pequenas propriedades para as cidades ou para outras regiões. Como pode ser lembrado em Marx e Engels (1984, p. 65), “[...] a separação de cidade e campo pode ser também tomada como a divisão de capital e propriedade fundiária, como o começo de uma existência e desenvolvimento do capital independente da propriedade fundiária, do capital, ou seja, uma propriedade que tem a sua base meramente no trabalho e na troca”. Isso demonstra a relação do capital com a propriedade agrária e a exploração de quem depende do trabalho para subsistir.

Neste viés, Martins (1991, p. 50) observou que “[...] há uma clara concentração da propriedade fundiária, mediante a qual pequenos lavradores perdem ou deixam a terra, que é o seu principal instrumento de trabalho, em favor de grandes fazendas”. Dessa forma, os trabalhadores, na medida em que perdiam o direito de trabalhar e tiveram negados o seu instrumento de trabalho – a terra, mudaram-se para as áreas urbanas, que se tornou o local de concentração de milhares de indivíduos. O citado autor ainda afirma que os “[...] lavradores e trabalhadores expulsos dirigiram-se em parte para as cidades, à procura de emprego, para constituir o chamado ‘exército industrial de reserva’ [...]” (MARTINS, 1991, p. 30).

Os trabalhadores que não ocuparam postos nas grandes cidades migraram para regiões em que ainda era possível fazer ocupações de terras, como na região amazônica, e, assim, constituiu-se um movimento populacional. Martins (1991, p. 73) diz que “[...] as crescentes tensões sociais na Amazônia estão diretamente relacionadas com a natureza dos movimentos populacionais produzidos pela estrutura fundiária brasileira”. Portanto, a corrente migratória que se dirigiu para o estado do Pará foi articulada em um processo de luta de resistência na Amazônia Brasileira, isto porque os nordestinos se concentraram na região, que se tornou palco da disputa pela posse da terra. É apresentado por Martins (1991, p. 74) que:

Do Maranhão, do Ceará, de Goiás e de Mato Grosso o fluxo se dirige fortemente também ao Pará. Essa corrente migratória do Nordeste dirige-se diretamente para o que é hoje uma das áreas mais tensas do país, [...]. Justamente nela, no sul do Pará e

no norte do Mato Grosso, está concentrada a maior parte das grandes fazendas de gado constituídas com os incentivos fiscais administrativos pela Sudam (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia).

A situação de tensão e os conflitos na região Amazônica foram constituídos por meio da implantação de projetos agropecuários, a maioria financiada por recursos de impostos, na forma de incentivos fiscais que o governo militar concedeu, visando a projetos de desenvolvimento da Amazônia. Neste patamar, Martins (1991, p. 45) assinala que:

Até julho de 1977, a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia havia aprovado 336 projetos agropecuários, nos quais seriam investidos 7 bilhões de cruzeiros. Dessa importância apenas 2 bilhões correspondiam a recursos próprios das empresas enquanto os restantes 5 bilhões (mais de 70% do total) eram provenientes do chamado incentivos fiscais.

Diante disso, a organização da classe trabalhadora deu lugar a novos conflitos, “[...] as forças armadas, de um lado, e os guerrilheiros, de outro, foram, no Araguaia, protagonistas de uma tensão muito mais profunda e ampla do que a sua mera expressão local.” (MARTINS, 1991, p. 118). O autor (*ibid*, p. 124) ainda enfatizou que

O processo de instalação da guerrilha do Araguaia ocorreu simultaneamente com o processo de instalação da agropecuária subvencionada e incentivada pela Sudam, respaldada pelo assim chamado Incra - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Portanto, ao mesmo tempo que um grupo, que afinal se constituiria de 69 guerrilheiros, integrava-se no mesmo local e nas mesmas condições dos posseiros, intensificaram-se as pressões pela expropriação de um grande número de lavradores.

Na década de 1970 o número de conflitos aumentou na região, sendo fator determinante a tentativa de ação revolucionária que afetava os interesses dos grupos dominantes. Como forma de repressão, os militares intensificaram o combate a grupos de guerrilheiros e posseiros. Neste sentido, percebe-se que:

A região de Marabá é a porta de entrada das terras da Amazônia. É lá que desembocam a ferrovia Carajás e as estradas que sobem de Tocantins (Belém-Brasília) e vêm de Imperatriz rumo à Transamazônica. É o desaguadouro de milhares de camponeses em busca da terra. Há ainda os contingentes atraídos no passado pela ilusão do garimpo ou de algum emprego na Cia. Vale do Rio Doce, que domina a exploração de minério. Milhões de hectares de terra desta região foram grilados, antes para a exploração de madeira e agora para algumas pastagens próximas às rodovias. (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, 1999, p. 9).

O estado do Pará, sobretudo, na região de Marabá, foi o local em que aglutinou um número significativo de trabalhadores do campo, tendo como único objetivo a terra como

meio de sobrevivência. Os sem-terra tiveram que se organizar para enfrentar uma série de desafios na região Sul e Sudeste do estado do Pará. Alianças foram formadas, visando a combater as formas de resistência dos sem-terra. Neste sentido, Martins (1991, p. 77) afirma que

No começo do mesmo ano, em Conceição do Araguaia, no sul do Pará, haviam sido arrolados 43 conflitos; em julho os conflitos chegaram a 55; em dezembro já somavam 78. É no sul do Pará, em particular, que as tensões são muito fortes, pois os lavradores, já cansados de migrar, resistem pacificamente à expulsão, na qual se empenham, numa estranha combinação, oficiais de justiça, soldados e jagunços dos próprios fazendeiros.

O confronto entre os militares e guerrilheiros do Araguaia no estado do Pará contribuiu para o aumento do índice de camponeses mortos na região. A aliança entre capitalistas e autoridades surgiu como forma de controlar a economia e a política local. Dessa forma, Martins (1991) aponta que a Guerrilha do Araguaia foi um mecanismo de luta contra a expropriação.

Neste contexto, os projetos subsidiados pela Sudam, que substituía a agricultura familiar pela grande área de pastagem, ou seja, pela criação de gado, impulsionou o confronto pela sobrevivência no campo. Para Martins (1991, p. 121), “[...] o chão que antes era do homem transforma-se no chão da vaca e do capital”. Assim, o próprio modo de vida dos sujeitos do campo foi impactado, na medida em que, ainda conforme o autor, essa “[...] transformações ocorridas na organização interna das grandes fazendas, como a substituição de lavouras por pastos, também lançaram um grande número de trabalhadores para fora da terra.” (MARTINS, 1991, p. 38). O fato de a região ter grandes extensões de terras contribuiu para que houvesse um grande número de conflitos. Yado e Romão (2011, p. 7) atestam que:

O Estado do Pará ocupa cerca de 16% do território brasileiro (260 mil quilômetros quadrados), possui uma população de seis milhões e seiscentos mil pessoas (um terço da população do estado de São Paulo). Assim, observamos o excedente de terras que esse estado possui, porém a sua situação não é tão favorável quanto à sua abundância de terras, uma vez que os conflitos relacionados à disputa por terra são fatos constantes nessa região do território brasileiro.

A abundância de terras ‘desocupadas’ na Amazônia passou a ser disputada pelas empresas e por latifundiários, mediante o incentivo do Estado por meio do aumento de recursos para a exploração da região e a implantação de projetos agropecuários, visando apenas ao lucro e atendendo aos interesses dos capitalistas. Em outras palavras, os projetos que chegaram à Amazônia por meio dos recursos/impostos do Estado serviram para a

exploração da Amazônia, sendo usados para atender aos interesses dos que tinham bens e dos que tinham condições de fazer investimentos no agronegócio. Por outro lado, os trabalhadores do campo ficaram esquecidos à margem da sociedade, não tiveram e ainda não têm acesso a determinados recursos para cultivar produtos com qualidade e sem agrotóxicos. Ainda sobre essa política de financiamentos de projetos, Martins (1991, p. 72) afirma que

A política de incentivos fiscais concedidos às empresas para que se estabelecessem na Amazônia ou para que desenvolvessem projetos de florestamento (ou reflorestamento) serviu para intensificar até brutalmente a tendência concentracionista da propriedade da terra, levando não só à ocupação rápida e em grande escala das áreas novas, mas também à expulsão de índios e posseiros.

Não obstante, conforme Martins (1991, p. 124), “[...] em toda tarde, em lugares muitíssimos distante de Xambioá ou Marabá, podia-se [...] observar a mesma resistência obstinada dos posseiros em deixar a sua terra, sua última esperança, sua ‘bandeira verde’ das profecias do Padim Ciço”. Nesse contexto, os trabalhadores se apegavam às forças divinas e buscavam se organizar para resistir às formas de expropriação, que surgiram no campo por incentivo do capital. Neste sentido, Martins (1991, p. 125) destaca que:

As opções e tendências do regime de 64 fizeram com que se encontrassem longe dos centros de decisão política e econômica um grupo de guerrilheiros do Partido Comunista do Brasil, erguendo a bandeira política da terra para quem nela trabalha e atuando no sentido de efetivar os seus princípios, e uma grande massa de posseiros submetida a um processo de expropriação de terras de trabalho.

O contexto social da luta de classes foi estabelecido pela oposição de interesses. Neste sentido, Marx (1998, p. 69) enfatiza que, “[...] a nossa época, a época da burguesia, distingue-se, contudo, por ter simplificado os antagonismos de classe. Toda a sociedade está dividida, cada vez mais, em dois grandes campos hostis, em duas grandes classes em confronto direto: a burguesia e o proletariado”. Dito isso, a classe dominante se opõe à classe operária, buscando manter determinada estrutura social, visto que, historicamente, já existia a divisão de classes diante dos interesses particulares.

Por outro lado, Martins (1991, p. 30) adverte que: “[...] o acirramento dos conflitos ultimamente não é um fato de ordem econômica, é um fato de ordem política. Nos últimos anos, a rapidez da expulsão foi tão grande que numa mesma geração há pessoas que foram expulsas umas dez vezes da terra e resolveram não sair mais”. Deste modo, a ditadura militar impulsionou os números de conflitos que ocorreram na Amazônia; a Guerrilha do Araguaia é uma expressão da tensão no Norte do País. O autor enfatiza, ainda, que “[...] dos conflitos

pela terra, ocorridos no país em 1976, 82% se deram na Amazônia. Do mesmo modo, 90% dos mortos nesses confrontos correspondem à região amazônica [...]. É clara a relação entre o incremento da ocupação empresarial da Amazônia e o crescimento dos conflitos.” (MARTINS, 1991, p. 77). Este processo em torno da questão agrária fica claro ao passo que:

O nível de expropriação foi tão longe que acabou produzindo um fato político que é a resistência. A política de incentivos aguça o interesse da grande empresa pela terra. Se a condição para receber o incentivo é ocupar a terra, então vamos ocupar. Entra em terra de índio, em terra demarcada, entra no que der! E tem que expulsar o pessoal violentamente, o que acaba produzindo reações. Isto está acontecendo com o posseiro, com o índio. (MARTINS, 1991, p. 31).

Por outro lado, na medida em que os sujeitos resistem em ficar no campo, a reação dos latifundiários é manifesta por meio da repressão. Isto porque, conforme vimos até aqui (PEREIRA, 2015, p. 11), “[...] a prática da violência dos proprietários e empresários rurais, por meio de suas milícias privadas, em vários casos, com participação direta de aparelhos de Estado, produziu diversas iniciativas de resistência dos trabalhadores rurais”. Nesta mesma linha, observa-se, em consonância com Martins (1991, p. 125), que o que está em pauta é a relação desses conflitos por terra com a luta de classes:

[...] há aí um novo e grave problema. Ou melhor, um velho problema agravado. É que os personagens dessa guerra não foram apenas os guerrilheiros e os militares, como mencionei acima por razões de exposição. Eles foram apenas a contrapartida necessária, nas circunstâncias, do verdadeiro conflito subjacente ao seu confronto: o conflito de classes entre posseiros-lavradores e grileiros-fazendeiros. Este era e continua sendo o conflito real, o verdadeiro problema de Xambioá, de Marabá, do Araguaia, de imensas regiões brasileiras.

Neste caminho, há uma expectativa, por exemplo, entre os movimentos sociais do campo, de que as tensões e conflitos por terra possam ser minimizadas por meio da reforma agrária de caráter popular, que não se restringiria à distribuição da terra, mas deveria criar formas de proteção dos trabalhadores (PRADO JÚNIOR, 1979). Não obstante, mesmo com a criação do Estatuto da Terra no período militar, a proposta de reforma agrária não avançou no Brasil. Para o que Martins (1991, p. 71) analisa que:

[...] o Estatuto somente prevê a desapropriação para efeito de reforma agrária em casos de tensão social ou para prevenir tensões sociais. A rigor, portanto, o Estatuto não é o instrumento de reforma agrária, mesmo no sentido reformista e limitado de instrumento de alteração da estrutura fundiária.

Como se pode observar, isso contribui para que a estrutura fundiária do país não tenha sido alterada significativamente.

O problema agrário brasileiro costuma vir à tona no âmbito governamental quando ocorrem conflitos entre os trabalhadores rurais e proprietários de terra. “Embora seja amplamente reconhecido, pelo próprio governo, que a maior parte da alimentação em nosso país é produzida por pequenos lavradores e não por empresas capitalistas, até hoje não se produziu uma política de incentivos fiscais ou de transferência de renda para esses produtores”, considera Martins (1991, p. 46).

Desta forma, a questão agrária ganha conotações problemáticas no país, no contexto do capitalismo, posto que, de acordo com Stédile (2013, p. 43):

A gênese do capitalismo no campo reside fundamentalmente na transformação da renda da terra (pré-capitalista ou já capitalista) em capital agrário, na colocação da renda da terra a serviço da acumulação do capital agrário (em vez de desviá-la para aplicações comerciais e/ou industriais).

É neste caminho que a reforma agrária se constituiu como um projeto que os movimentos sociais do campo assumiram no Brasil. Nesse contexto, Martins (2000, p. 13) pontua que: “[...] a questão agrária só se resolverá na mesa das boas intenções e do amor à pátria e ao povo, na renúncia aos particularismos, conveniências e imediatismos de instituições, partidos, grupos e pessoas”. Assim, a reforma agrária apresenta-se, como dito, como possibilidade de luta por justiça social. No entanto, segundo Comparato (2001, p. 116) há que se observar:

Uma ressalva faz-se necessária, contudo, pois apesar de grande parte da população brasileira ser favorável à reforma agrária, ela não está disposta a tomar iniciativas que a viabilizem, seja porque não a considera uma prioridade absoluta, seja porque não tem uma ideia clara do que é uma reforma agrária. No primeiro caso, de acordo com o qual a reforma agrária não é considerada prioridade, é importante lembrar que a questão da escravidão só foi resolvida no Brasil quando passou a bloquear o desenvolvimento de uma indústria nacional. No segundo caso, é preciso considerar que há vários projetos de reforma agrária, e que todos os que se dizem favoráveis a ela não concordam necessariamente com a reforma agrária pretendida pelo MST.

A reforma agrária como pauta de movimentos como o MST traz à tona a discussão sobre o próprio assunto de reforma agrária e de sociedade. Não obstante, Yado e Romão (2011) aludem possíveis obstáculos para o desenvolvimento deste projeto, especificamente, falando do Sudeste do estado do Pará:

Nessa parte do Brasil, em especial, os latifúndios são uma característica local, tais latifúndios atuam principalmente na extração de minérios, pastos, de plantações de soja, castanha-do-pará, nas carvoarias, nas siderurgias além da grandiosa Vale do Rio Doce. O gigantismo da Vale do Rio Doce é tão sólido que, mesmo instalada em Eldorado, nada do que acontece no estado atinge sua estabilidade. A história do Estado do Pará é escrita por vários pontos referentes ao elevado número de mortes ocorridas, mortes essas relacionadas com a disputa por terras. Entre os anos de 1980 e 1989, estudos comprovam que mais de uma pessoa morria por semana em decorrência das disputas por terra no Pará e, especialmente entre 1984 a 1985, os índices de morte por essa razão eram ainda maiores, uma morte a cada três dias, o que contabilizava mais de dez mortes a cada mês. Nos anos seguintes, encontra-se um tempo de quase paz – uma morte a cada quinze dias. Porém, entre os anos de 1994 e 2004, tornou-se o “principal produtor de mortos”, mais de 173 pessoas foram assassinadas, outras centenas viveram sob constantes ameaças de morte, e durante esses dez anos houve no Pará mais de 837 conflitos violentos ligados a questão da terra, acredita-se que todos tiveram origem a mando dos grandes latifundiários. (YADO, ROMÃO, 2011, p. 7).

Alguns dos casos mencionados pelos autores no estado do Pará, onde ocorreram episódios de conflitos em que trabalhadores foram mortos, por exemplo, em emboscadas realizadas pela polícia ou por milícias armadas, não são muito diferentes dos de hoje. Isto porque, para Campelo (2017), os dados da Comissão Pastoral de Terra (CPT) mostram que a violência no campo aumentou nos últimos anos, entre 2015 e 2016, a exemplo do massacre de Pau D’arco (PA)¹⁷, que vitimou uma dezena de trabalhadores. A autora encontrou semelhanças dessa matança com o massacre de Eldorado dos Carajás, tais como estarem ligados à ação de latifundiários e do Estado, sendo que ainda estão ligados à impunidade dos responsáveis por estes acontecimentos.

¹⁷ No mês de maio de 2017, na cidade de Pau D’arco, na região Sudeste do estado do Pará, ocorreu uma chacina que vitimou 10 trabalhadores rurais. As investigações da polícia atribuíram a culpa a 17 policiais do Estado, parafraseando Campelo (2017).

IMAGEM 1: Local do ataque e da morte de 19 trabalhadores na “curva do s”, o memorial e os símbolos da luta dos sem-terra



Fonte: Acervo do autor.

O massacre da “curva do s”, além de fazer parte do processo de luta de classes, é a marca de uma sociedade desigual e, portanto, baseada na assimetria entre grupos sociais no acesso às riquezas, entre elas, a terra. É neste contexto que se insere a luta dos movimentos sociais, indo contra os projetos do capital na região, assim como no país, conforme se dará curso na continuidade da discussão.

1.6 Concepção de movimentos sociais e as lutas camponesas: surgimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST).

Neste momento, discutiremos o papel político dos movimentos sociais e a sua correlação com a luta de classes. Assim, as discussões de Scherer Warren (1987; 2006), Alonso (2009), Barker (2014), Ribeiro (2012), Arroyo (2012), Gohn (2016), Antunes (1999) e outros, ajudam a pensar na dimensão social do acirramento da luta de classes face ao objeto de estudo e ao projeto dos movimentos sociais contra o capital.

Neste caminho, nota-se que, em geral, os movimentos sociais desenvolvem formas de organização e de luta em torno de projetos de vida e de sociedade. Percebemos que os movimentos se articulam por meio de um universo educativo, que potencializa a luta e a práxis social. É possível dizer, então, que os movimentos sociais possuem uma dimensão educativa. Tal ênfase pode ser vista em Gohn (2016, p. 9) quando destaca que: “[...] todos os

movimentos sociais sempre têm um caráter educativo”. Esse caráter, portando, é parte do cotidiano e da práxis dos movimentos sociais e se dinamiza nas suas ações coletivas.

Na visão de Warren (1987), os movimentos sociais desenvolvem ações em grupos que possibilitam uma transformação, ou criam uma cadeia de transformações sociais por meio de uma práxis que orienta uma direção consciente do avanço das lutas. E, neste sentido, a autora aprofunda essa perspectiva de análise ao inferir que:

[...] movimentos sociais como uma ação grupal para transformação (a práxis) voltado para a realização dos mesmos objetivos (o projeto), sob a orientação mais ou menos consciente de princípios valorativos comuns (a ideologia) e sob uma organização diretiva mais ou menos definida (a organização e sua direção). (WARREN, 1987, p.20).

As atividades políticas de um movimento social podem conduzir seus participantes a processos de formação, na medida em que estes são inseridos no universo social e político. A práxis social fortalece formas de atuação dos movimentos sociais, pois dá uma direção para as ações dos sujeitos. Isto pode ser compreendido melhor nas palavras de Warren (1987, p. 20), quando detalha que: “[...] forma de organização, ideologia e projeto dos movimentos sociais formam, com efeito, um conjunto sintético na configuração da práxis social, ou seja, do movimento propriamente dito”. O que nos leva pensar na possibilidade de essa práxis contribuir para a formação de uma consciência de classe.

A reflexão sobre consciência e o processo de transformação social se desdobra no que Warren (1987, p. 32) considerou ao dizer que “[...] a noção de alienação, expressão do peso da estrutura sobre o homem, vai dando lugar assim à busca de uma consciência de classe e da práxis social, expressando a possibilidade da ação humana consciente de interferir nos rumos da transformação social”.

Neste viés, Barker (2014, p. 30) ponderou que o: “[...] verdadeiro sentido de ser parte de “um movimento” é uma realização aprendida coletivamente que implica uma visão do mundo mais ou menos móvel e aberta à transformação”. Deste modo, existe uma aprendizagem coletiva que é socializada pelos sujeitos que fazem parte de uma organização social, pois uma visão de mundo está inserida dentro de uma dimensão política e cultural. Barker (2014, p. 30) enfatizou, ainda, que “[...] o conteúdo da aprendizagem nos movimentos, boa parte da atenção tem se dirigido para o estudo das questões referentes às táticas, ou repertórios de contenção, [...]”. A formação faz parte da luta dos movimentos sociais, que formam os sujeitos por meio do universo social e cultural do povo; o repertório de experiências e de acúmulo de conhecimento está vinculado a uma memória social.

A despeito da colocação acima, vimos, de acordo com Pollak (1989, p. 9), que:

A memória, essa operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar, se integra, como vimos, em tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades de tamanhos diferentes: partidos, sindicatos, igrejas, aldeias, regiões, clãs, famílias, nações etc. A referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementariedade, mas também as oposições irredutíveis.

A memória é formada por um conjunto de acontecimentos que leva os indivíduos a fazer interpretações do passado e a compreender o perfil de um grupo (POLLAK, 1989), além de possibilitar a sua coesão. Daí que a memória pode ser relacionada à formação de uma coletividade. Nesta linha, a memória pode contribuir para a compreensão do processo de luta do MST.

Para Barker (2014), a formação é um processo contínuo diante de um repertório de ações que potencializam a luta e a identidade dos movimentos sociais. Desta forma, eles constituem uma cultura política que faz parte de uma visão de mundo que permite rituais e circulação de símbolos que orientam ações coletivas ou individuais. É por isso que Alonso (2009, p. 80) analisou que “[...] as mobilizações políticas seriam assim rituais de encenação e atualização de significados socialmente compartilhados”. Isto quer dizer que a cultura de uma classe social está impregnada por uma ação política, diante de um repertório que faz parte de uma memória social. E diante desta reflexão sobre memória social e coletiva, Halbwachs (1990, p.51) frisou que:

[...] a memória coletiva tira sua força e sua duração do fato de ter por suporte um conjunto de homens, não obstante eles são indivíduos que se lembram, enquanto membros do grupo. Dessa massa de lembranças comuns, e que se apóiam uma sobre a outra, não são as mesmas que aparecerão com mais intensidade para cada um deles. Diríamos voluntariamente que cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda conforme o lugar que ali eu ocupo, e que este lugar mesmo muda segundo as relações que mantenho com outros meios.

A memória individual está ligada diretamente ao contexto de acontecimentos coletivos, sendo que cada sujeito ocupa um lugar na memória coletiva (HALBWACHS, 1990). Este contexto contribuiu para refletir sobre o universo das lembranças significativas da vida dos sem-terra, além de reforçar que o acontecimento do massacre se tornou algo que determinou a cultura e o lugar do grupo na luta de classes.

Em decorrência do que vimos discutindo, para compreender a luta e o acirramento da correlação de forças e as tensões que ocorreram e ocorrem entre os trabalhadores sem-terra e

os latifundiários, é necessário desenvolver esta reflexão a partir da análise do contexto do avanço e da luta do MST, porque alguns acontecimentos se relacionam diretamente com a sua ocorrência. Seria o caso, por exemplo, de observarmos a migração de trabalhadores e a concentração de famílias nas cidades próximas à Serra Pelada; e considerar que o ouro do garimpo levou um número significativo de trabalhadores para o sul e o Sudeste do estado do Pará, o que desencadeou o aumento de pessoas desempregadas após o fechamento do garimpo (GLOBO, 2013).

Neste contexto, Arroyo (2012, p. 84) esclarece que “[...] os movimentos sociais e os trabalhadores se confrontam com a burguesia agrária, com o agronegócio exportador e com o Estado que privilegia esse projeto e secundariza a reforma agrária [...]”. Isso nos faz pensar que o Movimento Sem Terra surge como uma força de contra hegemonia, que determina o futuro e as condições de vida da classe trabalhadora. Na mesma perspectiva de reflexão, Arroyo (2012, p. 87) apontou que “[...] lutas por terra, território, vida, trabalho, identidades culturais são lutas por humanização contra o modelo capitalista modernizador do campo, entendido como sobre-exploração da terra e do trabalho para o lucro exportador e a exploração dos povos do campo como mercadorias”. Diante disso, a luta pela terra se apresenta como uma das várias dimensões de enfrentamento do capital e suas formas de exploração, conforme já apontamos e iremos discorrer ao longo do trabalho.

É oportuno fazer uma consideração sobre o surgimento do MST no contexto histórico das lutas camponesas, inclusive, destacando as contribuições de outras entidades para sua constituição. Neste sentido, os trabalhos de Roseli Salet Caldart, doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), autora de *Pedagogia do Movimento Sem Terra* (2004) e do texto *O MST e a formação dos Sem Terra: O Movimento Social como princípio educativo* (2000), que contribuem com a reflexão sobre a relação educação e movimentos sociais. A autora integra o coletivo do MST e é membro da coordenação de cursos de licenciaturas do Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária (ITERRA). Ao refletir sobre a luta no contexto do MST, Caldart (2004, p. 337) detalha que:

A luta pela terra no Brasil é, em si mesma, contestadora da ordem social, dada a profunda identificação dessa ordem com a concentração de terras e com a cultura do latifúndio; mas o sujeito da luta pela terra não é necessariamente um contestador social, à medida que pode entrar na luta movido apenas por uma necessidade pessoal ou familiar de garantir sua própria sobrevivência. Esse mesmo sujeito pode tornar-se um lutador da Reforma Agrária e também um cidadão preocupado com o destino histórico de seu país, dispondo a contestar não apenas situações particulares mas também os valores e as convicções que movem as definições de destino.

Assim, o MST nasceu da indignação dos camponeses, que não encontraram soluções para sobreviverem na estrutura fundiária do país. Para Stédile (2013, p. 327), “a luta pela terra, em rápido crescimento, deu origem ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que se constituiu como organização autônoma em 1985”.

Em relação ao papel ocupado atualmente pelo MST, Pretto (2009, p. 8) contextualiza que:

Hoje, o Movimento Sem Terra é o mais antigo movimento social camponês a sobreviver na História do Brasil. Mas seríamos estes injustos se considerássemos este feito como mérito apenas nosso. Talvez, a semente para o surgimento do MST já estivesse aqui, quando o primeiro invasor português tentou se apropriar das terras coletivas e comuns dos indígenas. Ou quando o primeiro índio se levantou contra esta injustiça. Talvez, a origem do MST esteja no sonho da Terra sem Males dos Guaranis e no exemplo de Sepé Tiarajú. Na resistência de milhares de quilombos. Ou na experiência coletiva de Canudos. Na indignação organizada de Contestado. Como imaginar o Movimento Sem Terra hoje sem a experiência e a luta das Ligas Camponesas e do MASTER na década de 60? Nos reconhecemos como herdeiros de todos e todas que um dia se insurgiram contra esta injustiça que é transformar um bem da natureza, a terra, em mercadoria a serviço de poucos.

Com a origem da luta do MST, foram incorporando as experiências de vários movimentos sociais e de lutas, que inspiraram as formas de resistência dos trabalhadores que lutam pela terra. É por esta razão que Pretto (2009) citou os principais elementos e situações que influenciaram a reorganização dos sem-terra e reacendeu a luta pela terra no Brasil, principalmente, porque teve o legado de movimentos que lutaram contra as injustiças sociais (PRETTO, 2009). Esta é a herança social e cultural que surgiu na década de 1960, ou antes, e que fortaleceu o MST como um movimento social que ficou conhecido em todo o País.

A ditadura militar instalada no país na década de 1960 também foi um marco na concentração de terras. Mesmo antes da ditadura existiam movimentos que atuavam na luta pela reforma agrária, como o MÁSTER – Movimento dos Agricultores Sem Terra, fundado no ano de 1958 (STÉDILE; FERMANDES, 2005), que se afirmou como movimento social até ser desarticulado, em 1964, pelo regime militar. Nesta perspectiva, Stédile (2013, p. 327) relata que:

As lutas dirigidas por estas entidades eram motivadas pela reação das massas de pequenos agricultores contra o processo cada vez mais acentuado de empobrecimento do qual eram vítimas, e apoiavam-se na ampla legitimidade conquistada por todos aqueles que lutavam contra a ditadura militar, pela restauração da democracia e, no interior destas lutas, pela legitimidade pública conquistada pelos movimentos populares de base. As classes dominantes, e entre elas a própria burguesia agrária, encontravam-se em defensiva, devido à sua vinculação explícita com o regime militar e a ditadura política por ele patrocinada. (STÉDILE, 2013, p. 327).

Entende-se, assim, que o MST constituiu uma base responsável pela implementação de um projeto para os pequenos agricultores e, portanto, de qualquer forma de acesso à terra ou desenvolvimento da agricultura familiar. Este movimento constituiu-se como uma organização que dá continuidade a lutas antepassadas, que marcaram o Brasil desde os tempos de colonização. Na compreensão de Stédile e Fernandes (2005, p. 12) vimos que:

[...] o MST é a continuação de 500 anos de luta pela terra. São cinco séculos de luta contra o latifúndio. É uma história camponesa, de famílias que estão lutando para entrar na terra, para trabalhar, para viver com dignidade. Constroem experiências de organização do trabalho e da produção, procurando enfrentar o modo capitalista de produção, resistindo à exploração e à expropriação. Executam experiências de desenvolvimento e de solidariedade, da mesma forma como criam uma mística em que acreditar no futuro é saber resistir no presente.

Nesse panorama, a Comissão Pastoral da Terra, organizada no ano de 1975, em Goiânia (GO), pela ala progressista da Igreja Católica, que resistia à ditadura, contexto que levou ao surgimento da CPT, foi muito importante para as lutas camponesas; no primeiro momento reuniu os bispos da região Amazônia, tendo como referência a Teologia da Libertação (STÉDILE; FERNANDES, 2005). A CPT assumiu durante alguns anos a luta dos trabalhadores no Brasil, e por sua ligação com a igreja católica teve sua exposição limitada. Diante disso, a liderança da CPT e outras entidades sentiram a necessidade de forjar uma nova organização que sustentasse a luta dos trabalhadores rurais em todo o país. Como argumentou Stédile e Fernandes (2005, p. 20):

[...] com o surgimento da CPT, é o pastoral. Penso que é um elemento importante de aplicação prática do que foi o Concílio Vaticano II e das outras encíclicas progressistas que o seguiram. E que, de certa forma, acabou sendo expresso pela Teologia da Libertação. A CPT foi a aplicação da Teologia da Libertação na prática, o que trouxe uma contribuição importante para a luta dos camponeses pelo prisma ideológico. Os padres, agentes pastorais, religiosos e pastores discutiam com os camponeses a necessidade de eles se organizarem. A Igreja parou de fazer um trabalho messiânico e de dizer para o camponês: “Espera que tu terás terra no céu”. Pelo contrário, passou a dizer: “Tu precisas te organizar para lutar e resolver os teus problemas aqui na Terra”. A CPT fez um trabalho muito importante de conscientização dos camponeses.

A Igreja Católica estabeleceu uma relação direta com a população pobre, antes mesmo da constituição da CPT e da Teologia da Libertação. O surgimento da corrente da Teologia da Libertação impulsionou os trabalhadores a lutarem por seus direitos. A partir do ensinamento religioso, os indivíduos tinham apoio de lideranças para lutar pela posse da terra e resistiam às formas de opressão no campo, além de estabelecer uma relação com a terra e o universo religioso. Conforme descrito por Silva (2006, p. 43), vimos que:

[...] a teologia da libertação seria herdeira dos movimentos religiosos surgidos no Brasil dos anos 1950 e 1960 ou que teria passado nesse mesmo momento por profundas transformações internas, como é o caso da Ação Católica, sob a direção de Dom Hélder Câmara. Assim os movimentos da Juventude Universitária Católica (JUC), Juventude Operária Católica (JOC), Juventude Estudantil Católica (JEC) e etc.; sob forte influência da Igreja francesa teriam dado características tão progressistas à Igreja do Brasil.

A partir da década de 1960, a Teologia da Libertação influenciou na organização da luta dos trabalhadores do campo, principalmente, porque os sujeitos começaram a resistir e travar uma luta de classes mais explícita, pois era a única forma de assegurar seus direitos na sociedade. Diante de uma herança de vários lutadores, a Teologia da Libertação ajudou a forjar os movimentos de resistência e de luta social no Brasil. Conforme é argumento por Silva (2006, p.42):

Na verdade, vários movimentos sociais no Brasil, por exemplo, estiveram diretamente ligados à Teologia da Libertação, como o Movimento dos Sem Terra (MST); o surgimento do Partido dos Trabalhadores (PT); a formação da Central Única dos Trabalhadores (CUT); e milhares de Comunidades Eclesiais de Base (CEBS); entre outros. Todos surgiram com a participação de católicos engajados.

É dito por Silva (2006) que os movimentos sociais no Brasil tinham uma relação com a Teologia da Libertação. Isto contribuiu para a organização dos trabalhadores e impulsionou os movimentos, tornando-os mais fortes, como é o caso do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

Em plena ditadura militar, deu-se a primeira ocupação de terra, organizada sob influência da CPT. A ocupação do latifúndio Macali, no dia seis (6) de setembro de 1979, em Ronda Alta, no Rio Grande do Sul, impulsionou o avanço das lutas e desencadeou o surgimento de lideranças, que tinham como objetivo o projeto de reforma agrária. A historicização desse fato pode ser expressa da seguinte forma:

No dia em que o povo brasileiro comemorava seus 157 anos de independência, um grupo de famílias iniciava a luta por sua própria conquista. Na noite anterior ao 7 de setembro de 1979, na estrada entre as fazendas Macali e Brilhante, em Ronda Alta, na região Norte do Rio Grande do Sul, 36 caminhões boiadeiros e veículos transportavam cerca de 110 famílias Sem Terra para que essas ocupassem a gleba Macali. “A estrada era de terra vermelha, levantava uma poeira enorme, e uma lua lindíssima clareava o caminho até a Macali”, lembra padre Arnildo, que à época ajudou a organizar as famílias. (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, 2019).

Os primeiros passos do MST se deram no Rio Grande de Sul e foram um marco na luta pela terra e na organização dos trabalhadores do campo. Outro momento significativo teve lugar entre 9 e 11 de julho de 1982, quando lideranças do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo e Mato Grosso do Sul participaram de uma reunião em Medianeira, no

Paraná. Estavam presentes representantes dos movimentos MASTRO e MARTES, ambos movimentos de agricultura do Paraná. Durante o encontro foram tomadas várias decisões e avaliações que faziam parte da conjuntura das lutas sociais que aconteciam no Brasil naquele momento. Esse caráter da relação do MST com outros movimentos sociais pode ser visto na medida em que:

O nascimento do MST teve antecedentes históricos em organizações como as Ligas Camponesas, criadas pelo Partido Comunista do Brasil nos anos 1940 e que foram as primeiras a trazer, de forma organizada, as demandas dos trabalhadores e trabalhadoras rurais para o centro do debate político. Outro pioneiro foi o Movimento dos Agricultores Sem Terra (Master), nascido em 1960 no Rio Grande do Sul e que ajudou a consolidar a ideia de acampamentos como ferramenta de atuação política. Herdando a experiência e absorvendo elementos da luta desses e de outros movimentos, o MST já surgiu com uma experiência que fortaleceu o alcance e a eficiência de suas ações. (NATUSCH, 2020).

Dessa articulação nasceu a ideia de criar um movimento de alcance nacional, proposta levantada por alguns participantes do encontro, que consideravam insuficiente ter apenas a Comissão Pastoral da Terra como uma forma de organização de luta por terra no país. Por isso, representantes da própria CPT colocaram a proposta aos representantes de outras entidades, sendo que foi debatida a ideia de que os trabalhadores rurais deveriam ter seu próprio movimento. Portanto, a partir do encontro foi escrita uma carta aos sem-terra, expressando o objetivo do movimento que estava sendo gestado. Roseli Caldart (2004, p. 45) assim esclarece sobre este percurso:

O MST é um movimento que tem sua raiz nas lutas do campesinato brasileiro, e que foi gestado com a participação da Igreja, especialmente daquela presente na atuação da Comissão Pastoral da Terra- CPT. Não é possível compreender a força dos gestos e dos símbolos que compõem a identidade Sem Terra hoje, sem relacioná-los com o significado dessas formas de expressão nas culturas camponesas e nas culturas religiosas, aliás bastante interligadas no contexto social de que aqui se trata.

A autora apresenta uma dimensão dos elementos que influenciaram o surgimento do MST e da cultura camponesa como parte da identidade dos sem-terra. Neste sentido, os símbolos e ações dos sujeitos contribuem para a dinamização da cultura e estabelecem relação com a formação dos trabalhadores.

Não obstante, enfatizamos que o I Encontro Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem-terra, que aconteceu em Cascavel, no estado do Paraná, foi determinante para a origem do MST. O encontro se deu entre os dias 20, 21 e 22 de janeiro de 1984, nas dependências do Seminário Diocesano, onde estavam presentes trabalhadores rurais de 12 estados: Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Mato Grosso do Sul, Espírito Santo, Bahia, Pará, Goiás, Rondônia, Acre, Roraima e representantes de algumas associações.

Iniciado no dia 21 de janeiro de 1984, em Cascavel (PR), o 1º Encontro Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra foi um marco na organização dos movimentos sociais do campo no Brasil. Ao final do congresso, que reuniu centenas de pessoas, foi aprovada a criação de um movimento camponês de alcance nacional, capaz de apoiar diferentes núcleos na luta pela reforma agrária. Foi a fundação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), entidade de renome internacional e que segue sendo uma das mais importantes e combativas organizações sociais do Brasil. (NATUSCH, 2020).

Esse encontro nacional dos trabalhadores rurais sem-terra, que teve o tema *Terra não se ganha, se conquista*, resultou das articulações que possibilitou ao MST se expandir. Assim, em 1985, ocorreu o I Congresso nacional do MST. O Movimento expandiu-se pelas demais regiões do país e na década de 1990 estava presente em 23 estados do Brasil. Neste sentido, Stédile e Fernandes (2005, p. 47) reforçaram que:

O primeiro debate foi sobre o nome do MST. A imprensa já nos chamava de Movimento dos Sem Terra, mas as lideranças não tinham essa disposição. Se fosse por votação, acho que passaria o nome de Movimento pela Reforma Agrária, já que era mais amplo do que apenas a luta pela terra. Fizemos uma reflexão profunda sobre o assunto e aproveitamos o apelido pelo qual já éramos conhecidos pela sociedade: “os sem-terra”. Aprovamos por unanimidade o nome de Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. (STÉDILE; FERNANDES, 2005, p. 47).

De acordo com o excerto acima, surgiu um debate em torno do nome do movimento, principalmente, quando ocorria o encontro dos trabalhadores no estado do Paraná, dando visibilidade à escolha do nome da organização, no contexto em que foram tomadas algumas decisões sobre a luta pela terra e a reorganização do MST em todo o País. Por outro lado, no evento foi lida a mensagem de D. José Gomes, bispo de Chapecó e presidente da CPT, em apoio à fundação do MST. Estava assim fundada a organização como movimento de camponeses sem-terra de alcance nacional, voltada à luta por terra e pela reforma agrária.

Stédile e Fernandes (2005, p. 47) ponderam, ainda, que: “na verdade, a escolha do nome foi um debate ideológico. Paralelamente, fizemos uma reflexão no sentido de que deveríamos resgatar o nosso caráter de classe. Somos trabalhadores, temos uma sociedade com classes diferentes e pertencemos a uma delas”. Conforme os autores, o termo sem-terra surgiu em meados do ano de 1949, quando se colocou em pauta a reforma agrária no Brasil. Mas foi a imprensa que se encarregou de definir o nome sem-terra desde o final da década de 1970.

Assim, na medida em que se organizava no estado do Pará, ao mesmo tempo em que impulsionava a luta por terra, o MST começou a desencadear as ocupações de terras,

principalmente, na região Sul e Sudeste do estado. É neste contexto de conflito entre os sem-terra e os proprietários rurais da região, que o episódio em discussão neste texto, o massacre de Eldorado dos Carajás, foi gestado. Isto porque, inicialmente, o episódio tinha relação com a ocupação de um grande latifúndio, processo que visava a desapropriação da área do Complexo Macaxeira, o qual é descrito pelo MST da seguinte forma:

Em linhas gerais, o que atualmente se denomina Complexo Macaxeira é uma área de 42.558 hectares, situada entre os municípios de Eldorado dos Carajás e Curionópolis, localizada no lado esquerdo da rodovia estadual PA 275. O Complexo Macaxeira, inicialmente, era composto por 4 grandes áreas - Castanhal Macaxeira, Castanhal Fundos da Macaxeira, Castanhal Volta do Rio e Castanhal Grota Verde. (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, 1999, p.12).

Não obstante, vimos que a discussão do presente capítulo evidencia a possibilidade de um acirramento da luta de classes, no estado do Pará, ligado à questão agrária e aos conflitos no campo. Por outro lado, procurou-se destacar, também, o papel dos movimentos sociais, como o MST, no processo de organização dos trabalhadores do campo. Foi nesse contexto que o Massacre de Eldorado dos Carajás teve lugar, aos 17 de abril de 1996, na “curva do s”. Esse episódio impulsionará as discussões do próximo capítulo, em termos de uma discussão mais detalhada sobre sua ocorrência, tomando como elemento de análise as narrativas orais daqueles e daquelas que sobreviveram ao massacre de sem-terra na “curva do s”.

CAPÍTULO II

MASSACRE DE ELDORADO DOS CARAJÁS E AS NARRATIVAS ORAIS: MEMÓRIAS, CONFLITOS E MAIS DE DUAS DÉCADAS (1996-2019) DA MORTE DE 19 TRABALHADORES SEM-TERRA

Neste capítulo, é desenvolvida uma discussão que tem como base entrevistas realizadas com sobreviventes do Massacre de Eldorado dos Carajás. Ao longo da análise das entrevistas, foram sendo apreendidas categorias de análise que englobam: migração; visão dos sobreviventes sobre o massacre; corpo ausente; esquecimento; medo; trauma; estado; formação; memória traumática e luta. Estas categorias foram trabalhadas no sentido de compreender melhor o contexto social e a história de vida desses sobreviventes. A discussão visou a compreender os elementos presentes nas narrativas orais dos sobreviventes e como podem estar relacionadas a aspectos de um drama social. O capítulo se inicia por fazer uma descrição do grupo de entrevistados e o percurso realizado durante o trabalho de campo.

2.1 A história de vida dos sobreviventes antes do massacre de Eldorado dos Carajás

Neste momento, procuramos realizar a apresentação dos sujeitos entrevistados, abordando aspectos da história dos sobreviventes do massacre de Eldorado dos Carajás, especificamente aqueles que concederam as entrevistas para este trabalho. No trabalho de campo foram realizadas 11 entrevistas, sendo um grupo formado por 8 homens e 3 mulheres. De passagem, lembramos que no dia daquela chacina, várias mulheres tiveram um papel de destaque ao socorrer feridos e esconder crianças para não serem atingidas durante o conflito. Algumas mulheres tiveram ferimentos e perderam seus maridos.

Para fins de identificação dos 11 entrevistados, ao longo do texto será utilizado o termo “sobreviventes”¹⁸, acompanhado de números: 1, 2, 3 etc. Será feita uma breve descrição de cada um dos sujeitos entrevistados.

O Sobrevivente 1 Nasceu no Norte de Goiás, que hoje é o estado do Tocantins. Na década de 1980, com o surgimento da região mineradora de Serra Pelada, ele se mudou para o estado do Pará. Depois que o garimpo fechou, continuou trabalhando na região sudeste do Pará até conhecer o MST, em 1996, passando a fazer parte do movimento. Após o episódio do massacre, assumiu a presidência da Associação dos Sobreviventes, Dependentes e Viúvas do Massacre de Eldorado dos Carajás e de Conflitos Agrários no Estado do Pará (ASVIMECAP).

¹⁸ Cumprido destacar que os entrevistados autorizaram a realização das entrevistas, por meio de termo livre e esclarecido de consentimento (TCLE). Também foi cedida autorização para uso das fotografias e dos nomes dos sobreviventes no trabalho, embora tal procedimento não seja autorizado pelo Comitê de Ética da UFG.

Atualmente, vive na região e trabalha no ramo de plantação de árvores. Este sobrevivente sofreu uma mutilação decorrente de um ferimento na perna direita, no dia 17 de abril.

A Sobrevivente 2 é uma piauiense criada no estado do Maranhão. Por volta do ano de 1979, migrou para a região Sudeste do estado do Pará. Ela morava na cidade de Curionópolis antes de ingressar no MST. No episódio do massacre, levou um tiro na perna. Atualmente, também mora na mesma região com os filhos.

O Sobrevivente 3 é um dos maranhenses que foram para o estado do Pará para trabalhar na pastagem de grandes fazendas da região sudeste. Entrou para o MST em 1996, época em que trabalhava em uma fazenda próxima à cidade de Parauapebas. Quando os sem-terra acamparam no Posto de Curionópolis, ele se juntou aos acampados e, assim, ingressou no movimento.

O Sobrevivente 4 também é um maranhense, que na década de 1980, mudou-se para o estado do Pará para trabalhar nos garimpos que ali existiam. Após o episódio, passou a residir na cidade, pois teve mais condições de trabalhar na terra, por ter sido atingido na perna direita e ter ficado com sequelas.

O Sobrevivente 5 chegou à região Sudeste do estado do Pará quando era criança, aos 10 anos de idade. É natural de Grajaú do Maranhão, do município de Paulo Ramos. Depois que sua irmã foi assentada em um dos assentamentos do MST, despertou-lhe o interesse de ingressar no movimento. Este sobrevivente sofreu ferimentos nas pernas durante o massacre.

Já o Sobrevivente 6 nasceu no Piauí, em Uruçu do Piauí. Chegou ao estado do Pará em dezembro de 1982, quando tinha 18 anos de idade. Depois de um processo de desapropriação de terras na região, ingressou no MST.

O Sobrevivente 7, assim como outros, é do Nordeste, natural do estado do Piauí. Quando saiu do seu estado de origem, morou no Maranhão e só depois foi para a região Sudeste do estado do Pará. Na ocasião do conflito, sofreu um ferimento no braço esquerdo.

A Sobrevivente 8 é natural do Piauí, de onde saiu quando tinha 4 anos de idade. Cresceu no estado do Maranhão e conheceu o Pará aos 18 anos. Morou em cidades paraenses como Marabá, Belém e Parauapebas, trabalhando como doméstica, o que lhe possibilitou sustentar os filhos. Quando morava na cidade de Parauapebas ingressou no movimento, mais especificamente em 1996. Ela é uma sobrevivente que só não levou um tiro, porque caiu no chão antes de a bala passar. Atualmente, desenvolve uma função administrativa na escola do Assentamento 17 de Abril.

A Sobrevivente 9 nasceu no Maranhão. Quando criança, os pais migraram para o Pará. Ela ingressou no MST na década de 1990 e, assim como outros sobreviventes, no dia do episódio sofreu ferimento provocado por um tiro, na perna direita.

O Sobrevivente 10 é outro nordestino do estado do Maranhão que migrou para o estado do Pará para trabalhar no garimpo. Conheceu o MST quando o garimpo foi fechado, na década de 1990, o que o levou a ingressar no movimento. Durante o episódio, teve ferimento decorrente de um tiro de raspão no peito. Atualmente vive na região e possui um pequeno comércio.

Por fim, o Sobrevivente 11 nasceu em Dom Pedro, no estado do Maranhão. Aos quatro anos de idade migrou para o estado do Tocantins, que na época ainda era Goiás, mais especificamente para a cidade de Arapoema. Mudou-se para a cidade de Marabá, no sudeste do Pará, na década de 1990 e ingressou no MST logo após a sua fundação. No episódio, sofreu ferimento no pé direito.

Há várias situações em comum entre os sobreviventes que foram entrevistados para este trabalho, como o sofrimento de ferimentos na ocasião. A maioria deles tem origem na região Nordeste do Brasil e sua faixa etária varia de 40 a 60 anos. Todos fazem parte da associação dos mutilados (ASVIMECAP), e alguns deles não desenvolvem mais atividades agrícolas, em função de problemas de saúde decorrentes da idade avançada e de sequelas sofridas no episódio em discussão.

2.2.1 “Onde tudo começou”: trabalho de campo e o contato com os sobreviventes

Na segunda semana de outubro de 2017, entre os dias 9 e 14, estive presente no Assentamento 17 de Abril¹⁹ para realizar o trabalho de campo, tendo como objetivo principal conduzir entrevistas com o grupo de pessoas antes descrito. Porém, o trabalho de campo teve início com a minha saída da Agrovila Califórnia²⁰, no dia 9 de outubro, quando me aproximava do local onde realizaria as entrevistas. Inicialmente deparei-me com uma situação que é recorrente na região sudeste do Pará: a maioria das estradas que dá acesso às comunidades precisa de reparos constantes para que os trabalhadores escoem sua produção. Durante a semana que fiquei na comunidade pude perceber isto mais de perto, pois a principal estrada que dá acesso ao assentamento estava interditada naqueles dias. Nesse contexto, é

¹⁹É oportuno destacar que a relação do pesquisador com o MST advém dos anos de 2003, quando residiu em um assentamento de reforma agrária no estado do Maranhão. Esse fato possibilitou ter participado de um processo preparativo e, posteriormente, ter sido selecionado para realizar o Curso de Licenciatura em Letras pela Universidade Federal do Pará/UFPA, no contexto do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária/PRONERA.

²⁰ Assentamento ligado ao MST que fica na BR-010, a 14km da cidade de Açailândia (MA).

comum aos acampados e assentados ficarem dias esperando a resolução de problemas estruturais (estradas; posto de saúde; escolas, saneamento básico etc.) que existem entre o campo e a cidade.

IMAGEM 2: Entrada que dá acesso ao Assentamento 17 de Abril (nome que faz referência ao dia do massacre de Eldorado dos Carajás)



Fonte: Acervo do autor.

Diante dessa situação, nos dois primeiros dias de trabalho tive certa dificuldade para visitar alguns dos sobreviventes, pois os lotes em que residiam eram distantes da comunidade. A solução encontrada foi arrumar uma motocicleta emprestada, o que possibilitou o acesso a alguns lotes. Por isso, não tive condições de ir a todos os locais dos residentes, contentando-me em ir às casas de alguns nas proximidades do Assentamento 17 de Abril.

Um dos desafios que encontrei no primeiro contato com os sobreviventes foi identificá-los, pois alguns deles não residiam mais na localidade. Por outro lado, tive contato prévio com eles desde 2006, época em que residi na cidade de Marabá (PA), o que me levou a participar de atividades do MST no Assentamento 17 de Abril e em eventos que ocorreram entre 2007 a 2010 na região da “curva do s”; também participei de momentos como a inauguração da escola Oziel Alves e de comemorações de aniversário do assentamento. Tudo isso possibilitou estabelecer uma relação de certa confiança com os sem-terra ao longo dos anos, para qual também contribuiu o fato de colegas da turma do curso de Letras da

Universidade Federal do Estado do Pará (UFPA) residirem na comunidade, por vezes atuando como professores na escola da vila.

Apesar dessa trajetória, no primeiro momento, contei com o apoio de uma guia. Isto porque uma colega do curso de graduação em Letras sugeriu que eu entrasse em contato com uma pessoa antes da minha ida, e me passou o contato de uma educadora da referida escola a qual poderia desempenhar esse papel. Esta educadora foi determinante, pois apresentou-me ao seu irmão, que, além de ser o presidente da Associação dos Sobreviventes, Dependentes e Viúvas do Massacre de Eldorado dos Carajás e de Conflitos Agrários no Estado do Pará, também é um dos sobreviventes do episódio.

Neste percurso, O Sobrevivente 1 contribuiu promovendo o contato com os sobreviventes que formariam o grupo de entrevistados. A indicação e a escolha dos demais sobreviventes se deu a partir da sua indicação. Conforme ele disse, há sobreviventes que têm resistência ou dificuldade de lembrar do episódio.

No sentido de apreender aspectos das histórias dos sobreviventes e suas narrativas, foram elaboradas perguntas que serviram de base para as entrevistas. As perguntas contribuíram para impulsionar reflexão e a socialização da experiência dos sobreviventes acerca do que viveram, viram e ouviram no episódio da “curva do s”. Na maioria das vezes, no início da narrativa, estavam presentes o dia em que saíram do acampamento ou de um dos lugares em que haviam montado barracos e se deslocaram na marcha em direção a Belém.

Além de os sobreviventes compartilharem suas memórias, nas conversas que surgiram antes e depois das entrevistas, entre uma xícara de café e uma de chá, eles falaram das suas lutas, do trabalho na terra e das dificuldades para permanecerem nos lotes. Esses momentos de conversa demonstraram um pouco de como é a sua vida no campo, algumas das suas dificuldades, num contexto ligado à luta de classes e sua relação com o Estado, latifundiários e trabalhadores rurais sem-terra no sul e sudeste do Pará. Não obstante, como disse Sobrevivente 7, quando solicitado a falar sobre o sentido ou significado das histórias contadas pelos sobreviventes do massacre, “[...] a importância das histórias é que nós contamos a verdade mesmo”.

2.2.2 Migração e inserção dos sobreviventes no MST

A história de luta dos sobreviventes do massacre de Eldorado dos Carajás tem a ver com um processo de migração. Em algumas décadas, no estado do Pará, houve a concentração de trabalhadores no Sul e Sudeste. A região Norte tornou-se palco de diversos episódios de

conflitos agrários que contribuíram para o acirramento da luta de classes no estado do Pará; desta forma:

Para entender as dinâmicas que fizeram com que o sul e sudeste do Pará se tornassem uma região de tensão permanente é preciso uma viagem na história do Brasil: voltar à década de 1960, alguns anos antes de golpe militar que duraria até 1985. Foi justamente nesse período que o governo federal, que ignorava a existência de povos indígenas e de posseiros no território, passou a rifar grandes extensões de terras a empresas dos mais variados ramos. Tudo isso coincidia com vultosos investimentos na construção de rodovias, um dos resultados mais evidentes do “50 anos em 5” de Juscelino Kubitschek. (PONTE, 2018).

Existiram vários fatores entre as décadas de 1960 e 1990 na Amazônia, em particular no estado do Pará, que levaram milhares de trabalhadores a migrarem em busca de melhores condições de vida. Podemos ver esse caráter no depoimento de um dos nossos entrevistados, quando disse:

Rapaz, eu estava no Mato Grosso, na região de garimpo, a minha mãe em Parauapebas, aí quando eu liguei para ela e me disse: “Meu filho, eu estou aqui no movimento sem-terra tirando uma terra, porque você não tira uma terra [...]”. Era uma boa ideia, aí vim, cadastrei no movimento, fiquei e gostei. Ganhei minha terra e nunca mais saí daqui, só que eu cheguei aqui em 1995. (Trecho da entrevista/sobrevivente 11).

Inicialmente, vários trabalhadores estavam em busca de trabalho no garimpo ou nas em grandes fazendas. No entanto, quando o ouro não pôde mais ser extraído pelos garimpeiros na Serra Pelada²¹, passaram a procurar outros meios de sobrevivência, dentre os quais a luta pela terra, que, conforme ilustrado acima, apareceu como uma perspectiva de vida. Assim, a migração está relacionada à descoberta de ouro no Pará, destacando-se a Serra Pelada, nome pelo qual ficou conhecida a região do maior garimpo a céu aberto do mundo. O garimpo fez com que milhares de indivíduos e famílias se deslocassem para região Sudeste do Estado, para tentar a sorte de enriquecer por meio do ouro (PARÁ, 2014).

Para Nepomuceno (2007), a maioria os moradores do assentamento 17 de Abril veio do garimpo. Para o autor, a maioria das famílias de sem-terra que sobreviveu ao massacre de Eldorado dos Carajás (PA) veio do Nordeste, mais especificamente dos estados do Maranhão e do Piauí, motivados pelo sonho de uma vida melhor, com trabalho, formação e dignidade. Este autor ainda relata que:

Desde o final do garimpo a céu aberto em Serra Pelada, multidões de famílias vindas de todo o Brasil, mas principalmente do Maranhão e do Piauí, ficaram ao léu. Os

²¹ A empresa Vale do Rio Doce (atualmente, Vale S.A.) ganhou na justiça o direito de extrair os recursos naturais da Serra Pelada, isto tirou o direito dos garimpeiros de trabalhar no local. Assim, eles migram para várias regiões do estado do Pará, conforme paráfrase de Francisco (2020).

garimpeiros tinham sido derrotados em sua esperança. Derrotados, acima de tudo, pela pressão constante da então estatal Companhia Vale do Rio Doce, que continua exercendo poder absoluto sobre toda aquela parte do Pará. (NEPOMUCENO, 2007, p.94).

Neste sentido, a presença do MST no estado e a entrada dos trabalhadores na luta pela terra, estão vinculadas ao contexto do garimpo e da busca por alternativas por sobrevivência. A abertura do garimpo da Serra Pelada levou um grande contingente de trabalhadores para o Pará, o que é exemplificado nas palavras do sobrevivente 1:

Foi na década de 79 que vim para cá, para o garimpo. Trabalhava no garimpo e foi quando surgiu aquele governo e fechou os garimpos. Achei que ele não tinha condições de fechar o garimpo, mas o governo Collor²² querendo ele faz; nada é impossível. Ele simplesmente baixou o valor do ouro e desvalorizou o ouro, aí ninguém mais teve condições de trabalhar com o garimpo. Aí que houve a necessidade da luta pela terra, para que nós pudesse trabalhar. Só para você ter uma ideia, tem esses garimpeiros, o garimpo fechou e veio/migrou muito para nossa região, fechou muito para nossa região. Essa linha de ferro da Vale do Carajás trouxe muita gente para cá também. Trouxe muita gente de volta para casa também. A Serra Pelada fechou, os garimpos fecharam, a obra da ferrovia terminou e ficou aquele monte de gente aqui. E aí houve necessidade de lutar pela terra, muita terra fértil improdutiva e da União e essas terras nenhuma tem título. Inclusive, hoje tem muito pouco que é legalizada. Todo mundo foi caçar o jeito trabalhar para cuidar da família e aí originou a luta pela terra aqui na nossa região. (Trecho da entrevista/sobrevivente 1).

As ocupações de terra no Pará aumentaram com a expulsão dos trabalhadores do garimpo. É válido frisar que o fechamento do garimpo da Serra Pelada foi anunciado desde a década de 1980, mais precisamente em 1983. No entanto, somente no governo do ex-presidente Fernando Collor de Mello, é que ocorreu o encerramento das atividades no local; mais tarde, a área explorada pelos garimpeiros foi alagada pela água da chuva e dos lençóis freáticos. (BEZERRA, 2020). A política de privatização do governo Fernando Henrique Cardoso (FHC)²³ levou a Empresa Vale do Rio Doce (que era estatal) para o setor privado (Vale S.A.), o que possibilitou o investimento em máquinas e extração de metais preciosos na região da Serra Pelada, além da miséria de milhares de trabalhadores garimpeiros. Deste modo, o número de trabalhadores sem empregos aumentou no estado do Pará, principalmente, na região de Eldorado dos Carajás, Marabá e Curionópolis. (GLOBO, 2013). Isso contribuiu com os conflitos que ocorreram no campo, na disputa pela posse da terra e do trabalho. O contingente de trabalhadores sem emprego fortaleceu a ocupação de terras no estado.

²² Embora o entrevistado se refira ao governo de Fernando Collor de Mello, que ficou no poder de 15 de março de 1990 a 29 de dezembro de 1992, como o principal responsável pelo fechamento do garimpo no estado do Pará, conforme explicamos na continuidade do texto, cabe lembrar que o processo de fechamento do local foi anunciado no mandato do ex-presidente João Baptista de Oliveira Figueiredo, que governou o país entre os dias 15 de março de 1979 a 15 de março de 1985.

²³ O primeiro mandato do governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, de 1 de janeiro de 1995 a 31 de dezembro de 1998.

Conforme nos diz o sobrevivente 10, na continuidade, a terra foi o elemento que o levou a ingressar no MST. Ao ser questionado sobre como ingressou no movimento, assim se expressou: *“eu morava em Eldorado e aí surgiu o movimento né, Movimento Sem Terra, aí eu entrei para ganhar uma terra e estou aqui”*.

Por outro lado, o sobrevivente 4 também falou sobre o ingresso no MST, fazendo referência à perspectiva de futuro e de vida até o advento do massacre em discussão:

Ingressei no MST porque vi o acampamento montado no posto lá em Curionópolis, no posto abandonado. Aí a gente viu que ia dar algum futuro, um pedaço de terra pra gente, aí nós fomos e entramos no meio para se cadastrar. Aí nós cadastramos lá e fomos seguir nossa vida né, no MST, até no dia que aconteceu aquela tragédia lá. (Trecho da entrevista/sobrevivente 4).

É percebido, no trecho da entrevista de sobrevivente 4, que a entrada no MST é algo significativo para esses trabalhadores. Do ponto de vista de uma análise sobre essa situação, Ribeiro (2012, p. 212) destaca que: “[...] trajetória que precede a entrada no Movimento consistiu em uma vivência traumática, marcada pela condição de despossuído (no fato de não ter terra, mas também não ter emprego, escolarização ou condições dignas de vida)”. É possível que esta condição de despossuído tenha dado impulso para os trabalhadores se organizarem frente à luta de classes no estado do Pará.

Diante desse contexto, Arroyo (2012, p. 82) indicou que há “[...] décadas as tensões no campo estão postas, os movimentos sociais se afirmam como sujeitos políticos e de políticas trazendo a centralidade da terra, do trabalho, da educação, [...]”. Desta forma, podemos afirmar que a luta dos sem-terra tem como centralidade não só a terra e a educação, mas o trabalho como forma de sobrevivência e de dignidade. É enfatizado por Warren (2006, p. 110) que “[...] a sociedade civil nunca será isenta de relações e conflitos de poder, de disputas por hegemonia e de representações sociais e políticas diversificadas e antagônicas”. Deste modo, existem formas de disputa e de luta que os movimentos sociais forjam e que influenciam na de suas militâncias.

Assim, a luta dos sem-terra se desdobra em formas de permanência no campo. A terra é algo significativo para estes trabalhadores, como fica evidente nas palavras do sobrevivente 3, ao descrever: *“[...] entrei lá no posto lá em Curionópolis, e aí aquela caminhada nossa na luta para conseguir a terra. E o fazendeiro aqui duro, que ninguém entrava, se entrasse o povo morria. Aí nós fazemos aquelas caminhadas né, caminhada para Marabá, aí chegou na “curva do s” e aconteceu. Mataram meio mundo de gente lá”*. Ao falar da caminhada e do

acontecimento do dia 17 de abril, o entrevistado reforça o caráter e a dimensão da violência no campo, naquela região do país.

IMAGEM 3: Memorial com os nomes das 19 vítimas do Massacre de Eldorado dos Carajás na “curva do s”, na PA 150



Fonte: Acervo do autor.

Não obstante, a terra está no centro da questão agrária como elemento de poder e de disputa entre latifundiários e trabalhadores sem-terra. Nesse contexto, para Martins (1991, p. 67): “tradicionalmente, o posseiro operou como desbravador do território, como amansador da terra. A verdade é que, pressionado pelas empresas capitalistas interessadas em desalojá-lo de suas terras, [...] para avançar sobre as terras deles, [...]”. Mais do que isso, pelo fato de viverem uma situação de opressão, os trabalhadores se rebelam diante da condição de exploração vivida.

Nesse sentido, no contexto da luta do MST, os trabalhadores sem-terra vislumbram não só o acesso à terra, mas, também, o acesso à educação. Esse caráter está presente na reflexão de Caldart (2001, p. 209), quando diz que:

Ao buscarem reconquistar o direito ao trabalho e à dignidade, estes sujeitos e suas lutas nos ensinam algo mais sobre processos de transformação social, e sobre práticas de educação a eles vinculadas. Os movimentos sociais têm sido espaços de organização destas lutas e de formação destes sujeitos.

Nesse processo, os trabalhadores rurais sem-terra experenciam dimensões de um processo de formação humana durante as suas lutas. Ligado a isso, a inserção dos

trabalhadores no movimento também desperta o desejo de permanecer no campo, como pode ser visto no depoimento do sobrevivente 10:

[...] eu não pretendo ir embora daqui não. Aqui eu lutei pra ganhar a terra pra mim morar aqui. Quando eu vou lá minha terra eu lembro de tudo, lembro que eu passei, me lembro da luta, a luta nossa. A luta minha foi do começo, que eu entrei lá no 2, quer dizer, me cadastrei no 2, em Eldorado, e fomos para o 30. No dia 5 de novembro fomos pro 30 e aí lá no 30 reunimos todo mundo. (Trecho de entrevista/sobrevivente 10).

Assim, a luta de classes e a organização dos trabalhadores contribuiu para desenvolver uma mobilidade rumo à luta por trabalho, que inicia com a disputa da terra até a fixação e permanência no campo. Isso também é visto em outro trecho da entrevista do sobrevivente 10, que diz que o acesso à terra muda a vida das pessoas:

Rapaz, a minha vida antes... eu não tinha nada não, hoje eu tenho essa casa que ganhei, tem a terra, trabalho na terra. Hoje não aguento trabalhar mais, antigamente eu trabalhava, hoje não aguento trabalhar mais e aí vivo desse buteco aqui. A terra está parada também porque falta de estrutura né, tem capim mas não tem estrutura, que é a cerca, lá tem um pedaço de mato. Ela está parada lá, não aguntei trabalhar mais, tem mais de cinco anos que não aguento trabalhar. De cinco anos para cá não aguntei trabalhar mais, aparece tanta dor na gente e tomo remédio e tudo, e aparece tanta dor na gente que não aguento mais não. (Trecho da entrevista/sobrevivente 10).

A terra, assim, é vista como possibilidade de melhorar as condições vida desses trabalhadores. Todavia, antes do massacre, os sobreviventes tinham o sonho de trabalhar e viver do que poderiam produzir na terra, mas, após a morte dos companheiros de luta, alguns não tiveram mais condições físicas ou psicológicas para desenvolverem o trabalho no campo. O que revela uma situação problemática ou mesmo dimensões de um drama social, ainda mais quando considerado que ainda hoje os sobreviventes buscam indenizações e assistência médica junto ao governo do estado – cumpre-se destacar que, ao final da elaboração desta tese, essa informação foi verificada junto ao sobrevivente 1, no dia 16 de julho de 2020, que nos relatou que essa situação persiste ainda hoje.

2.2.3 O que os sobreviventes dizem sobre o massacre

A análise das narrativas orais dos sobreviventes revela aspectos da sua percepção acerca do episódio em discussão. Ao rememorarem e relatarem o ocorrido naquela ocasião, os entrevistados, por vezes, citam a perda de companheiros e como os fatos teriam se desenrolado, a exemplo do depoimento do sobrevivente 1:

Olha, naquele dia 17 de abril de 1996 nós tinha já/estávamos com uma perspectiva muito boa. Estávamos com mais de 10 dias de estrada. No dia 15 nós chegamos lá na curva do S, ocupamos a pista dia 15, 16 e 17. Nós ocupamos e demos um prazo para o Estado, fizemos acordo com o Estado para ele mandar uma cesta alimentos para a gente e 10 ônibus para levar uma comissão para Marabá, se possível até Brasília, para ter a negociação com o Governo Federal na época. Quando deu por volta de meio-dia não vieram, nós fomos pra pista de novo. Por volta das três horas da tarde chegou a polícia do Eldorado. Quando a polícia chegou lá a expectativa nossa aumentou; era muita polícia, mas nós estávamos achando que eles vinham não era tirar sem-terra da estrada. Não tinha mandado de Justiça nenhuma. Quando foi por volta das três e meia para quatro horas chegou um pessoal do Marabá. Aí encurralou o pessoal. E quando eles foram chegando para perto de nós pensamos que vinha um governador, um ministro, alguma pessoa que tivesse algum poder de decisão para definir a questão do acordo da desapropriação da área para fazer o assentamento. Mas foi muito pelo contrário, eles chegaram atirando e deram duas rajadas para cima. E a turma disse: ‘não isso aí é só bala de borracha, eles não vão matar’. Daí a pouco eles baixaram a armas, o primeiro que foi morto ali no massacre foi o surdo (não escuta). Era até cantadorzinho e batedor de triângulo, ele fazia uma alegria danada, o finado Amâncio, maranhense lá de Santa Luzia do Paruá. [...]. Eu estava olhando para ele, quando pensei de me mexer, o cara tinha me dado um tiro na minha perna direita. E quando eu olhei para o chão estava o Natividade, o Deusimar e o Domingo do Rei da Conceição deitados ali naquela pista também. Com pouco o Robenilta saiu com a mão na boca e o Zé Carlos com uma bala na cara, na boca também. Aí eu escutei um dizendo: ‘eles estão atirando para matar mesmo’ e saí empurrando. [...]. De vez em quando cessavam os tiros, depois mandaram passar os carros e ajuntar os corpos, depois trancaram a avenida de novo. Quando foi por volta de cinco e meia para seis horas ajuntaram os corpos e foi embora. [...]. Eu tava segurando no braço da menina e pulando com uma perna, ele veio, colocou a cabeça na minha perna e saiu comigo na costa. Lá tinha mais gente baleado, aí eles vieram até assim um pouco sabe, pois Deus tocou no coração deles e eles voltaram para trás. Se eles chegam lá eles tinham acabado de matar nós, nós não tinha como correr, aí não foram mais para frente não, voltaram e foram embora. Então, o que sei contar do dia do massacre é isso aí. O que aconteceu com a gente foi uma chacina. Tem muitas versões que as pessoas falam do confronto dos sem-terra com a polícia, mas não teve confronto, teve uma execução, uma chacina. [...]. (Trecho da entrevista/sobrevivente 1).

A partir desse relato, é possível se ter uma dimensão do ocorrido, na medida em que o sobrevivente menciona os momentos que os trabalhadores rurais sem-terra passaram durante o conflito. O trecho ressalta a natureza da violência no campo e expressa situações vividas por esses trabalhadores na luta pela terra.

Na continuidade, o sobrevivente 10 dá mais detalhes sobre o dia da caminhada e o momento em que eclodiu um cenário que levou à perda de 19 vidas de trabalhadores rurais sem-terra:

Nós fizemos a caminhada do 30 para cá, nós era acampado no 30, na Formosa, aí vinha no caminho para cá, aí acampamos na “curva do s”, onde teve o massacre. Já estava acampado lá e aí veio o Major Oliveira negociar com nós, nós queria o transporte para ir para Belém e o Major Oliveira falou que ia negociar e ia trazer a resposta, às quatro hora ele ia trazer resposta. Aí ele veio umas três e meia, mas ele veio para atirar em nós, aí ele veio com o Batalhão dele daqui do Pebas (Parauapebas) e veio outro do lado de Marabá, o Batalhão de Marabá. Aí ia fechar

o círculo com nós no meio, chegaram atirando já e não teve negociação não. Aí morreu esse pessoal, que é 19, também, não sei quantos morreram né, sei que apareceram 19 né. (Trecho da entrevista/sobrevivente 10).

O fator que determinou o evento entre os policiais e os trabalhadores, na visão dos sobreviventes 10 e 1, foi a falta de disponibilidade por parte do governo, pois os trabalhadores rurais sem-terra se preparavam para uma possível negociação que visava resolver os impasses que encontraram durante a marcha rumo a Belém/ PA. Neste sentido, se o poder público é capaz de apontar medidas para solucionar os conflitos no campo, como poderia ser capaz de equacionar o problema agrário no Brasil?

A morte dos 19 trabalhadores sem-terra na “curva do s” repercutiu pelo grau de violência e pela imagem que os sobreviventes carregam consigo do episódio. Nepomuceno (2007, p. 153) descreve este cenário, dizendo que havia, “[...] de um lado, a tropa do major Oliveira esperando em formação, na margem da estrada. Do outro, a do coronel Pantoja, preparando-se para descer dos ônibus”.

Esse episódio revela aspectos de uma configuração social conflitante, resultante de pelo menos duas ordens, conforme poder ser visto nas palavras de Barreira (1999, p. 140):

No massacre do Eldorado, aparecem o confronto e a convivência entre duas ordens. Por um lado, a luta dos trabalhadores rurais por terra, por direitos e por uma cidadania. Por outro lado, um grupo de proprietários de terra que tentam manter seus bens fazendo uso de uma determinada justiça ou de determinadas leis. Esta prática tem como apanágio a utilização de violência, colocando como principais protagonistas as polícias locais e o sistema de pistolagem. (BARREIRA, 1999, p. 140).

De acordo com Barreira (1999), constituiu-se uma prática recorrente a utilização da violência para reprimir os trabalhadores que lutam pela terra. Por outro lado, conforme se pode perceber nos relatos dos sobreviventes, quando perguntados sobre os motivos que poderia ter desencadeado o episódio, são relatados aspectos de uma tentativa frustrada de negociação:

Ah sim, o Márcio Lima que, as pessoas que lideraram o movimento e outros mais, combinou que veio o Major Pantoja e combinou com a gente que nesse dia ia trazer os ônibus para nos ir até Belém para negociar com governo sobre essa terra. A gente ficou esperando e interditamos a pista, ficamos lá esperando que viesse essa resposta né, dos governantes. E quando foi uma base de quatro para cinco horas chegou foi os policiais, tanto de um lado como do outro, do lado de Marabá e do lado de Eldorado, e fechou a gente no meio. E aí eles não contou conversa e foi bala pra todo lado, a gente não teve como se defender, porque a gente não tinha arma. As armas que nós tinha era armas de luta, facão e foice, essas coisas para a gente cortar alguma árvore para fazer fogo. A gente não tinha intenção de machucar ninguém, o nosso objetivo era a terra. Aí nesse dia, que foi dia 17 de abril de 1996, aconteceu esse fato. (Trecho da entrevista/sobrevivente 9).

Percebeu-se, por meio dos relatos, que os sobreviventes indicam que não tinham a intenção de entrar em conflito com a polícia – até porque existe uma assimetria entre o aparato policial armado e os trabalhadores como cidadãos comuns. Nesse sentido, o discurso, à época, de que os trabalhadores rurais sem-terra pudessem ter culpa no que ocorreu, não encontra guarida na desproporcionalidade da ação da polícia na ocasião. A esse respeito, a ilustração de Nepomuceno é digna de nota:

[...] no asfalto, divididos em três grupos – um pequeno, de frente para a tropa de Parauapebas; outro, pouco menor, frente a frente com a tropa de Marabá; e entre os dois grupos, um caminhão, a barricada de feijão e de arroz, e cerca de 2.500 manifestantes participando da fadada marcha dos sem-terra. (NEPOMUCENO, 2007, p. 153).

A marcha dos trabalhadores sem-terra mexeu com os interesses dos fazendeiros e dos poderosos do estado do Pará. Na “curva do s” o cenário se constituiu de tal maneira, que no sentido de Marabá havia policiais e no de Parauapebas, também; e entre as duas tropas estavam os trabalhadores rurais sem-terra. Esse cenário sugere a possibilidade de estes trabalhadores terem sofrido uma emboscada.

Na percepção dos sobreviventes, o governo do estado foi responsável pela morte de 19 pessoas, pois o mesmo deu ordem para a ação da polícia, como evidencia o depoimento do sobrevivente 2:

Os fazendeiros foram lá, que é o maioral, foram lá com ele, com o governo do Pará, com Almir Gabriel, pois eu vi abrindo a boca e fechando para falar: “Eu não mandei, eu falei que tirasse de qualquer jeito”. Então, de qualquer jeito, foi matar. Foi o jeito melhor que eles acharam, foi matar. Enquanto a gente estava com pedaço de pau eles estavam com armas de verdade. E não contaram história, era atirando e atirando, quem era besta para ficar esperando. Esperou quem caiu morto e ficou, e quem deu conta de correr e correr né, que é nós sobrevivente por isso, porque corremos da bala, uns já correram baleados mais deu conta. (Trecho da entrevista/sobrevivente 2).

Nesse trecho, percebe-se que a única saída que alguns trabalhadores encontraram durante o massacre foi correr e se esconder no mato. No entanto, a abordagem da polícia acabou deixando marcas e ferimentos mesmo entre aqueles que sobreviveram ao episódio. Para Nepomuceno (2007), este episódio deixou consequências que persistem mesmo anos após o acontecimento:

Na verdade, não faltou só assistência médica e psicológica no assentamento 17 de abril: todos ali continuavam a carecer, passados mais de dez anos de sua instalação, de assistência técnica para os plantios, apoio para instalar um sistema mínimo de

irrigação, infra-estrutura para comercialização-enfim, tudo o que era previsto e nunca ocorreu. (NEPOMUCENO, 2007, p.73).

Os elementos principais que sugerem aspectos de um drama social vivido pelos sobreviventes do massacre de Eldorado dos Carajás, de maneira geral, são relacionados à busca por direitos como indenizações e a assistência médica, além de sofrimentos físicos e psicológicos. O governo do Pará, em determinado momento, fez um esforço para minimizar as tensões na região Sudeste do Estado, concedendo uma ajuda de custo para os sobreviventes.

No entanto, os sobreviventes continuam lutando junto ao poder público, pois alguns ainda esperam ter os seus direitos reconhecidos – como mostra o sobrevivente 11, ao ser questionado sobre quais sentimentos ficaram após 20 anos episódio. Ao que ela frisou:

O que nós conseguimos na Justiça, que era para o advogado correr atrás de uma indenização para a gente. Passou tanto que eles uma ajuda de custo para o pessoal 20 mil para cada um dos que estavam feridos e depois de uma pensão de um salário mínimo para o pessoal. Aí veio outro grupo, atenderam 20 pessoas. Depois pegaram mais 30 pessoas e deram outro salário também para cada. Então, as pessoas vivem disso e se virando e trabalhando também para ver se consegue. (Trecho da entrevista/sobrevivente 11).

No trecho da entrevista é percebido que os trabalhadores estão ativos na luta em prol da indenização para todos os sobreviventes, uma vez que alguns ficaram “esquecidos” pelo Estado, visto que, pelo processo que corre na justiça, têm sido atendidos por etapas²⁴. Até o momento, cerca de 40 dos sobreviventes não recebem nenhum tipo de auxílio do Estado.

Nepomuceno (2007, p. 153) conta que “[...] pouco depois das quatro e meia de tarde da quarta-feira, 17 de abril de 1996, o cenário da tragédia estava completo”. Assim, o mês de abril passou a marcar, para o MST, um momento de lembrança do cenário e da tragédia da “curva do s”.

Esse cenário sugere, para os entrevistados, o ódio que os proprietários de terra da região passaram a ter dos militantes do movimento social. Tal perspectiva está presente no depoimento do sobrevivente 3:

E lá na estrada acharam mais fácil de tirar o povo; tirar o povo e matar um bocado porque eles queria que o povo desistisse né. E aí aconteceu que morreu um bocado, mas o povo não ia desistir, já tinha perdidos os companheiros né, como é que poderia desistir? Aí era enfrentar. E todo tempo é assim, eles não querem que o povo... os fazendeiros pagam os pistoleiros e a polícia mesmo para tirar o povo, você sabe como é que é né. (Trecho da entrevista/ sobrevivente 3).

²⁴ Depois de 24 anos do massacre de Eldorado (2020), nem todos receberam ou recebem auxílios do governo.

Há, nesse sentido, a ideia de que a luta se intensificou na região do Sudeste do Pará, na medida em que o episódio deu lugar à uma dimensão histórica presente nas narrativas dos sobreviventes. A esse respeito Fernandes (1979, p. 121) destaca que: “[...] a história só se escreve com palavras depois que se desenvolver como realidade”. Neste caminho, os sobreviventes ecoam suas vozes a fim de demonstrar a sua visão sobre a história vivida.

IMAGEM 4: É o centro do memorial nas castanheiras na “curva do s”, na cidade de Eldorado dos Carajás



Fonte: Acervo do autor.

Neste patamar, a ideia de impunidade é recorrente nas falas dos sobreviventes. Esta ênfase foi evidenciada na fala do sobrevivente 11, quando se posicionou nos seguintes termos:

É impunidade, porque muitos sobreviventes do massacre já morreram, os que ficaram feridos. Os policiais que mataram não tem nenhum na cadeia, os comandantes que mandaram foram condenados mas nunca... Foi condenado para ficar em casa, nunca foram para a cadeia. O sentimento é de impunidade, de não ter justiça aqui no nosso Estado. Esse sentimento que fica. E a gente fica revoltado por causa disso, porque aconteceu de matar 19 pessoas e deixar 69 pessoas feridas, ter muito que não pode trabalhar. O Zé Carlos mesmo tem uma bala na cabeça e não pode ser tirada essa bala, se tirar ele morre. Ele sente dor de cabeça direto. Ele fica tentando trabalhar de moto táxi e faz essa coisa assim para ver se sobrevive. (Trecho da entrevista/sobrevivente 11).

Neste sentido, no que diz respeito à capacidade lembrar, Halbwachs (1990, p. 51) destaca que: “a sucessão de lembranças, mesmo daquelas que são mais pessoais, explica-se sempre pelas mudanças que se produzem em nossas relações com os diversos meios coletivos,

isto é, em definitivo, pelas transformações desses meios, cada um tomado à parte, e em seu conjunto”. Nessa perspectiva, a lembrança é fator determinante para entender e explicar um acontecimento, como tem se procurado discutir aqui.

Além disso, a análise das entrevistas dos sobreviventes aponta para as (suas) histórias de vida, que passa por aquilo que há de mais íntimo em termos dos sentimentos dos sujeitos. Isto porque, conforme enfatizado por Chizzotti (2011, p. 95):

A história de vida ou relato de vida pode ter a forma autobiográfica, onde o autor relata suas percepções pessoais, os sentimentos íntimos que marcaram a sua experiência ou os acontecimentos vividos no contexto da sua trajetória de vida. Pode ser um discurso livre de percepções subjetivas ou recorrer a fontes documentais para fundamentar as afirmações e relatos pessoais. Outra forma dos relatos de vida é a psicobiografia, onde o autor se situa no interior de uma trama de acontecimentos aos quais atribui uma significação pessoal e diante dos quais assume uma posição particular.

Portanto, a história de vida é o elemento que torna possível coletar informações sobre a vida dos agentes sociais. Além disso, implica: “[...] relatam os feitos vividos pela pessoa. As formas novas valorizam a oralidade, as vidas ocultas, o testemunho vivo de épocas ou períodos históricos”. (CHIZZOTTI, 2011, p. 95). Neste sentido, os relatos dos sobreviventes fazem parte de uma história ou de uma visão da história a qual atribuem sentidos e significados.

Esse aspecto pertinente à história, inclusive, está presente nas falas dos entrevistados, como pode ser percebido na fala do sobrevivente 9:

Eu acho assim que o massacre não é uma história que a pessoa tem que ver com o sentido de exemplo, os próprios fazendeiros, as pessoas que estavam próximos e os governantes. Aquilo ali foi uma coisa real, não foi mentira; as histórias que são contadas até hoje não foram mentira, foi real, gente morreu e gente sofre até hoje. Gente que tem bala alojada na cabeça, gente que não tenho olho, que não tem perna. Isso é um fato real. Não é uma ficção, é uma história verdadeira. Meu ponto de vista é esse. Muitas e muitas pessoas enxergam isso como uma ficção para que possam ganhar dinheiro, mas não é né, é uma coisa real que aconteceu. Tem gente que sofre até hoje e vai sofrer para o resto da vida. Gente com sequela que vai sofrer para o resto da vida está entendendo, o meu pensamento é esse. (Trecho da entrevista/ sobrevivente 9).

Essa passagem evoca um exercício sobre a própria presença no mundo e a consciência acerca da experiência vivida. Cumpre-se destacar de passagem que, para Marx e Engels (1984, p. 34), “[...] a consciência é, pois, logo desde o começo, um produto social, e continuará a ser enquanto existirem homens”. A consciência é fruto das relações sociais e, neste caso, o antagonismo de classe também se dá em termos das disputas de discurso. Talvez

por isso seja tão caro aos sobreviventes expressarem suas visões acerca do que viveram a partir do episódio.

O local da “curva do s” se tornou mais assustador depois da ação da polícia do Sudeste do Estado, na visão da sobrevivente 2:

Cada um tinha aquela vontade de ter esse pedaço de terra para trabalhar, se desgostaram, muito dos nossos que vieram para cá já não existe mais. Já existe outras pessoas que chegaram, que estão aqui e eu sou feliz por isso. Fico triste pelo acontecimento, que a gente perdeu e que hoje a gente sofre, que perdeu e que sofreu e que nós sofre até hoje também, batalhando também por um lugar, que os sobreviventes vai receber alguma coisa. Mas a gente não perdeu a fé não, enquanto há vida há fé e esperança. O que eu quero é que eles, aonde quer que esteja, não esteja triste, por isso que aconteceu deles perder a vida por uma coisa que não tiveram o gosto de ter, a terra. Que a gente esperava tanto e tanto, todos esperavam tanto ter para morar, trabalhar, criar né, e não foi possível para todo mundo. (Trecho da entrevista/sobrevivente 2).

Os relatos dos sobreviventes, por vezes, demonstram aspectos do fluxo migratório para o estado do Pará em um momento em que o processo de mecanização se desenvolvia com o avanço de novas formas de exploração da terra e que, portanto, gerou contingentes de trabalhadores ociosos.

Por outro lado, é pelo ato de narrar que a história se torna viva, as lembranças despertam sentimentos nos narradores e nos ouvintes. Como disse o sobrevivente 11: “[...] o sentido é não deixar esquecer isso aí. Deixar essa história sempre ser lembrada. Por isso tem aquele Memorial ali e hoje o mundo inteiro sabe essa história” (Trecho da entrevista/sobrevivente 11). Na visão do sobrevivente 11, o memorial da “curva do s” passou a ser significativo para manter viva a história sobre o episódio que representa. Como disse Benjamin (1994, p. 198), “[...] a experiência que passa de pessoa a pessoa é a fonte a que recorreram todos os narradores. E, entre as narrativas escritas, as melhores são as que menos se distinguem das histórias orais contadas pelos inúmeros narradores anônimos”.

Neste sentido, a compreensão do episódio também pode ser auxiliada pelas discussões de Kelly Carolyne Cirqueira Alves e Euclides Antunes de Medeiros (2016), pois os autores se debruçaram sobre o estudo da violência no campo e sugerem reflexões acerca da história e memória dos sobreviventes. Na percepção dos autores (2016, p. 62) é visto que:

Essas vítimas tendem a resgatar os acontecimentos do passado, que foram acontecimentos traumáticos - e que ainda são pra muitos - no sentido de uma orientação para o presente, exigindo, por exemplo, um tratamento médico digno, indenização por danos morais e materiais e sem contar na luta jurídica para responsabilizar civilmente o Estado.

Nessa compreensão, o episódio é atualizado no presente na medida em que se desdobra como orientações para as ações dos sujeitos. Desta forma, quando da realização das entrevistas se percebeu que as lembranças trazem à tona sentimentos de dor e de tristeza entre os sobreviventes e, por vezes, as lágrimas surgem entre as palavras que narram o acontecido.

Desse modo, as narrativas orais revelam as condições sociais vividas pelos sobreviventes e passam a integrar a história de luta dos trabalhadores rurais sem-terra. Nesse contexto, Barreira (1999) enfatizou que:

As ações dos trabalhadores rurais estão geralmente circunscritas a dois aspectos: são em sua maioria anunciadas previamente e se desenvolvem dentro de fortes traços ritualizados, como demonstra o massacre. O acampamento à margem da estrada PA-275, próximo à Fazenda Macaxeira, localizada perto da cidade de Curionópolis, com suas “lonas pretas”, o que já se tornou uma marca do MST, reivindicava a desapropriação da fazenda. O processo de ocupação da fazenda, como segunda etapa, era a resposta à morosidade da ação do governo. (BARREIRA, 1999, p. 140).

As descrições do episódio do massacre contribuem para desvendar ou apontar cenas que surgiram da relação entre trabalhadores e policiais, de modo que possibilita constituir uma história do acontecimento. Na visão do sobrevivente 8, “[...] e os mutilados, que sofreram balas e que até hoje vivem sofrendo, e as viúvas, os filhos que estiveram no hospital naquele dia, tudo assim... Coloca em conta que não pode perder e nem cair no esquecimento de jeito nenhum”. (Trecho da entrevista/sobrevivente 8).

Neste contexto, o percurso traçado permitiu refletir sobre o universo da cultura, já que as descrições dos sobreviventes se constituem como elementos culturais. Para Ademar Bogo (2000, p. 7), autor de trabalhos como *MST e a cultura* (2000) e *O papel da cultura no Movimento Sem Terra* (2014), esta dimensão da cultura pode ser vista no sentido que:

Cada vez mais a cultura se tomará consciência, porque tudo o que fazemos e sentimos constituirá a existência de nossa organização. Assim a educação, a religião, o trabalho, a mecanização, a preservação da natureza, a agrovila, a agroindústria, a beleza nos assentamentos, as músicas, a mística, enfim, tudo o que existe ou acontece no assentamento é a cultura dos trabalhadores sem-terra, que se manifesta e transforma-se em consciência social na medida em que as pessoas passam a repetir tais manifestações de forma consciente e se preocupam em desenvolver aspectos para aperfeiçoar a construção da existência social nas áreas de reforma agrária. (BOGO, 2000, p. 7).

Isso possibilita pensar que as narrativas orais dos sujeitos fazem parte da cultura dos sem-terra, já que elas surgem entre os militantes para tornar vivas as memórias e a luta das pessoas que morreram no dia 17 de abril. Bogo (2014, p. 6) descreve que a “[...] cultura é a produção da vida social que se manifesta através do trabalho, objetos, dos costumes, princípios, normas, valores, superstições, conhecimentos etc.” Desta forma, o ato de narrar o

acontecimento da “curva do s” possibilita enxergar os motivos que levaram à morte de 19 sem-terra.

Desta forma, a relação do drama está no corpo, no psicológico e na relação moral, visto que o poder público não atende aos interesses dos mutilados, deixando mais latentes os traumas que ficaram na vida dos trabalhadores. O trecho a seguir, retirado de uma das entrevistas, deixa claro o trauma dos sobreviventes e também como a chacina de seus companheiros persiste em aparecer na vida dos trabalhadores; o trauma do episódio é lembrado sempre, como fica evidente no trecho da entrevista.

O sentimento que persiste hoje meu amigo é o trauma, em nós todos. Todos os companheiros que você vê têm um trauma daquele caso viu, é uma coisa que não vai acabar nunca, só acaba quando cada um de nós morrer. Os nossos companheiros que esteve naquele movimento, que teve naquele negócio do massacre, todo mundo tem trauma daquela lembrança, pois é horrroso e não acaba nunca. Eu confirmo para você. (Trecho da entrevista/sobrevivente 5).

De modo geral, as histórias dos sobreviventes têm uma característica comum ao enfatizarem uma memória traumática que está ligada ao acontecimento da “curva do s” e redonda na reflexão sobre o drama social vivido por esses trabalhadores. Em nosso trabalho de dissertação de mestrado (PEREIRA, 2014) foi desenvolvido um debate sobre o drama social a partir da perspectiva de Victor Turner (1982), que o conceituou a partir de estudos no campo da antropologia e do teatro. Neste momento, o trabalho de campo com os sobreviventes do massacre de Eldorado dos Carajás fortalece as evidências de aspectos de um drama social ligado à trajetória desses sujeitos no âmbito do MST. Desta forma:

Durante esta pesquisa apareceram algumas hipóteses que nos levam a falar da existência de um drama social no MST, a começar pela entrada do sujeito na organização a partir das reuniões realizadas nos bairros. É por meio dos encontros entre os militantes e as pessoas nas favelas de todo o País que começa a existir, na vida de muitas pessoas, a esperança de um dia ter um pedaço de terra. Assim também começa o drama social dos sem-terra. (Recorte do caderno de campo/2017).

As narrativas orais ajudam a potencializar a dinamização de saberes e da cultura que fazem parte do cotidiano dos sujeitos, e sugere que o processo narrativo se constitui como forma de protesto contra a impunidade e o descaso do Estado, no caso do Massacre de Eldorado dos Carajás. Os sobreviventes usam as narrativas orais para falar dos acontecimentos recentes e anteriores ao episódio. Neste sentido, já dissemos que: “[...] a memória surge através da linguagem e das narrativas. E pode surgir de maneira voluntária ou involuntária. A lembrança é tão importante, pois é através dela que as pessoas reconhecem as razões da existência do ser humano” (PEREIRA, 2014, p. 66).

2.2.4 História dos sobreviventes: ausência de um corpo

As histórias relatam memórias de um corpo que sofre com a ausência. Os sobreviventes contam histórias de um corpo que tenta se recuperar com o tempo e traz a memória de um corpo ausente. Deste modo, o corpo ausente é o estado físico após o episódio, que, por exemplo, além do sofrimento físico e psicológico, limita as possibilidades de trabalho dos sobreviventes.

Desta forma, os corpos dos sobreviventes resistem na medida em que contam sua história, conforme o caráter que perpassa as palavras da sobrevivente 9, quando questionada sobre que histórias são contadas sobre o massacre de Eldorado dos Carajás? Quem conta?, ao que ela esclareceu:

A história é essa gente, eu não sei qual é a história que você sabe sobre esse fato que aconteceu, mas o ocorrido foi dessa maneira lá. Tem uns que não foi muito grave sabe da história, mais muito que foi grave não sabe contar exatamente por que já foi desmaiado, como o seu Natividade, o Zé Carlos, que levou tiro no olho, o Josimar, que foi atingido no osso também. (Trecho da entrevista/sobrevivente 9).

Mesmo com sequelas do massacre, os sobreviventes contam histórias e lamentam a ausência de um corpo, que foi mutilado e dos corpos dos companheiros perdidos no embate. Os relatos revelam como os fatos ocorreram na “curva do s”, isto porque faz parte do contexto vivido pelos sobreviventes. Assim, conforme dito por Benjamin (1994, p. 205): “[...] os narradores gostam de começar sua história com uma descrição das circunstâncias em que foram informados dos fatos que vão contar a seguir, a menos que prefiram atribuir essa história a uma experiência autobiográfica”. As narrativas orais não revelam somente os fatos ocorridos, mas também os sentimentos, os desejos e as memórias destes seres humanos que estiveram envolvidos no episódio da “curva do s”, no dia 17 de abril de 1996.

Mesmo sentindo falta de um corpo que foi tirado no massacre e, por isso, é visto como ausente. A chacina de sem-terra na “curva do s” mudou a vida dos sobreviventes, estes não tiveram mais condições de fazer suas labutas, porque sofrem com as sequelas até o momento. Deste modo, as suas narrativas também evocam a história dos corpos ausentes e das vidas perdidas, que fazem parte da memória desses trabalhadores e do próprio movimento social a que pertencem.

A esse respeito, a sobrevivente 9 nos relatou que: “[...] o que me faz lembrar? Os meus amigos, entendeu, as pessoas que morreram inocentes, que não mereciam da forma como foram mortos, isso que faz eu lembrar”. Desta forma, trata-se do passado atualizado no

presente pela lembrança dos sujeitos. Esta dimensão é ampliada pelo depoimento do sobrevivente 2, quando diz:

Eu lembro muita tristeza, muita perda, muito sangue derramado e muita gente apavorada, desesperados e muitos mortos, muitos espancado. Até hoje tem gente que só tem um olho e uso outro que não era dele mesmo, porque perdeu no massacre, e tem muita gente que sofre demais e demais. A gente sofre até hoje com isso, era um momento de alegria, que nós íamos seguindo para Belém para conseguir nossa terra, que era o nosso objetivo, que era ter uma terra para a gente conseguir trabalhar para viver igual eu estou vivendo hoje. Eu estou parado e fico lembrando daquilo que aconteceu, eu tento estar feliz, mas quando eu lembro do que aconteceu, de tantas pessoas que a gente perdeu para hoje estar aqui, aí a tristeza vem, bate a tristeza, porque era o que eles queriam também, era estar aqui hoje que nem eu estou e outros estão. (Trecho da entrevista/sobrevivente 2).

Ao lembrar o momento do massacre, a entrevistada 2 descreve como sobreviveu, ao mesmo tempo que lamenta a perda de companheiros. Ao lembrar dos companheiros de luta que tombaram, sente a ausência de um corpo que faz falta na luta. Desta forma, as narrativas ocupam um lugar de importância nas vidas dos sobreviventes. Esta dimensão revela aspectos das narrativas que podem se aproximar da compreensão de Benjamin (1994, p.205) quando diz que:

A narrativa, que durante tanto tempo floresceu num meio de artesão no campo, no mar e na cidade-, é ela própria, num certo sentido, uma forma artesanal de comunicação. Ela não está interessada em transmitir o “puro em si” da coisa narrada como uma informação ou um relatório. Ela mergulha a coisa na vida do narrador para em seguida retirá-la dele. Assim se imprime na narrativa a marca do narrador, como a mão do oleiro na argila do vaso.

Benjamin (1994) identificou que as narrativas são constituídas com o propósito de exprimir as experiências de vida dos sujeitos, as quais a escrita, por exemplo, não consegue dar conta. Desta forma, lembramos que o drama social que os trabalhadores rurais sem-terra vivem também tem a ver com a ausência do corpo.

Isto posto, os sobreviventes enfatizam o lugar de destaque das suas narrativas, ao se verem como partes da história. Esta perspectiva perpassa a fala do sobrevivente 5, quando afirma:

Para nós, porque é para nós, nós somos sobreviventes e somos a história desse massacre, então, a história do massacre elas são importantes para nós, os sobreviventes do Massacre de Eldorado dos Carajás'. Isto possibilita compreender que os sobreviventes são as próprias histórias sobre o dia 17 de abril, na “curva do s”. (Trecho da entrevista/sobrevivente 5).

Nesse relato, é possível perceber que os sobreviventes assumem uma posição de autoria quando contam a experiência vivida. Assim, persiste entre os sobreviventes o desejo de que as suas narrativas sejam cada vez mais compartilhadas. Além disto, o episódio da é apropriado por um discurso social, que faz parte de uma comunidade e do contexto social da luta pela terra. Essas narrativas perpassam uma via política, quando se propõem a mostrar a situação que os trabalhadores do campo vivem ainda hoje no Brasil.

2.3 O medo de um novo massacre e o trauma

As narrativas orais dos sobreviventes do massacre são expressões das tensões que ocorrem no campo entre os sem-terra e os latifundiários, pois é uma situação que envolve um jogo de disputa de interesses de classes. Neste sentido, um dos aspectos que aparece na fala dos sobreviventes é o medo, tanto em termos daquilo que é causado pelas lembranças que atualizam cenas do episódio vivido, como em relação à possibilidade que algo semelhante aconteça novamente no âmbito dos conflitos por terra no campo.

Essa dimensão do medo aparece, por exemplo, quando os sobreviventes relembram o episódio como no depoimento do sobrevivente 7, quando diz:

Eu passo lá direto, eu lembro dos que morreram e o sofrimento que a gente passou e a humilhação. A gente foi humilhado mesmo dentro do hospital, a gente chegava, cheio de polícia, o maior medo, aterrorizando a gente. Até hoje eu sou aterrorizado com a polícia, quando eu vejo polícia já fico nervoso, fico com medo, já fico me tremendo, porque para mim já vem querer matar a gente de novo. Na hora que eu vejo a polícia, lá vem e o meu sentido vai certinho no massacre. Na hora que vejo aquele carro da polícia passando assim, andando ligeiro, eu já lembro certinho do massacre, do que aconteceu e do tiro que eu peguei aqui no braço aqui. Nunca esqueci, nunca sai da mente da gente não, é lembrando direto, de estar lutando por uma coisa assim e, de repente, você é recebido por tiro e por bala. (Trecho da entrevista/sobrevivente 7).

As narrativas demonstram como os sobreviventes ainda hoje sentem medo, principalmente, quando lembram os momentos de dor e humilhação que passaram. Esse caráter também é percebido na narrativa do sobrevivente 6, que diz recordar o episódio cotidianamente: “*para mim, todo dia que completa aquela data para mim estou vendo aquela cena. É tanto que nem lá eu gosto de passar, eu passo porque é o jeito. Eu já falo lá em casa para minha mulher e meus filhos vem cá, eu só passo ali porque é o jeito, se eu pudesse eu não passava*”. Desta forma, os relatos se constituíram como parte do temor dos sobreviventes; o episódio é envolto de lembranças, histórias e experiências, que se manifestam no cotidiano e no modo de vida dos sobreviventes.

Não obstante, apesar de o MST ter reorganizado formas de atuação, após episódio, o trauma e o medo são constantes, principalmente entre os sobreviventes. Essa situação leva os a pensar em antes e após o episódio, como o sobrevivente 7 fez em seu depoimento:

A minha vida de antes, a minha vida de antes é que eu era corajoso assim para, principalmente na luta de terra assim, na luta para conseguir a terra. Depois do massacre eu fiquei um homem medroso tão grande, que eu não quero nem papo com o negócio de mexer com o movimento assim com o sem-terra. Eu não vou não, porque tenho medo de enfrentar a caminhada, de enfrentar uma passeata, como eu vejo gente fazendo essas entrevistas de movimentos sociais, [...]. (Trecho da entrevista/sobrevivente 7).

Os sobreviventes passaram a ter medo de participar de ações, como protestos, após aquele acontecimento. Neste sentido, o ato de narrar o episódio também passa a ser visto como uma alternativa na atuação do movimento social. É nesse contexto que os sobreviventes assumem o compromisso de contar suas histórias, para que assim os jovens aprendam com as experiências de luta e de vida dos sem-terra. Assim, os jovens ligados ao MST têm uma dimensão de sua formação política o contato com as memórias do episódio.

Em nosso trabalho anterior, (PEREIRA, 2014, p. 57) pudemos perceber que a memória social tem como função fundamental: “[...] trazer os acontecimentos do passado para o presente”. Desta forma, na medida em que o episódio está presente na memória e na vida dos sobreviventes, podemos refletir que:

O massacre de Eldorado dos Carajás faz parte da memória social do MST. Quando ocorre um conflito entre os sem-terra e os latifundiários as pessoas se recordam das lutas que aconteceram no campo, bem como a intensidade dos conflitos, sendo que este na “curva do s” é um dos mais conhecidos confrontos entre sem-terra e a polícia. Neste sentido, a memória social é um dispositivo que faz lembrar da morte dos 19 trabalhadores sem-terra, ocorrida durante um confronto com a polícia do Estado do Pará e que ficou mundialmente conhecido como ‘o massacre de Eldorado dos Carajás’. (PEREIRA, 2014, p. 54).

Apesar desse contexto, o episódio não significou por si só um retrocesso completo na luta pela terra, porque o movimento social, também, desenvolveu novas formas de mobilização. Assim, também refletimos naquele trabalho (2014, p. 48) sobre o fato que: “[...] o MST construiu uma cultura, alicerçada nas experiências de movimentos sociais e das pessoas que se inseriram na organização dos sem-terra”. Diante do princípio de “não se calar” face às injustiças sociais, a luta pela reforma agrária aparece como pauta. A esse respeito, Barreira (1999, p.140) destaca que:

No conflito do Eldorado dos Carajás, a reforma agrária aparece como o pano de fundo ou mesmo como palco de um cenário que tem na concentração de terra

brasileira, uma das mais altas do mundo, um grande ingrediente. Acampamento, ocupação e marcha são os principais elementos desta longa caminhada dos trabalhadores rurais por uma reforma agrária. (BARREIRA, 1999, p.140).

Neste sentido, os sobreviventes do massacre têm se organizado na reivindicação de direitos, como tratamento médico, indenizações, desapropriação de terra etc. No entanto, alguns deles se distanciaram da militância por medo de ações da polícia semelhante à do episódio. Esta situação apareceu, por exemplo, na entrevista com sobrevivente 7, quando questionado: “após duas décadas do massacre, quais são os sentimentos que ficam do dia 17 de abril de 1996?”. A esse questionamento o sobrevivente 7 respondeu: “[...] *eu tenho maior medo de enfrentar, medo de tiro de novo. O tiro que me atingiu não me matou, mas andou muito próximo. Se acontecer de estar no movimento social fazendo, ocupando pista, essas coisas, pode ser a minha última chance de eu escapar se acontecer um massacre daquele de novo. Eu tenho medo*”. (Trecho da entrevista/sobrevivente 7). Assim, enfatizou que o motivo para não querer participar de determinadas ações do movimento social tem a ver com o medo e com o trauma das mortes das vítimas.

As narrativas orais apontam para temáticas que fazem parte do cotidiano e da história dos trabalhadores rurais sem-terra. Portanto, as narrativas podem ser vistas como formas dos sujeitos se reconhecerem como classe social e pensarem sobre o seu mundo vivido. Esses aspectos apareceram na entrevista com o sobrevivente 7, conforme trecho em que reflete sobre a história desse episódio:

Quem conta? Eu acho que o Brasil todo sabe dessa história do massacre que aconteceu aqui. Um dia desse eu estava vindo em uma van e um pessoal que vinha de muito longe falando: “Eu ouvi dizer que teve o massacre aqui, por essa região aqui que vamos passar lá agora”. Eu disse: ‘Aqui foi onde aconteceu’, e mostrei as castanheira que é, que lá é Castanheira. É a lembrança do povo que morreu, aí muita gente conta essa história. Quem nunca nem passou pelo massacre conta essa história assim, não estava, mas viu pelo noticiário que passou né, viu e vê até hoje, tem as filmagens. (Trecho da entrevista/ sobrevivente 7).

Percebe-se que as narrativas dos sobreviventes se tornaram as expressões dos envolvidos sobre o que ocorreu no dia 17 de abril de 1996. Em outras palavras, as narrativas orais são formas de denunciar e revelar como o massacre ocorreu no dia da morte brutal de 19 trabalhadores. Na percepção de Barreira (1999, p.139) vemos que

As denúncias registradas logo após o massacre do Eldorado dos Carajás – de que os proprietários de terra da região se armaram para defender suas terras e que tinha ocorrido uma coleta de dinheiro para financiar a Polícia Militar para reprimir o MST – enquadram-se em uma prática política de não separação entre uma instância pública de uma particular.

Nesse caminho, o medo e o trauma são recorrentes na análise dos entrevistados. Ambos sentimentos passaram a fazer parte da vida dos sobreviventes, inclusive porque o estado do Pará, ainda hoje, tem sido palco de conflitos nos quais “diversas lideranças sindicais, religiosas e de movimentos sociais do campo depois de figurarem nas listas dos ameaçados de morte, acabam sendo assassinados sem que o Estado lhes dê alguma proteção de vida”. (CPT, 2012, p.13).

2.3.1 A luta para o massacre não cair no esquecimento

Há um esforço por parte dos sobreviventes para que o massacre de Eldorado dos Carajás não caia no esquecimento. Este processo implica a valorização da história e das suas experiências no MST, apontando aspectos da própria identidade e dos processos educacionais vividos pelos trabalhadores rurais sem-terra. A entrada no movimento marca o início de uma nova trajetória. Conforme mencionado por Caldart (2004, p. 375):

A importância desse processo pedagógico é radical: a identidade *Sem Terra* não teria se constituído sem o cultivo da memória do Movimento. Se um assentado *esquecer* que um dia foi acampado, e neste exemplo fica claro que esse esquecimento pode não ser intelectual, se também esquecer que muitas pessoas perderam sua vida pela terra em que hoje ele produz seu alimento, ele certamente deixará de ser um *Sem Terra*. O passado de que não conseguirá se desligar terá para ele um outro *sentido*. Dirá para seus filhos que um dia ele *foi um sem-terra*. Talvez até acrescente que *foi importante ter lutado porque assim eles, seus filhos, não precisarão passar pelo que os pais passaram*. Não é essa a memória ou o sentido do passado que a pedagogia do Movimento tem buscado cultivar. (CALDART, 2004, p. 375).

Neste viés, as narrativas orais são fenômenos culturais que passaram a fazer parte da tradição e da luta dos sem-terra. Conforme Halbwachs (1990, p. 57): “[...] se a memória coletiva não tivesse outra matéria senão séries de datas ou listas de fatos históricos, ela não desempenharia senão um papel bem secundário na fixação de nossas lembranças”. Essa ideia reforça o papel da memória coletiva, que é fundamental para a história dos agentes sociais, pois contribui para constituição de uma narrativa, que por sua vez possibilita o compartilhamento de experiências. Assim, “não é na história aprendida, é na história vivida que se apoia nossa memória”. (HALBWACHS, 1990, p.60).

Isso posto, os indivíduos constituem espaços de interação, que possibilitam formas de comunicação moldadas pelo próprio cenário de interação. Isto é, conforme disse Fernandes (2007, p. 11):

O sem-terra, como todo sujeito, vive em um mundo social, em um ininterrupto processo de interação no qual se encontra, direta ou indiretamente, em interlocução com outros sujeitos, com outros grupos sociais, com diferentes questões ideológicas e políticas, enfim, com o mundo e parte da complexidade que o envolve.

Pode-se dizer que o cenário é constituído pela interação entre as pessoas, com dimensões individuais e coletivas, que podem contribuir e estabelecer uma coesão no grupo do qual fazem parte. Nesta perspectiva, conforme Frehse (2008, p. 5): “[...] o espaço interfere na vida social como condicionante físico de interações”. Pode-se dizer que o espaço é fundamental para que as pessoas constituam suas performances desenvolvam tipos de interações sociais umas com as outras.

Podemos observar no trecho da entrevista abaixo, que os relatos dos sobreviventes revelam que as narrativas aparecem em diversos de seus espaços de interação e, por vezes, aludem a perspectiva de que não é possível esquecer o acontecimento:

O massacre não tem como não lembrar, só se a gente sair daqui da região e for para outras regiões. A gente não conseguia não sair da cabeça aquele massacre, pois aqui tem viúva, tem os nossos colegas sobreviventes, tem os filhos da viúva, tem aquele povo que nós fica olhando, fica comentando e vendo. Uma coisa chama muita atenção aqui, que não tem como não esquecer do massacre, a nossa autoridade, a polícia. Quando o cara vê a polícia, eu não, eu psicologicamente estou tranquilo, mas fiquei abalado muito tempo. Tem pessoas que faz 21 anos que aconteceu o massacre que a polícia não pode chegar de uma vez aonde ele está, tem que ser mais devagar, então, se for possível ele até corre da polícia, sem tá devendo nada, entendeu. [...]. (Trecho da entrevista/sobrevivente 1).

Atualmente existe um esforço por parte dos sobreviventes para que a história do massacre não caia no esquecimento. Eles narram ou relatam o episódio para que não fique esquecido no passado. Isso aparece no depoimento da sobrevivente 8, quando relata as estratégias adotadas pelo movimento social para esta finalidade:

Primeiramente o nosso assentamento tem o mesmo nome, 17 de abril, é uma coisa que não dá para esquecer mesmo. Se alguém /pessoas que querem esquecer, mas tem o assentamento 17 de abril, porque ocorreu isso no 17 de abril, e não dá para esquecer. Agora tem minha menina, ela sabe da história, eu conto para ela desde quando elas começaram a entender, ela perguntava mãe porque, porque “curva do s”? Porque o assentamento 17 de abril? Eu contava tudo para ela, contava tudo direito para elas né. Olha aconteceu isso, isso e isso, sua mãe estava lá, seu irmão estava lá. Então, assim, é uma coisa que não dá para esquecer e nem apagar da memória de jeito nenhum, aí a juventude criou um projeto, um acampamento pedagógico todo ano, para não cair no esquecimento mesmo. (Trecho da entrevista/sobrevivente 8).

Essas memórias costumam vir à tona, especialmente, nos meses de abril, período em que são homenageados os mortos no episódio, sendo que as lembranças provocam fortes momentos de tensões na região sudeste do Pará. Este mês marca o início da jornada da luta pela reforma agrária, a partir do dia 17 de abril de cada ano, como mostra o trecho da entrevista com o sobrevivente 11:

Quando chega o mês de abril a gente sempre faz manifestação, a gente sempre vai lá na “curva do s”, faz algum ato lá, alguma coisa lá. Também eu vejo muitos as viúvas e filhos de pessoas que estava junto comigo lá que morreu. Sempre que eu vejo ele eu lembro daquilo lá, o menino e criançinha, hoje tudo adulto, já perderam o pai naquela época lá. Senhoras que ficaram aí, batalhando sozinhas, que perdeu o marido. Tudo faz lembrar do massacre. Também de vez em quando, quando vejo a polícia, eu lembro que foi pago para proteger o povo, aí vem o fazendeiro, bota dinheiro na mão dele, e ele sai matando, uma covardia grande. (Trecho da entrevista/sobrevivente 11).

Os sem-terra realizam um ritual na “curva do s” após o massacre, que se repete todos os anos, no mês de abril, com uma semana de formação política voltada aos jovens ligados ao MST, com homenagens aos militantes mortos. É também um momento para lembrar que os sobreviventes ainda se encontram na luta por melhores condições de vida. Com estas finalidades, todos os anos os sobreviventes, em conjunto com os demais militantes do MST, montam o chamado “Acampamento da Juventude”. O dia 17 de abril, particularmente, é de tristeza; os sobreviventes e demais militantes têm contato com as viúvas e rememoram os nomes dos seus companheiros perdidos.

Por outro lado, as narrativas orais contribuem para entender a história de vida dos trabalhadores e afastam a possibilidade de esquecimento do episódio. De acordo com Burger e Vituri (2013, p.12):

Tecer a talagarça da vida por meio da história de vida e da história oral é assumir uma responsabilidade para com a arte e para com a verdade. É enriquecer o legado de um indivíduo, de um povo de uma nação, possibilitando aos indivíduos das camadas menos favorecidas da população, e não somente aos grandes heróis da história, o direito a vez e a voz, ao resgate do protagonismo de suas próprias vidas. O que representa uma oportunidade impar de aperfeiçoamento ou até mesmo de transformação do ser ao permitir-lhe a sua inserção como um ser-no-mundo, um ser-dentro-do-mundo e um ser-com-o-mundo.

Os relatos dos sobreviventes se tornaram formas de denúncia da situação dos conflitos em torno das disputas por terra e pela reforma agrária no país. Tal ênfase é subjacente ao depoimento do sobrevivente 1, quando diz que:

Veja bem, a primeira coisa é que a gente conta essa história não é só uma vez, nem duas, nem dez. E nunca se cansa de contar toda vez que a gente acha uma oportunidade, a gente fala sobre massacre Eldorado é contra impunidade, porque se nós deixar o massacre de Eldorado de Eldorado de Carajás cair no esquecimento fica muito mais fácil outro massacre. Para você ver, aqui nessa região, nossa, era um massacre atrás do outro, depois do Massacre de Carajás aconteceu outros massacres, mas é mais longe um do outro. Tipo assim, Fusquinha, doutor e irmã Doroty e agora veio Pau D'Arco. Então existiu outros massacres, mas essa história a gente conta ela e o objetivo nosso é que ela sirva para, de alguma forma, denunciar. De qualquer forma está fazendo uma denúncia, a gente está falando, a gente tem vez e tem voz então, a gente não pode deixar cair no esquecimento o massacre de Eldorado dos Carajás. (Trecho da entrevista/sobrevivente 1).

Os sujeitos passam a ter voz enquanto contam suas histórias de vida. Na medida em que narram as histórias e experiências, assumem determinadas posições dentro do seu grupo social. Portanto, buscou-se com este diálogo refletir sobre aspectos da história de vida dos trabalhadores rurais sem-terra, o que possibilitou conhecer as memórias, a cultura e o modo de vida dos sobreviventes e como eles têm atuado para que o episódio não caia no esquecimento.

2.3.2 O Estado e o massacre de Eldorado dos Carajás

O Pará se constituiu, historicamente, como um dos estados com mais conflitos por terra no Brasil, devido às grandes extensões de territoriais da Amazônia e à política de seus governos. As tensões têm relação com o desenvolvimento da propriedade privada, sendo que os latifundiários e os empresários por vezes se aproximam do Estado, visando expandir suas terras.

Nesse contexto, vale destacar Marx e Engels (2017, p. 30), para quem:

[...] a burguesia suprime, cada vez mais, a dispersão dos meios de produção, da propriedade e da população. Aglomerou as populações, centralizou os meios de produção e concentrou a propriedade privada em poucas mãos. A consequência necessária dessas transformações foi a centralização política.

Assim, no caso brasileiro, Estado e burguesia se aproximam ou mesmo se confundem em seus interesses.

Nesta perspectiva, recorrendo ao trabalho de Ishii (2017, p. 207), podemos ter mais detalhes acerca do contexto da luta e dos conflitos por terra, no estado do Pará:

O Estado campeão, que tem concentrado grande parte das ocorrências de conflitos de terra, tem sido o Estado do Pará apresentando um milhão e 260 mil quilômetros quadrados de terra, o que significa mais que o dobro do tamanho da França e mais que a Itália, Espanha e Alemanha juntas e com uma baixíssima densidade demográfica. Lá vivem cerca de seis milhões e 600 mil pessoas o que é pouco mais de um terço da população que vive na região da chamada ‘Grande São Paulo’, ou seja: lá, sobra terra, conclui o jornalista. Mesmo assim, a impunidade, violência e conflitos acirrados pela posse da terra são sinônimos da região. Segundo dados de relatório da Comissão Pastoral da Terra – CPT, entre os anos de 1985 e 2004 morreram no Brasil 1.399 trabalhadores rurais e somente no Pará, foram mortos 772 camponeses e ativistas dos direitos humanos, entre os anos 1971 e 2004 e, somente em 1996, ano do massacre em Eldorado dos Carajás, o Estado do Pará foi responsável por 72% dos assassinatos de trabalhadores rurais no país. (ISHII, 2017, p.207).

A situação relatada por Ishii aponta para alto índice de mortes de trabalhadores no estado do Pará relacionado à questão da grande propriedade de terra. Na medida em que a luta

pela luta terra avança, se desenvolvem também os conflitos. Isso leva a refletir se o processo histórico que gira em torno da questão agrária está ligado ao acirramento da luta de classes no Pará. Nesse sentido recorreremos, mais uma vez, a Marx e Engels (2017, p.24), para ressaltar que “a sociedade divide-se cada vez mais em dois vastos campos opostos, em duas grandes classes diametralmente opostas: a burguesia e o proletariado”.

Em suas falas, os sobreviventes entrevistados muitas vezes apontam o governo e os coronéis – grandes proprietários rurais –, como responsáveis pela violência no campo. A esse respeito, o sobrevivente 8 fala sobre a origem da ordem para ação policial que culminou no episódio aqui tratado:

[...] eles sentiram incomodado com agente, que foi no governo dos Tucanos. Quem mandou fazer essa matança com a gente foi Almir Gabriel com a turma dele, o Coronel Pantoja, que era o chefe do batalhão de Marabá, o Major Oliveira, o chefe de Batalhão de Parauapebas. Então, assim, eles sentiram, eu acho, incomodado, ‘Esse sem-terra estão incomodando muito e estão fazendo muito barulho, mata que eles acabam’. Eu acho que na ideia dele foi essa, mata eles, tira o povo da pista de qualquer maneira. Para um bom entendedor meia palavra abasta né, tira o povo da pista de qualquer maneira. De qualquer maneira, então foi a maneira que a polícia achou, de matar, de chegar já matando, e não aquele negócio deles chegar, do comandante, desse lá, o Coronel Pantoja e o Major Oliveira vim procurar os militantes, e encontrar o pessoal, e vamos ter uma conversa, como que nós pode tirar você daqui da pista. (Trecho da entrevista/sobrevivente 8).

Em função disso, os sobreviventes dizem que precisam tomar certos cuidados nas suas ações de ocupação e resistência na disputa de propriedades. No Pará, a ocupação da estrada pelos sem-terra em 17 de abril de 1996 desencadeou a ação repressiva do Estado, o que leva a questionar até que ponto a instituição desempenha a função social a qual se destina.

Os sobreviventes contam suas histórias ao mesmo tempo em que lutam frente ao Estado por reparação e assistência social. Essa situação nos leva a pensar sobre o papel do Estado, evocando a ponderação de Geertz sobre sua atuação diante de interesses particulares:

Na maioria das vezes, eles governavam para proclamar seu status, proteger (ou, quando possível, ampliar) seus privilégios e exercer seu estilo de vida. Quando regulamentavam sobre assuntos além do seu alcance imediato — o que raras vezes acontecia — eles o faziam apenas de forma derivativa, como reflexos de preocupações mais estratificadoras do que propriamente políticas. (GEERTZ, 2008, p.140).

Como se vê, a reprodução de interesses particulares nas ações daqueles que governam, implica na reprodução de privilégios. Desta forma, a política de um governo burguês se expressa nos mais diversos assuntos e, mais particularmente, nas relações econômicas. À semelhança do que disse Fernandes, podemos ver que:

Um capitalismo que depende da atividade do operário para *crescer e reformar-se*, que não se revela suficientemente maduro para concentrar nas classes burguesas os dinamismos reais da sociedade de classes e do Estado Burguês, é um capitalismo condenado à crise permanente e ao desaparecimento precoce. (FERNANDES, 2009, p. 30).

O advento do Estado Burguês contribui para o processo de exploração dos trabalhadores. Conforme é frisado por Fernandes (2009), o Estado (o Brasil) é manipulado pelo poder do capital estrangeiro, pela dominação imperialista diante das contradições da economia política. Por sua vez, Marx e Engels (1984, p.101) atestam que “[...] o Estado só existe por causa da propriedade privada, pelo que isto passou também à consciência geral”. É neste contexto que a classe trabalhadora é atingida pela oscilação do capital.

Essas injunções têm reflexos nas vidas dos sobreviventes do episódio em discussão, sendo que o apoio do Estado foi um projeto de habitação; no entanto, ainda em 2020 eles esperam por tratamento e indenizações do governo. Yado e Romão (2011, p. 12) esclareceram a esse respeito que “[...] tal direito, eles só começaram a receber em 2006, 7 anos depois da sentença, 8 anos do início do processo e 10 anos, 3 meses e 14 dias depois do massacre. O acordo foi firmado em 1 milhão e 200 mil reais e a indenização de cada vítima variou entre 30 a 90 mil reais; [...]”. Além desta situação que se arrasta, os sobreviventes têm procurado meios de permanecerem na terra, como fica evidente no trecho de entrevista do sobrevivente 6:

Entre os trancos e barrancos, eu melhorei um pouco, porque na época do massacre eu não tinha um lugar para morar e não estava conseguindo. Nós conseguimos cinco alqueire de terra, fizemos uma casa pelo Estado e estamos lá batalhando. Tenho sete filhos e criei mais sete da minha esposa. Quando arrumei ela, ela já tinha sete, sete com sete são 14. E nós vive lá esse mundo de gente dentro de cinco alqueire de terra, nós estamos arruando para comer né. Está dando para sobreviver, para comer não tenho o que dizer, graças a Deus. (Trecho da entrevista/sobrevivente 6).

Percebe-se que este episódio se configura como algo trágico na vida dos sobreviventes. Nesse sentido, é recorrente a alusão aos governos do estado do Pará e o questionamento sobre como eles têm agido em relação ao episódio e aos conflitos por terra. Esse tipo de questionamento é observado no depoimento do sobrevivente 9, quando diz que:

Na minha opinião, acho que ignorância, burriedade do governo, que na época era Almir Gabriel. Tinha muitos meios de tirar sem ter esse tipo de ocorrido, porque hoje em dia a tecnologia está muito grande, tem muitos meios de chegar lá e fazer acordo. Foram feitos vários acordo e não foi cumprido nenhum. A maneira que eles acharam de afastar o povo foi essa. Tinha umas pessoas que falava “estou fazendo isso porque eu fui mandado”. (Trecho da entrevista/sobrevivente 9).

Para amenizar a tensão no estado do Pará, foi desapropriada uma área de terra para os sobreviventes e familiares (viúvas e filhos) dos trabalhadores rurais sem-terra mortos no dia

17 de abril de 1996. Assim, a luta pela terra foi ampliada por outras reivindicações, como por assistência médica e condições de vida na terra. Desta forma, o estado aparece, novamente, nas palavras do sobrevivente 6, quando diz que:

Então, é esse o massacre, ele é lembrado. Faz tempo que nós luta para nós ter aquela terra do massacre ali oh, para nós fazer um memorial e não conseguem, o Estado não consegue. E tem dinheiro para meio mundo de coisa, mas para aquilo não tem. Agora uma coisa que eu queria mesmo, que eu tenho vontade, que o Estado faça, é cumprir com as tarefas dele. Como está regido lá no documento que nós ganhou na Justiça, que o Estado tinha que fazer isso até nós ficar velhinhos, para filhos e netos. Não precisa a gente está comprado nada, a gente só ia lá, levava o número e não precisava está nessa correria e fazendo gasto com aquele para ajudar no tempo dele. (Trecho da entrevista/sobrevivente 6).

Nesse ínterim, o Pará é considerado um dos estados com maior índice de violência no campo, nos quais são recorrentes tensões entre latifundiários e lideranças que atuam na luta pela terra e pela preservação da floresta amazônica. Nesse contexto, o levantamento realizado pelo Centro de Documentação Dom Tomás Balduino – CPT demonstra que:

O estado do Pará é historicamente conhecido pelos conflitos no campo que ameaçam, escravizam e assassinam dezenas de homens e mulheres todos os anos. Anapu não escapa desse cenário. Irmã Dorothy, padre Amaro e as irmãs de Notre Dame de Namur colocaram suas vidas a serviço das pessoas abandonadas pelo Estado à própria sorte (CEDOC DOM TOMÁS BALDUINO – CPT, 2019, p. 203).

Nesse contexto de conflitos, o assassinato de lideranças dos movimentos sociais e ambientalistas merece atenção. Os dados (CEDOC DOM TOMÁS BALDUINO – CPT, 2019, p. 85) mostram que “o estado do Pará teve o maior número de situações de violência contra mulheres em conflitos no campo, ano 2018”. Isso está relacionado à luta contra grandes empresas que atuam na região, “de acordo com os dados, foram 21 no total, em um estado onde predomina a exploração dos recursos naturais por megaempreendimentos, como por exemplo as mineradoras e hidrelétricas, e há uma histórica conflitividade agrária. (CEDOC DOM TOMÁS BALDUINO – CPT, 2019, p. 85)”. Essa situação não é privilégio de um estado específico, no Brasil, todavia, tem chamado atenção por sua recorrência nas regiões Norte e Nordeste, o que é atestado na medida em que: “são vários os casos que em decorrência das suas lutas, [...], mulheres são assassinadas, perseguidas e criminalizadas e/ou vivem em situações de ameaça, perigo e violações de direitos. (CEDOC DOM TOMÁS BALDUINO – CPT, 2019, p. 85)”.

O poder público não tem dado conta de punir os responsáveis pelas mortes de lideranças e sem-terra no campo, e isto está relacionado à correlação de forças entre proprietários e trabalhadores, que recai sobre o Estado. Neste sentido, a sobrevivente 2 ressalta em seu depoimento: “[...] é porque o governo do Pará era contra nós, aí eles falou

para a turma dele que viesse tirar a gente da estrada, desocupar as estradas. Aí eles perguntaram de que jeito, e aí só responder do jeito que vocês der conta, vocês que sabe. Aí, então, já que eles colocou para eles de um jeito ou de outro, aí foi o jeito que eles acharam foi matar né, [...]”. (Trecho da entrevista/sobrevivente 2).

O que pode ser visto por meio dos relatos dos sobreviventes em relação ao papel do estado é que há um tratamento desigual entre as partes envolvidas nos conflitos por terra por parte dos governos do Pará. Há uma visão do Estado como sendo ausente de compromisso com a classe trabalhadora, como sugere o trecho da entrevista com o sobrevivente 1:

Eu não tenho muito que reclamar, a minha revolta é porque, além dos 19 trabalhadores rurais que tomaram na luta, são mais 69 que ficaram feridos. E nós ficamos meio triste com isso. Outra coisa que eu queria relatar também é a questão dessa pensão e da indenização dessas 69 pessoas que foram baleadas na “curva do s”. Tem mais de 20 que ainda não foram beneficiados, nem com pensão nem com indenização nem nada. E os policiais que mataram foram indenizados por danos morais. O Estado colocou eles por ter passado por constrangimento por matar gente, segundo o advogado deles. Entrou na justiça e conseguiram indenizar os 53 policiais, ou 55, uma coisa assim. Eu tenho até o nome deles todos, é porque faz tempo que não olho para o livro e estou esquecido. (Trecho da entrevista/sobrevivente 1).

Desta forma, os sobreviventes falam de uma situação de miserabilidade em que os trabalhadores rurais vivem no campo, que teria a ver com a ação ou omissão do Estado ao tender tomar partido de uma parcela da sociedade. Nesse sentido, conforme esclareceu Geertz (2008, p. 139):

Para que um Estado possa fazer algo mais do que administrar privilégios e defender-se contra sua própria população, seus atos precisam ter continuidade com os elementos cujo Estado ele se propõe ser — seus cidadãos — esses atos precisam ser, num sentido mais intenso, ampliado, os seus atos.

A visão sobre o Estado e do quanto seu papel é envolto de conflitos de interesses ou de contradições, pode ser evidenciada por Marx e Engels (1984, p.101) ao analisarem que:

[...] o Estado é a forma em que os indivíduos de uma classe dominante fazem valer os seus interesses comuns e se condensa toda a sociedade civil de uma época, segue-se que todas as instituições comuns que são mediadas pelo Estado, adquirem uma forma política. Daí a ilusão de que a lei assentaria na vontade, e para mais na vontade dissociada da sua base real, na vontade livre. Do mesmo modo o direito é, por seu turno, reduzido à lei.

O episódio analisado nesta tese pode ser visto como emblemático, ao se considerar a forma como o Estado se posiciona ante aos conflitos entre diferentes grupos sociais. Na visão do sobrevivente 4 o que aconteceu na “curva do s” tem nome e culpados, mas isto está ligado diretamente à responsabilidade do poder público e o latifúndio. Assim, refletimos sobre a relação da luta de classes com os conflitos por terra no estado do Pará. Deste modo, o

episódio em questão poder apreendido como expressão da luta de classes, diante do entendimento de Marx e Engels (2017, p.37): “[...] toda luta de classe é uma luta política”. Isso define o caráter da luta dos trabalhadores sem-terra na região Sudeste do estado do Pará, a qual não se resume na reivindicação da desapropriação de um lote, mas que tem a ver com uma ação política que visa ao projeto de reforma agrária.

2.3.3 O Estado e as alianças

Atualmente, a relação entre os trabalhadores rurais sem-terra com o Estado se expressa, por exemplo, por meio do medo que dizem ter da polícia e pela luta por uma série de reivindicações. Essa situação é demonstrada pelo sobrevivente 1, quando diz que: “[...] ficou abalado psicologicamente, não dá conta de ficar perto da polícia”, situação que se relaciona com o fato de o Estado não ter cedido às reivindicações dos trabalhadores. Ao contrário, na visão dos entrevistados, o Estado teria atuado em favor dos proprietários rurais, como diz o sobrevivente 2:

Ele atendeu os fazendeiros que pediram para tirar a gente de um jeito ou de outro, ele mandou tirar na bala. Então, as pessoas que estava lá dentro, que fala contra a gente, é porque eles é do lado do governo do Pará e do lado dos fazendeiros, ele não vai falar bem de nós. Por eles nós morria, nós levava a vida sem ter onde criar nem um pinto e nem um porco; nem viver e nem ter uma casa para morar, que morasse debaixo da ponte. Era o prazer dele, passar por cima de nós, a gente tinha deixado a ponte na linha trem lá debaixo, sem ter casa para morar. (Trecho da entrevista/sobrevivente 2).

Neste contexto, é válido lembrar a assertiva de Marx e Engels (2017, p. 26) quando dizem que: “[...] o governo moderno não é senão um comitê para gerir os negócios comuns de toda a classe burguesa”. Assim, o Estado dá condições de atuação para a classe mais poderosa (burguesa), ao passo que a classe operária é sufocada com a existência do capitalismo, pois, para Fernandes (2009, p.24), “[...] independentemente do atraso ou do avanço da burguesia, a revolução burguesa abriu caminhos reais à luta de classes”. Desta forma, as possíveis alianças entre burguesia e Estado têm repercussões na vida da classe trabalhadora e na exploração da sua força de trabalho.

No trecho a seguir o sobrevivente 1 descreve, em seu ponto de vista, como a burguesia tem agido no estado do Pará:

Olha, o capitalismo, junto com latifundiário e o poder político e judiciário são tudo a mesma coisa. Eles estavam tentando barrar os trabalhadores aqui nessa região e já tentaram de muitas formas, esse não foi o primeiro e nem vai ser o último massacre. Depois disso vão matar mais gente. Eles tentaram prendendo liderança, não conseguiram; tentaram matando liderança, não conseguiram. Vamos fazer eles ficarem com medo e nunca mais pisar aqui, pensaram, e organizar e mobilizar

ninguém para conquistar terra da gente, que eles falam é invadir, mas na verdade nós fazemos é ocupar. A terra não é deles e nós estamos precisando e vamos trabalhar. De todas as formas tentam calar a gente e mudar a história. (Trecho da entrevista/ sobrevivente 1).

Neste viés, o Estado se constituiu historicamente como instituição que, em certa medida, acaba não só influenciando, mas também regulando as relações sociais, o que redundava no estabelecimento de regras, leis e mecanismos de controle dos sujeitos e grupos sociais. A instituição assume uma função essencial na sociedade, pois, na visão de Geertz (2008, p. 140), “[...] a noção de que o Estado é uma máquina cuja função é organizar o interesse geral penetra em tal contexto como uma ideia totalmente estranha”. Desta forma, recai sobre o Estado um papel controverso, pois, se por um lado há o argumento de que sua existência se justifica pelo fato de trabalhar equacionar os interesses de todos cidadãos, por outro, sua ação acaba sendo influenciada por interesses particulares dos grupos que detêm o poder e/ou o capital.

Essa perspectiva teria a ver com o fato de que a acumulação capitalista teria consequências sobre o Estado, como nos explica Fernandes (2009, p.34):

Para a consciência burguesa e para a economia política, o *capital cria tudo*: o desenvolvimento capitalista, a massa de trabalho, o progresso tecnológico, a liberdade política, o Estado democrático, o florescimento da cultura etc. Na verdade, o capital só se produz e reproduz quando surgem as condições especiais e históricas de existência da propriedade privada, da acumulação capitalista acelerada, da constituição de um exército industrial de reserva etc. Portanto, a burguesia se atribui a criação de condições que a produzem e a reproduzem, bem como produzem e a reproduzem o trabalho como mercadoria. (FERNANDES, 2009, p.34).

Neste contexto, os trabalhadores são submetidos à exploração do trabalho e pela distribuição desigual dos bens culturais e materiais da sociedade. Em tal processo, cada vez mais os próprios seres humanos se tornam mercadorias. Conforme refletiu Marx (1993, p.173):

O trabalhador produz o capital, o capital produz o trabalhador. Assim, ele produz-se a si mesmo, e o homem enquanto trabalhador, enquanto mercadoria, constitui o produto de todo o processo. O homem não passa de simples trabalhador e, enquanto trabalhador, as suas qualidades humanas existem apenas para o capital são mutuamente estranhos, relacionando-se apenas entre si de modo externo e acidental, este carácter estranho tem de revelar-se na realidade. (MARX, 1993, p.173).

De maneira geral, essa situação tem relação com papel e o poder que o Estado exerce na vida dos trabalhadores rurais sem-terra, que foram impedidos de dar curso à marcha rumo a Belém, uma vez que foram surpreendidos pelo episódio do massacre. Portanto, existe uma relação de conflito em torno da questão da terra, que envolve trabalhadores rurais sem-terra, proprietários rurais e Estado. Neste sentido, na visão de Martins (1991, p.120), “[...] o

próprio Estado, com o peso de sua força, econômica e militar, abriu espaços novos, geográficos e econômicos, para o capital.” Chama atenção, neste sentido, a possibilidade de o Estado agir em torno de interesses particulares, quando usa a sua força militar para dar vasão a tais projetos. Neste viés, a luta dos sobreviventes tem se intensificado nos últimos anos, principalmente pela forma como veem a ação do governo diante dos interesses em disputa.

2.4 Oziel Alves e formação da militância

Atualmente, jovens ligados ao MST participam, anualmente, de atividades culturais e conhecem a história do massacre de Eldorado dos Carajás, durante o acampamento Oziel Alves Pereira²⁵. Durante essa atividade, as narrativas orais são fundamentais no processo de formação da militância do MST.

Oziel Alves se tornou um dos mártires do MST, pois foi uma das vítimas do episódio que vimos discutindo. Ele é tido como mártir pela coragem e ousadia que lhe foram atribuídas pelos sobreviventes. Por isso o acampamento da juventude recebe o seu nome, por ter sido um jovem que faleceu com apenas 17 anos de idade, enquanto lutava por uma causa coletiva. Conforme podemos ver no trabalho de Caldart (2004, p. 375),

Fazer uma ação simbólica em memória de um companheiro que tenha tombado na luta, ou de uma ocupação que tenha dado início ao Movimento em algum lugar, é educar-se para sentir (mais do que para saber) o passado como seu, e portanto como uma referência necessária às escolhas que tiver de fazer em sua vida, em sua luta; é também dar-se conta de que a memória é uma experiência coletiva: ninguém ou nada é lembrado em si mesmo, descolado das relações, sociais, interpessoais, que continuem sua história.

A figura de Oziel Alves Pereira é recorrente na história de vida e de luta dos trabalhadores rurais sem-terra, o que chama atenção no dizer do sobrevivente 8: *“foi a hora que eles pegaram o Oziel pelos cabelos para o meio da pista ali linchando e fala sua palavra de ordem, a palavra de ordem de vocês e ele gritava MST, quando mais ele grita mais eles torturaram ele. O Oziel não morreu no início, no momento na curva, eles terminaram de matar ele lá no hospital no 30”*. (Trecho da entrevista/sobrevivente 8). É válido destacar que, mesmo no momento derradeiro da sua vida, o jovem militante assumiu a palavra como portavoza da história de luta do MST e lutou até o momento da sua morte, resistindo às ameaças e às torturas que o fizeram tombar diante dos seus companheiros e companheiras desesperados.

²⁵ É uma das atividades do MST que se tornaram importante para os sem-terra, ela ocorreu desde o massacre de Eldorado dos Carajás, na “curva do s”. Todos os anos os trabalhadores montam o acampamento com o objetivo de propiciar aos jovens do movimento uma formação política. Além de ser um espaço de articulação da luta na região, também é o momento de rememorar a luta dos companheiros que tombaram no dia do massacre.

Essa cena de crueldade ainda hoje é motivo de pesar pelos sobreviventes e dentro do MST, como um todo, e reveste de sentidos e significados que alimentam a luta desses trabalhadores, ao lembrarem da memória presente do jovem Oziel.

Os momentos que o militante passou durante o episódio, de certa forma, fizeram com que se tornasse uma fonte de inspiração para os sobreviventes e demais militantes do MST. O contexto em que se deu o episódio revela que a ação policial visou às lideranças dos movimentos:

Os policiais iniciaram os disparos contra os membros inferiores (pernas). Depois selecionaram as lideranças que deveriam ser mortas e encontraram OZIEL ALVES PEREIRA em uma barraca. Com os trabalhadores feridos e rendidos, os policiais passaram a usar os próprios instrumentos de trabalho dos lavadores como foice e machado para matá-los. O massacre durou aproximadamente uma hora. Os mortos e feridos foram levados pelos policiais para o acastamento. Às 19 horas, a rodovia PA 150 estava liberada, conforme exigência do governador Almir Gabriel. (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, 1999, p. 16).

Além de diversos disparos contra os trabalhadores e da caçada aos membros da direção do movimento, os policiais executaram o jovem de 17 anos. Sabe-se, pelos depoimentos, que Oziel foi morto após os policiais o terem capturado e feito uso dos próprios instrumentos de trabalho dos acampados para atacar, de forma fulminante, as pessoas que estavam rendidas e feridas. O militante se tornou um símbolo na luta pela terra e não é esquecido pelos sobreviventes e pela juventude ligada ao MST, como é percebido no depoimento do sobrevivente 8:

Lá nessa casa estava o Oziel, a casa estava lotada de mulher e criança. O menino estava escondendo para proteger as mulheres e com as crianças né, porque na semana que nós saímos na marcha ele falou para o meu coordenador, “Olha João, acontecer o que acontecer eu não abandono meu povo”, ele disse essa palavra né, um rapaz de 17 anos novinho, 17 anos é criança ainda. Aí eles pegaram ele, furou ele, torturaram ele até a morte. (Trecho da entrevista/sobrevivente 8).

A forma como esse episódio se desencadeou ainda hoje comove todos aqueles que foram envolvidos direta ou indiretamente, pois, na visão da sobrevivente 9, “[...] não é uma coisa assim que a pessoa pode esquecerem, não tem como esquecer”. Desta forma, faz parte da luta e da atuação do movimento social não permitir que os fatos caiam do esquecimento. Assim, a figura de Oziel Alves é recorrente, como faz o sobrevivente 6 em seu depoimento:

O finado Oziel eles pegaram lá na frente do buteco e levaram ele vivo e amarrado, eu vi o momento que pegaram, depois que acabou tudo. Reuniram esse povo que papocaram tudo e eu fiquei lá, eu só sai na hora que eu vi chegando o jipe do exército, aí eu disse: “Agora eu posso sair, viu”. Chegou um comandante do exército, não sei o nome dele, e falou assim: “Agora nós veio para fazer...”, como que ele chama... “fazer varredura na área, para saber se tem alguma pessoa morta nas proximidades”. (Trecho da entrevista/sobrevivente 6).

Neste patamar, Caldart (2004, p. 347) faz referência a um sentimento de irmandade que se dá entre os atuais militantes e a figura de Oziel Alves:

É difícil hoje um sem-terra do MST que não se sinta um irmão de Oziel, aquele jovem que morreu em Eldorado dos Carajás gritando *viva o MST!* Isso torna mais complexos e variados os processos educativos movidos pela coletividade sem-terra; porque, se boa parte da formação humana acontece nas relações interpessoais cotidianas e repetidas (o dia a dia de um acampamento, de um assentamento, de uma família, de uma escola), certamente o processo fica mais rico quando esse cotidiano não se refere sempre a um mesmo lugar, às mesmas pessoas, às mesmas relações, e também quando um cotidiano local pode trazer em si os ingredientes de outros lugares, de outros tempos, constituindo-se como que a materialidade cultural de um processo histórico mais amplo.

Essa perspectiva ajuda a manter uma coletividade, principalmente, em termos de uma memória que é retroalimentada em torno do ocorrido com o militante Oziel Alves naquela ocasião. A esse respeito Caldart (2004, p. 209) esclarece que:

E a associação de datas evoca uma pergunta ainda mais difícil, ela própria provocadora daquele mesmo arrepio: o que levou o jovem Oziel, de 17 anos, durante o massacre de 17 de abril de 1996 em Eldorado dos Carajás, no Pará, mesmo sob tortura, continuar gritando, até morrer, *viva o MST?* Não há como responder apenas intelectualmente a essas perguntas. Mas certamente não foram poucos os caminhantes da marcha que se lembraram de Oziel, cada vez que o cansaço os fazia pensar em desistir de tudo. Cada obstáculo parece muito menor, quando se evoca a lembrança do que está em jogo, e então a paixão pela luta vai ficando maior do que o cansaço, maior do que a dor, maior do que o medo...

O militante Oziel Alves, mesmo depois de duas décadas do episódio, continua presente na vida dos trabalhadores rurais sem-terra, principalmente da juventude ligada ao MST. Por isso, a alusão à sua história. Nessa perspectiva, a mesma autora citada acima ressalta ainda que:

Cultivar a memória é mais do que conhecer friamente o próprio passado. Por isso talvez exista no MST uma relação tão próxima entre memória e mística. Através da mística do Movimento os sem-terra celebram a sua própria memória, de modo a torná-la uma experiência mais do que racional, porque enraizada em todo o seu ser humano. (CALDART, 2004, p.375).

Neste viés, os agentes participam de um processo formativo que se inicia com a entrada no movimento e com participação das atividades políticas do movimento social. Nesse contexto, a respeito desta dimensão do processo formativo, Caldart (2004, p. 344) explica que:

Voltar a ter raiz é certamente uma das grandes e primeiras conquistas dos sem-terra que entram no MST, e é ela que permite a cada pessoa abrir-se para a possibilidade de continuar sua formação como sujeito. Quanto mais enraizado em sua nova produtividade, mas o sem-terra poderá ser educado por ela. E estou falando aqui de diversos e combinados processos de enraizamento: no grupo do acampamento, na terra, na família sem-terra, na cultura material de quem luta e trabalha na terra, nas

diversas práticas sociais, na possibilidade de estar em uma escola, e na própria cultura do Movimento.

A formação dos trabalhadores rurais sem-terra é ligada a vários fatores que envolvem dimensões sociais, políticos, culturais etc. Para a autora citada, o processo de enraizamento dos sem-terra está ligado à relação que o trabalhador estabelece com a terra e por meio da dinâmica da luta e de trabalho na terra. Assim, Caldart aponta que a cultura do MST é fundamental para esta formação, na medida em que:

A cultura que busco entender no processo de formação dos sem-terra pelo MST é, pois, aquela que, por se produzir na dinâmica de um movimento social, ou de uma luta social, diz respeito bem mais ao *extraordinário* do que ao *cotidiano*, entendido este no sentido daquilo que se repete todos os dias, dos costumes mais estáveis, rotineiros. A dinâmica de uma luta social que se desenvolve durante um certo período de tempo, como tem sido a luta pela terra e pela Reforma Agrária feita pelo MST, também passa a ter um cotidiano, mas se trata de um cotidiano que exatamente rompe ou pelo menos retrabalha certos padrões ou certas tradições presentes naquele chamado *modo cotidiano de vida*. Por isso mesmo, ele produz significados, valores, comportamentos, ideias, com uma dimensão diferente daquelas usualmente incluídas no conceito antropológico de cultura. (CALDART, 2004, p. 38).

A esta cultura são aglutinados valores e saberes, constituídos historicamente. No cotidiano da luta pela reforma agrária esses trabalhadores vivem processos formativos. A autora pormenoriza mais ainda a sua compreensão sobre esta dinâmica ao entender que:

Um movimento social que se traduz em cultura, nesta concepção, significa um movimento social enraizado, tanto no sentido de que suas raízes podem ser encontradas na própria memória histórica do povo a que representa ou do qual faz parte, quanto no sentido de que deita raízes para uma continuidade histórica que vai além de si mesmo, ou de lutas imediatas que caracterizem sua atuação em uma determinada conjuntura política. Trata-se da herança que traz e também que pode deixar, ou não, para as novas gerações de lutadores sociais, o que quer dizer um lugar menos ou mais significativo na história ou na memória de seu povo. (CALDART, 2004, p.40).

Nesse entendimento, o movimento desenvolve cotidianamente uma série de práticas culturais que perpassam suas místicas, marchas, ocupações e noites culturais. Nesse caminho, para Caldart (2004, p. 348):

A potencialidade pedagógica da coletividade, ou mesmo das práticas organizativas e das relações sociais, não é uma novidade proposta pelo Movimento. Podemos dizer que há mesmo uma tradição pedagógica dessa reflexão, em grande parte vinculada às reflexões sobre a dimensão educativa do conjunto das práticas culturais.

Em relação ao estudo sobre as místicas do MST, ressaltamos no trabalho de dissertação de mestrado (PEREIRA, 2014, p.13) que “[...] por meio do contexto de luta que os militantes construíram suas práticas culturais; e as místicas, sendo parte delas, foram

responsáveis pela socialização do processo de luta desenvolvido pelo movimento”. No mesmo caminho, as narrativas se manifestam como atos políticos por meio do universo da luta de classes. Pode-se reforçar, assim, que as atividades de cunho político e cultural do MST contribuem para a formação dos trabalhadores rurais sem-terra, ao

Percebemos que, além das atividades que realizam nos acampamentos e assentamentos, elas ajudam na formação dos militantes, o que dá experiência para enfrentar os desafios. Por outro lado, as práticas culturais da organização também contribuem para a formação dos sujeitos como lideranças da organização a partir da assimilação da ideologia do MST (PEREIRA, 2014, p.137).

Por outro lado, quando tomamos por inspiração o pensamento de Benjamin (1994), vemos que os sobreviventes têm muitas histórias para contar, pois têm uma trajetória que passa pelo antes e o após o episódio. Isto é, os sobreviventes contam histórias que têm referências de sua trajetória antes do ingresso no MST e do contexto do próprio episódio, como pode ser visto na passagem do depoimento do sobrevivente 8:

Eu me criei no Maranhão com meus pais até 18 anos de idade, com 18 anos vim para o Pará, nessa região do Marabá. Fiquei em Marabá um ano e fui para Belém, fiquei dois anos lá trabalhando na casa de família. Aí vim de Belém para Parauapebas, sempre trabalhando na casa de família, restaurante. Aí tive meu menino em Parauapebas, eu ganhei Vanderlei, ele é de 1993. No final de 1993 para o início de 1994 eu vim para Eldorado, porque eu queria, eu estava atrás de um pedaço de terra em algum lugar para mim fazer uma casa para mim morar e criar ele. Eu não tinha casa, eu morava em quatinho de aluguel. (Trecho da entrevista/sobrevivente 8).

A condição de viajante levou os sobreviventes a se depararem com problemas sociais da região Sudeste do estado do Pará. Em outras palavras, pode-se dizer, também, que existe um saber cultural que está ligado ao estilo de vida de quem mora no campo. A esse respeito, no trabalho de mestrado já citado, (PEREIRA, 2014, p.137) destacamos que:

A formação que o MST disponibiliza para sua militância se dá pelo menos de duas maneiras: a formação dos sujeitos na luta diária, no convívio social com os acampados e assentados; e por meio da apropriação dos saberes sistematizados sobre as lutas históricas, o que possibilita reflexões.

Assim, os espaços de atuação do movimento e os momentos narrativos dos sobreviventes do massacre da “curva do s”, além de enfatizar as vivências que tiveram no dia 17 de abril de 1996, os sem-terra rememoram a trajetória de vida de Oziel Alves, tanto pela sua ousadia até no momento da sua morte e de sua contribuição na luta pela terra. Isto nos possibilita dizer que há elementos significativos, como o que sinalizam Alves e Medeiros (2016, p.62):

[...] o monumento representado por 19 castanheiras que simbolizam as vítimas e que se localiza no lugar exato onde ocorreu o massacre desses trabalhadores, sem contar o uso que se faz da literatura através da prática de produção de poemas para transmitirem a suas experiências sofridas.

O monumento criado com as castanheiras²⁶ se constitui como um dos significados para a luta dos sem-terra. Além do monumento, outro elemento político é o local em que a maioria das vítimas do massacre de Eldorado dos Carajás foi sepultada²⁷, sendo que este é simbólico por fazer parte do memorial e por evocar as lembranças de luta e do dia 17 de abril de 1996.

2.4.1 O Monumento Eldorado Memória e a dimensão simbólica das narrativas

Existem vários elementos ou situações que reforçam o cenário de conflitos por terra, que podem ser vistos como expressão do acirramento da luta de classes no Pará. Um caso emblemático foi a destruição do monumento criado pelo arquiteto Oscar Niemeyer em homenagem aos 19 trabalhadores mortos no episódio. Tal fato pode ser visto em pormenores no seguinte relato:

O renomado arquiteto Oscar Niemeyer projetou uma homenagem aos Sem-Terra mortos. O Monumento Eldorado Memória, inaugurado no dia 7 de setembro de 1996 em Marabá (PA) foi destruído dias depois. Quem teria sido responsável pelo ato terrorista? Alguém ousa responder? Niemeyer não se surpreendeu: “Já esperava. Aconteceu o mesmo quando levantamos o monumento em homenagem aos operários mortos pelo Exército na ocupação da Companhia Siderúrgica Nacional em Volta Redonda”, disse o arquiteto. (A VERDADE, 2012).

O ataque ao monumento na cidade de Marabá no mês de setembro de 1996 reforça certo estigma que o MST e suas lideranças sofrem na região. Isto porque os monumentos, as práticas culturais e atividades políticas são representações simbólicas ligadas aos trabalhadores rurais sem-terra. Após a destruição do monumento, outro foi erguido em 1999, com incentivo dos sobreviventes com a coordenação de Dan Baron²⁸. E é nesse contexto que são realizadas algumas das principais atividades do MST, especificamente no mês de Abril, com os jovens militantes, o assentados e acampados ligados ao movimento.

²⁶ Árvore típica da região do massacre de Eldorado dos Carajás.

²⁷ As vítimas foram sepultadas próximas umas das outras, de modo que existe um cenário no cemitério da cidade de Curionópolis que permite lembrar das vítimas, das viúvas, dos filhos e da luta do MST. Além dos sobreviventes que sobreviveram por sorte da carnificina.

²⁸ Educador popular e artista, com formação em Teatro Político na Universidade de Oxford.

IMAGEM 5: Castanheiras que simbolizam os 19 sem-terra assassinados em 1996, o monumento foi erguido em Abril de 1999, com a coordenação do educador Dan Baron



Fonte: Acervo do autor.

O local do assassinato dos 19 trabalhadores rurais sem-terra, no ano de 2019, tornou-se Patrimônio Histórico e Cultural do estado do Pará²⁹. Isso está relacionado ao fato que a “curva do s” se tornou palco e espaço de formação política dos militantes do MST. Com o passar do tempo, após o massacre, os sobreviventes e simpatizantes do movimento passaram a realizar atividades artísticas e culturais para homenagear os mártires do dia 17 de abril de 1996, o que contribui com o processo formativo dos sujeitos.

A "Curva do S", onde ocorreu o Massacre de Eldorado dos Carajás, no dia 17 de abril de 1996, é agora Patrimônio Histórico e Cultural do estado do Pará. Reivindicação histórica do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, a lei 8.856 foi sancionada nesta quarta-feira (22) pelo governador Helder Barbalho (MDB). (BRASILDEFATO, 2019).

É valido lembrar que no dia 22 de maio de 2019, o espaço de manifestações e apresentações de práticas culturais do MST, no caso da “curva do s”, se tornou um bem do povo brasileiro, agora preservado por lei.

Após 23 anos do massacre de Eldorado do Carajás, o exato local na BR-155 que foi palco da morte de 19 trabalhadores sem-terra ganhou status de patrimônio histórico e cultural do estado do Pará. É que foi publicada nesta quinta (23), no Diário Oficial do Estado (DOE), a Lei nº 8.856 que declara e reconhece a chamada “Curva do S” como patrimônio. O governador Helder Barbalho sancionou a lei ontem (22). (ZEDUDU, 2019).

²⁹ Esta informação está disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/05/23/curva-do-s-palco-do-massacre-dos-carajas-torna-se-patrimonio-historico-do-para>. Acesso em: 09 de julho de 2020.

Desta forma, as castanheiras da “curva do s” são significativas e fazem parte do monumento em homenagem às vítimas daquele episódio. Neste patamar, há uma preocupação com a memória. Isto porque, como enfatizou Pollak (1989, p. 11), “[...] o denominador comum de todas essas memórias, mas também as tensões entre elas, intervêm na definição do consenso social e dos conflitos num determinado momento conjuntural”. A memória é resultado das relações que os agentes sociais foram constituindo e é marcada por momentos de conflitos e tensões.

Vemos em Caldart (2004, p. 54) que: “essa preocupação tanto com a preservação da memória como com o fortalecimento dessa simbologia da luta perpassa todos os processos de formação e de educação desenvolvidos pelo MST, enquanto prática, mas também enquanto reflexão teórica”. A partir desta dimensão, entende-se que o monumento evoca lembranças do passado, representa a luta dos trabalhadores rurais sem-terra e, ao mesmo tempo, a ausência daqueles que tiveram suas vidas ceifadas.

Em outras palavras, as narrativas representam a dimensão dos problemas e do contexto de enfrentamento vivido pelos sobreviventes, o que perpassa o trecho da entrevista com o sobrevivente 6:

As nossas narrativas quase todas é um significado só: é saúde, nosso salário melhor e um estado de vida melhor para nossa família, que isso nós ganhou na justiça. Nós ganhou na Justiça, está aí, não sei se você teve tempo de ler, tem a cópia dos processos aqui e todos anos é renovado para não ficar velho, para não ter aquela coisa de “Ah, isso aqui agora já caducou”. Todo ano é renovado aquilo e todo ano tem que renovar o mesmo processo, nós temos um advogado que briga lá mil e uma vez, mas ele não dá mais conta, já teve época de nós sair daqui oh, uma caravana de gente indo para lá, na hora que a gente se acampava lá a polícia começa a rodear. (Trecho da entrevista/sobrevivente 6).

Mesmo após mais de 20 anos do episódio, os sobreviventes se esforçam para expressar como compreendem a situação que viveram. Neste sentido, os sinais do tempo impregnados nas narrativas orais dos sujeitos, além das memórias, trazem percepções históricas das condições vividas no percurso da luta pela terra. Neste sentido, o depoimento da sobrevivente 2 relaciona-se à memória a partir da qual a terra é vista como o trabalho:

Eu acho que é importante todos ficar sabendo o que a gente passou, o que a gente queria, aonde a gente queria chegar e o que a gente queria depois que chegar na terra. Aí eu acho que é importante todo mundo saber, porque a gente queria era casa para morar; a terra para trabalhar e viver uma vida igualmente quem nunca comprou um palmo, viver melhor, que é o fazendeiro, que é dono das terras. Eu acho que é importante todo mundo saber, para quem não tem ir pra luta também, para conseguir. E ficar sabendo que nós tem muita terra, e a terra não deixou só para uma meia dúzia de homens não. (Trecho da entrevista/sobrevivente 2).

Dessa forma, o ato de falar sobre o massacre de Eldorado dos Carajás é o instrumento que deixa os indivíduos mais perto uns dos outros, ao mesmo tempo em que possibilita que as pessoas tenham conhecimento do universo de luta do MST. Além disso, na medida em que as narrativas são socializadas a história é compartilhada, e é diante disto que se enfatiza que “*quem conhece é no mundo todo, não é só no Brasil não, é no mundo todo*”. (Trecho da entrevista/sobrevivente 10).

2.4.2 O drama social dos sobreviventes

A partir da discussão baseada nos depoimentos dos sobreviventes, recorreremos à noção de drama social a partir do estudo realizado por Turner (1982), como referência para dar curso à análise do universo social e da situação em questão. Como antropólogo e pesquisador, o autor contribuiu com a reflexão sobre rituais e dinâmicas que apontam para fases ou processos dos dramas sociais de determinados grupos. É possível dizer que Turner se destaca de outros intelectuais de seu tempo, sendo descrito por Roberto Da Matta (2005, p. 25) a partir da ideia que: “[...] a maior diferença que Turner faz entre eles é o foco permanente e intenso [...], nos símbolos em movimento e nos sistemas de ação, quando toma o ritual como drama, e o drama (as crises políticas, sociais e de vida) como ritual, inventando um modo original e promissor de penetrar na vida de uma sociedade.” Portanto, Turner é responsável pelo modelo teórico do drama social, inspirado na proposta de “ritos de passagem” do antropólogo alemão Van Gennep. Esse modelo possibilita apreender os símbolos e rituais que interferem direta ou indiretamente na vida dos grupos sociais.

O objeto da análise de Turner (1982) foi os rituais e a relação com o teatro, os quais ele via em todos os espaços que frequentava, pois a paixão pelos rituais contribuiu para produzir conhecimento em antropologia (DAMATTA, 2005). Neste sentido, percebeu, por meio de seus estudos e ao testemunhar os rituais e os papéis que os indivíduos desenvolvem na sociedade, os valores e os dramas vividos pelos sujeitos. Por esta razão:

[...] Turner foi um estudioso obcecado pelas formas rituais, por aquilo que a sociedade se via obrigado a produzir, o que, como testemunhamos nos nossos desfiles carnavalescos, fica sempre aquém ou além dos entrecos, valores e personagens a serem dramatizados. Ele foi o criador de uma antropologia do drama e do ritual, levando os postulados de Arnold Van Gennep aos seus limites. (DAMATTA, 2005, p.26).

O drama se constitui como uma categoria de investigação que pode nos levar a compreender a sociedade e, ao mesmo tempo, o dispositivo que possibilita fazer leituras de mundo. Percebemos, então, que os estudos de Turner (1982) são relacionados à pesquisa do povo Ndembu. E, a partir da pesquisa etnográfica, o antropólogo pode compreender a

capacidade de organização e de ritualização de um grupo primitivo, o que o leva compreender a sociedade de modo geral. Assim:

[...] num contexto cultural como o dos anos 60, no qual o ritualizar passou a ser moeda corrente, aos estudos de Turner, centralizados nas propriedades dos símbolos Ndembu e na sua capacidade de deles extrair lições gerais, tiveram uma enorme repercussão, sobretudo entre os estudiosos que não podiam dispensar a questão de um centro pelo qual passavam os atos rituais (DAMATTA, 2005, p.27).

O trabalho de Turner dá importância à compreensão em que os símbolos constituídos pelas pessoas são de importância para identidade do grupo. Desta forma, a partir da pesquisa desenvolvida na aldeia Ndembu, o autor (1982) conseguiu compreender a dimensão simbólica dos rituais e dos signos para um grupo tradicional. Neste sentido, na medida em que o autor abordar elementos da cultura do povo Ndembu, procuramos aproximar a sua abordagem à compreensão dos elementos culturais e da situação vivida pelos sobreviventes do massacre de Eldorado dos Carajás/PA.

A vida em sociedade é marcada por fases que os indivíduos precisam atravessar, uma vez que os rituais que aparecem na vida social de um grupo são o dispositivo que faz parte da cultura, ao mesmo tempo que possibilita a travessia de um lugar para outro. Por outro lado, os sujeitos precisam lidar com os dramas sociais, e isto não é diferente para os sobreviventes do massacre de Eldorado dos Carajás, que tiveram a oportunidade de sair da cidade para o campo, sendo que, em tempos remotos, os trabalhadores rurais foram expulsos de suas terras. É frisado por Martins (1991, p.47) que “uma parte significativa desses lavradores têm se dirigido para as grandes cidades, à procura de uma oportunidade de trabalho, indo engrossar a massa marginalizada que vive em condições subumanas nas favelas, invasões e alagados”. Desde então, a luta na cidade é por uma vida melhor. No entanto, a realidade muda de forma significativa com o trabalho de base³⁰ dos militantes do MST e, posteriormente, com a ocupação de terra e o ingresso no movimento. A partir desta dimensão existe uma ruptura no modo de vida dos trabalhadores, que vivenciam uma nova realidade dentro do MST. Isto se intensifica com as tensões que os sujeitos presenciam no campo. É visando esta realidade que neste trabalho me refiro ao drama social, com o intuito de referir ao processo de transição da cidade para o campo, bem como do ingresso no movimento e do contexto da luta pela terra que transforma a vida dos sem-terra.

O drama dos sem-terra se intensifica com as experiências traumáticas, às quais os sobreviventes precisam lidar com as tensões e com os problemas que enfrentam no percurso

³⁰ Trabalho realizado pelos militantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, que contribui com o processo de organização dos trabalhadores para ocuparem terras, as quais não cumpre sua função social.

da luta pela terra no Brasil. Desta forma, a vontade de viver na terra e o massacre da “curva do s” mudou a vida dos sobreviventes e dos familiares das vítimas, o conflito e a morte de trabalhadores são fatores que transformaram a vida dos sobreviventes, das viúvas e dos filhos e filhas que ficaram órfãos, como é mostrado abaixo, no trecho da entrevista de uns dos sobreviventes, quando perguntei: “como eles viviam antes do dia 17 de abril de 1996?” O sobrevivente 3 esclareceu que:

Rapaz a minha vida antes do massacre eu acho que era melhor porque eu era mais sadio. E tudo enquanto na vida da gente é você ter saúde né, em primeiro lugar ter saúde é bom. Hoje, eu me sinto idoso e doente e tem... eu não sou bem sadio, estou vivendo porque a gente vive mesmo mais... não, o sonho que eu tenho é de viver bem, viver bem isso é o que eu quero é o sonho né. Viver bem no sentido de eu ter minha saúde, em primeiro lugar, e viver na minha casa, tranquilo. (Trecho da entrevista/ sobrevivente 3).

Os relatos dos sobreviventes dão uma dimensão da ruptura do modo de vida dos sem-terra, pois, quando os trabalhadores ingressam no MST surgem novas relações a partir das quais entra em choque o modo de vida anterior. Isso requer que eles passem por um processo de adaptação, que surge no processo de luta e se intensifica com a forma de lidar com o trabalho na terra.

Os grupos organizam sua vida social por meio de ciclos de atividades que são regidas por normas, as quais doutrinam os indivíduos pela forma que os símbolos e as práticas são socializados pelos sujeitos. Neste sentido, é exposto que “[...] em todos os grupos organizados, a vida social parece revelar um ciclo ou oscilação entre períodos em que se observa um conjunto de normas [...]” (TURNER, 2005, p.72) Isto quer dizer que os indivíduos precisam conhecer as regras de um determinado grupo para estabelecer uma relação com outros indivíduos na sociedade, mesmo que elas mudem por meio de novas políticas.

Pode-se dizer que existe, com o passar do tempo, a unificação dos símbolos, que cada vez mais fazem parte da cultura e da vida, pois porque a presença do símbolo no meio social cada dia passa a ser mais importante para os sujeitos, para que eles deem sentido para sua vida, o que possibilita que eles façam parte de um contexto. Geertz (2008, p. 35) apresentou que “[...] o apoio cada vez maior sobre os sistemas de símbolos significantes (linguagem, arte, mito, ritual) para a orientação, a comunicação e o autocontrole, tudo isso criou para o homem um novo ambiente ao qual ele foi obrigado a adaptar-se”. É o caso das narrativas orais dos sobreviventes do massacre de Eldorado dos Carajás – elas circulam no seio das comunidades, entre as pessoas que lutam pela terra. É frisado que:

Com o passar do tempo, tais símbolos vêm a absorver no seu conjunto de significados a maior parte dos aspectos fundamentais da vida social humana, de tal modo que, num certo sentido, chegam a representar a própria “sociedade humana”. Em cada ritual, afirmam a primazia situacional de um só aspecto, ou só de uns poucos aspectos; mas, por sua simples presença, asseguram para esses aspectos o temor reverencial que só a totalidade humana pode inspirar. Todas as contradições da via social humana, entre normas e pulsões, entre diferentes pulsões e entre diferentes normas, entre sociedade e indivíduo, e entre os grupos, são condenadas e unificadas em uma só representação, a dos símbolos dominantes (TURNER, 2005, p.77).

Isto nos leva a compreender que alguns símbolos são mais significantivos do que outros em determinado contexto social, sendo que alguns aspectos que movem a vida social dependem de símbolos, que muitas vezes se constituíram com sagrados, o que faz com que os indivíduos se comportem de determinada forma para manter uma relação com o universo místico. Neste sentido, podemos ver que “[...] o símbolo é a menor unidade de uma estrutura específica no ritual Ndembu (TURNER, 2005, p.83)”. Diante disto, vemos o papel que o símbolo tem na vida social de um povo, pois ele marca a sua identidade: “[...] um símbolo é, então, uma marca ou um destaque na paisagem, algo que liga o desconhecido ou conhecido.” (TURNER, 2005, p.83) Deste modo, o símbolo é algo que pertence a um grupo e um contexto social, mas que também tem papel importante para o indivíduo, pois é por meio do símbolo que o sujeito se identifica com a cultura e se dá a inserção no grupo ou no universo social que faz parte. Neste sentido, o autor assevera que:

[...] o papel do símbolo ritual pode ser bastante esclarecido ao se equacionar seu significado com seu uso, ao se observar o que os Ndembu fazem com ele, e não apenas o que eles dizem sobre ele. [...]. O observador deve considerar não apenas o símbolo, mas a estrutura e a composição do grupo que o manipula ou teatraliza atos com referência direta a ele (TURNER, 2005, p.86).

Percebe-se que o símbolo tem um uso para determinado público. No caso do povo Ndembu, ele tem um significado para a vida e sobrevivência do grupo, porque se insere em uma estrutura que compõe o perfil de um determinado grupo, tendo um papel no ritual e na vida do povo. É diante desta reflexão que se torna possível ver as narrativas do massacre como instrumentos que levam os sem-terra lembrar o episódio da “curva do s”, ao mesmo tempo que nos leva a compreender os símbolos (bandeira do MST; instrumentos de trabalho; monumento da “curva do s”, acampamentos/assentamento do MST e etc.) e os rituais (místicas; noite cultural; marchas; ocupações, mobilizações etc.) do cotidiano dos trabalhadores que fazem rememorar o contexto da luta de classes no sudeste do Pará. Na sociedade de Ndembu as cores eram vistas como simbólicas, na medida em que cada uma delas tem significado constituído ao longo da história. No entanto, algumas cores são mais

significativas do que outras, como é o caso das cores branca, vermelha e preta, que interferem diretamente na vida e nas relações sociais dos indivíduos. Podemos perceber isso por meio do texto “A floresta de símbolos: aspectos do ritual Ndembu”, que enfatiza que “[...] essa classificação tripartida está relacionada com as cores branca, vermelha e preta. Estas são as únicas para as quais os Ndembu possuem termos primários.” (TURNER, 2005, p.96) Desta forma, existe um conjunto de símbolos que cumpre um papel essencial na vida das pessoas em grupo, pois faz parte do cotidiano dos indivíduos. Neste viés, Turner (2005) aprofundou os seus estudos para compreender como os indivíduos se relacionavam com os objetos que circulam em sua volta. Assim, ele investigou como os sujeitos constituíam os seus símbolos.

É neste caminho que este trabalho faz uma síntese das experiências vividas pelos sobreviventes do massacre de Eldorado dos Carajás no dia 17 de abril de 1996, pois, como disse o sobrevivente 5:

Aquele foi um drama que eu passei muito pesado, fiquei encabulada pois nunca pensei que ia acontecer isso que aconteceu aqui, no nosso Brasil. Como aconteceu agora recentemente, viu, a chacina ali do Pau d'Arco, uma coisa doída, pesada e pesada. E os cabras que faz ficam impunes aí, não acontece nada. Dá aquele fingimento de colocar ele na cadeia, mas não vai, ou vai mais solta. Só os que vai para a cadeia são os que morrem, os que morrem vai para cadeia e os que ficam com sequelas, que teve aquele trauma. Aí é os que vai para a cadeia, como nós, que somos sobreviventes. (Trecho da entrevista/sobrevivente 5).

As narrativas dos sobreviventes articulam gestos que contribuem para constituir uma estrutura de significação do massacre. Assim, passam a ter uma importância para os sem-terra e para a geração futura, como pode ser interpretado no trecho da entrevista com o sobrevivente 9:

A história correta mesmo é a das pessoas que estavam mesmo, que sofreu pelo fato ocorrido lá no dia, essas histórias são as originais. Muita gente que conta esse evento que teve lá na “curva do s” não tem nada a ver; é o nosso nome esquecido, ele não é divulgado. Tem mais de 70 sobreviventes e essas pessoas estão esquecidas. Tem muita gente que não tem um salário, que estão pleiteando até hoje, que o governo não ajuda em nada, gente que passa necessidade até hoje. (Trecho da entrevista/sobrevivente 9).

É possível dizer que as narrativas orais, por serem uma das formas de representação de uma dada realidade concreta, podem configurar um sistema simbólico que serve para as pessoas compreenderem a luta, o drama e os sentimentos dos trabalhadores sem-terra.

IMAGEM 6: Local em que as mulheres e crianças se refugiaram no dia do massacre de Eldorado dos Carajás



Fonte: Acervo do autor.

Não obstante, alguns dos sobreviventes atribuem um valor de destaque à terra, principalmente, porque se referem às várias pessoas que morreram para que pudessem ter acesso a um lote, como disse o sobrevivente 11:

Antigamente eu era empregado e trabalhava na Vale. Passei um tempo trabalhando no Mato Grosso. Aí quando eu vim para movimento a ideia era ganhar uma terra, e ganhei a terra, mas depois do massacre, depois que muitas pessoas morreram para eu poder ganhar isso aqui. Aí eu valorizo muito essa terra que eu ganhei por causa disso, pessoas deram o sangue para que eu ganhasse esse pedaço de terra. Agora tenho um pedaço terra, família, essa casinha e, assim, e eu não estou lá, eu estou melhor porque não tinha nada disso, porque o cara que trabalha empregado para conseguir comprar um pedaço de terra e arrumar uma casa boa para ele morar a gente não consegue. Através do movimento, através disso aí eu ganhei um lugarzinho para eu morar e criar meus filhos. (Trecho de entrevista/sobrevivente 11).

Portanto, a terra é algo significativo por estar ligada à história vivida pelos sujeitos. Por isso, cada sem-terra tem algo para falar de sua luta. Deste modo, trazem consigo uma história marcada por inúmeros momentos de agonia e de embate com os proprietários da terra, que no presente redundam em sofrimento. Isso fica mais evidente no trecho da entrevista com o sobrevivente 4, quando afirma:

Rapaz minha vida hoje, depois que eu peguei esse tiro, não é muito boa não, é boa por umas partes e ruim por outras. Eu sou beneficiário do governo, mas não é

porque a gente é beneficiado que a gente vai dizer que está na boa né, porque eu não sou mais como eu era, eu não tenho mais a resistência que eu tinha antigamente. Antigamente eu pegava um serviço com toda asa, com toda a força, hoje eu não pego. [...] (Trecho da entrevista /sobrevivente 4).

Esses relatos expressam visões do passado e da trajetória dos sobreviventes do episódio que vem sendo discutido. A fala do sobrevivente 4 expressa um passado que ainda se atualiza no presente. Deste modo, as lembranças são marcadas por sentidos e significados que aparecem como formas de apreender e sistematizar a realidade vivida. Nesta perspectiva, observamos o caráter do depoimento do sobrevivente 7, ao depor que: “[...] o sentimento é que todo dia 17 de abril a gente tem um sentimento, vem a lembrança dos amigos da gente que morreu, a gente ver aquilo dali na mente da gente, dos que foram/morreu entendeu. A gente pede que não aconteça mais.” (Trecho da entrevista/sobrevivente 7).

O drama social dos sobreviventes perpassa o universo do massacre e é visto, por exemplo, no fato de lidarem com as suas memórias. Neste contexto, tangencia a reflexão das performances culturais para refletir sobre a noção de drama social. E nesta medida, no capítulo seguinte, esta discussão ocupará espaço relacionando à discussão das performances culturais com as experiências desses sobreviventes.

CAPÍTULO III

DISCUSSÃO DO MASSACRE DE ELDORADO DOS CARAJÁS À LUZ DAS PERFORMANCES CULTURAIS E DRAMA SOCIAL

O estudo das performances culturais contribuiu para ampliar o debate sobre o episódio do massacre de Eldorado dos Carajás, além de enfatizar o papel das narrativas no contexto da luta e atuação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, dando visibilidade às performances que podem ocorrer durante o ato narrativo. Esta abordagem teórica nos ajuda a entender os fenômenos culturais que surgiram por meio da análise das narrativas orais dos sobreviventes, o que contribui para entender os aspectos culturais e simbólicos que aparecem nos eventos narrativos, e sua relação com o processo de formação dos sujeitos ligados ao movimento.

3.1 A contribuição das performances culturais na análise do episódio do massacre de Eldorado dos Carajás

No processo de descrição das narrativas orais dos sobreviventes do massacre de Eldorado dos Carajás, apreendemos elementos dos desafios vividos por eles após o evento ocorrido no dia 17 de abril de 1996. Assim, estabelecemos nexos com a noção de drama social no curso da análise. Na presente discussão, levamos em consideração a parte do percurso dos sobreviventes até o ingresso no MST, e defendemos a tese de que há um contexto em que a luta de classes se relaciona com os conflitos por terra no campo, como foi o caso do episódio em estudo.

Muitos dos trabalhadores rurais sem-terra passaram por um processo de transição com a saída da cidade, onde não tinham condições de vida digna nas favelas, que se soma ao desejo de obtenção da terra para a sobrevivência. Deste modo, os sujeitos passam por uma ruptura no modo de vida, isto é, por meio do processo de transição do campo³¹ para a cidade, os trabalhadores rurais sem-terra se deparam com outros valores e culturas. Semelhante processo ocorre quando ingressam no MST; neste caso, existe uma ruptura e um drama social, porque os trabalhadores precisam se adaptar ao novo modo de vida no campo. Neste sentido, como demonstra Caldart (2004, p. 55):

³¹ O Brasil era uma colônia entre os séculos XVI e XIX, a economia girava em torno das grandes plantações ou da renda da terra. Mas com o avanço do agronegócio uma grande massa de trabalhadores migrou para as favelas, sendo que os trabalhadores que não tiveram uma ligação direta com a terra, os parentes ou os antecedentes da família tiveram em algum momento no passado, parafraseando Ferreira (2008).

[...] a vivência do sem-terra em uma situação de acampamento, certamente a marca mais forte da sua entrada na luta pela terra, e como essa experiência é incorporada, ou não, ao seu modo de vida, quando passa para a condição de sem-terra assentado. Parece que a ruptura de alguns padrões culturais que consegue, até com certa facilidade, fazer no acampamento, não continua no assentamento, sendo mais comum o retorno a uma tradição cultural anterior.

Essa trajetória no MST começa no período de acampamento e, posteriormente, com a formação do assentamento se desenvolvem novas experiências do cotidiano (CALDART, 2004). Neste ínterim, tendo à frente este universo, os trabalhadores vivem uma situação de drama social que tem a ver com os desafios de se adaptarem à vida no campo. Este drama tem relação com a ruptura do modo de vida e da luta para permanecer no campo, sendo fator importante para os sem-terra mediar uma série de conflitos no campo. Neste contexto, os desafios vividos pelos trabalhadores rurais sem-terra se intensificam no processo de enfrentamento do capital e, às vezes, as tensões podem levar à crise e à desordem no grupo social.

Essa jornada de luta, que se inicia, muitas vezes, com a saída da cidade rumo ao campo, cria espaços sociais que possibilitam a esses trabalhadores se depararem com várias situações que, de pontos de vista teóricos e analíticos, encontram um caminho no universo das performances culturais. Em nosso trabalho anterior (PEREIRA, 2014, p. 154) tivemos a oportunidade de perceber que: “[...] através dos espaços sociais que os sujeitos criam performances para jogar com as estruturas sociais. Neste sentido, as pessoas, em todos os momentos, estão atuando e levando outras pessoas a incorporar a sua atuação”. Deste modo, a mudança de cenário ou de espaços de atuação dos trabalhadores contribui para a aproximação com as performances culturais e com processos educacionais. No que diz respeito a tais processos, com ênfase na formação e na educação, Caldart (2004, p. 55) nos explica que:

Os diversos processos vividos em cada assentamento e a diferenciação percebida entre uma região e outra, entre origens étnicas, entre trajetórias de vida diferentes, mostraram ao MST que, mais ainda do que na organização inicial dos sem-terra, conhecer melhor a diversidade cultural que constitui a base social que chega aos assentamentos é fundamental para organizar o trabalho, não só da produção mas do conjunto de aspectos que compõem a vida em um assentamento. Também chama a atenção para quais devem ser as de ênfases da formação e da educação das pessoas, desde a fase inicial do acampamento.

Os sujeitos que vivem nos acampamentos e assentamentos do MST estão ligados a um conjunto de valores sociais, pois as pessoas que circulam nestes espaços compõem um espaço de interação entre culturas, saberes e costumes que interferem na vida e na formação dos trabalhadores rurais sem-terra. Ainda segundo Caldart (2004, p. 97), percebemos que: “[...] as vivências socioculturais que podemos identificar como básicas no processo de formação dos

sem-terra do MST: a ocupação da terra, o acampamento, a organização do assentamento, o ser do MST, e a ocupação da escola”. Isto significa dizer que aspectos da formação estão presentes no processo de luta pela terra.

Portanto, as narrativas dos sobreviventes nos possibilitam compreender os problemas desses trabalhadores, principalmente, pois são constituídas por intencionalidades que comovem os ouvintes nos diversos espaços de convivência e de atuação do MST. A dinâmica que gira em torno das narrativas orais contribui para os ouvintes desenvolverem novas ações. Em outras palavras, os narradores do episódio, de forma inconsciente ou não, criam ações por meio dos eventos narrativos para representar seu contexto social ou seus dramas. Assim, pode surgir uma performance ou várias performances que dão sentido à experiência de vida e às histórias dos sem-terra. Neste sentido, como trabalhado anteriormente:

Entendemos que a performance aparece através das experiências que as pessoas tiveram, isto é, ela é resultado das experiências dinamizadas historicamente. As pessoas, de modo geral, desenvolvem uma performance, porque vivem rituais todos os dias, e eles se repetem, o que contribui para tal performance (PEREIRA, 2014, p. 139).

Neste entendimento, as performances ocorrem conforme as pessoas desenvolvem os rituais cotidianos, como ocorre com os sobreviventes do massacre de Eldorado dos Carajás quando, por exemplo, sentem a necessidade de mostrar o corpo com marcas ou ferimentos decorrentes do episódio em questão.

Na medida em que um sobrevivente se coloca frente a uma audiência, ele articula uma performance que se torna o discurso do contexto social dos indivíduos, possibilitando circular uma poética. Esta compreensão tem a ver com a reflexão de Zumthor (2007, p.24), quando afirma que “[...] para o leitor, esse prazer constitui o critério principal, muitas vezes único, de poeticidade (literariedade). Com efeito, pode-se dizer que um discurso se torna de fato realidade poética (literária) na e pela leitura que é praticada por tal indivíduo”. Por isso, a narrativa é um caminho para realizar a interpretação de determinado contexto. Desta forma, as transmissões orais se constituem como uma das formas de compreender as histórias da vida das pessoas. Assim, o estudo das performances culturais nos ajuda na reflexão sobre as narrativas orais. É pensando nisto que Camargo (2013) apresenta que

Singer define vários componentes para o estudo das performances culturais. Primeiramente as características formais (determinado tempo de duração, um programa organizado de atividades; conjunto de atuantes; uma plateia; um lugar e uma ocasião. Em segundo lugar vem o que chama de palco cultural (casas, templos, lugares públicos, etc.). Por outro lado Singer também descreve a educação ou pedagogia das performances, como ela se propaga, o que possibilita a sua continuidade, na tradição hindu esta acontece em casa, de forma informal e casual.

Uma tradição, para ser entendida como tal, tem que se reproduzir, o que solicita análise deste processo, de sua pedagogia. (CAMARGO, 2013, p.13).

Diante das performances culturais como método de investigação, o objeto torna-se um fenômeno cultural para compreender os signos que suscitam ruídos na sua amplitude. Isto possibilita perceber as contradições que o objeto/fenômeno cultural desenvolve na sociedade por meio das relações sociais que as pessoas mantêm com sua tradição cultural. Além disso, as performances culturais possibilitam olhar para o conjunto de significados que um acontecimento pode propiciar. Assim, Camargo (2013) afirma:

Milton Singer define estritamente as Performances Culturais como o nome dado à análise de um acontecimento onde “x atuantes estão em frente à uma determinada plateia, interagindo num tempo determinado”. Estas atividades podem ser cultos, rituais, cerimônias, celebrações religiosas em templos, festivais, casamentos, recitais, teatro, danças, concertos musicais, canções, apresentação de música instrumental, textos verbalizados, poesia, a cena propriamente dita, temas, enredos e conflitos etc. Esta definição, na dinâmica proposta pelos dois teóricos citados (Singer e Redfield), suscita uma forma complexa e comparativa de análise. (CAMARGO, 2013, p.26).

As performances culturais contribuem para as discussões em torno das mudanças sociais e culturais. Para tanto, a reflexão começa a partir da análise de um evento cultural que nos leva a entender as razões sociais que influenciaram a mudança de um determinado contexto. Em outras palavras, as performances culturais, como forma de análise, contribuem para a compreensão simbólica de uma sociedade. Na opinião de Hartmann (2005, p.135)

A performance torna-se, portanto, não apenas mais um objeto de pesquisa, mas “o” objeto de pesquisa privilegiado para dar conta do universo multifacetado, fragmentado, processual e dialógico da cultura. Esse conceito, entretanto, como vimos, se salienta por possuir usos e conotações bastante diferenciadas.

A compreensão do método de análise das performances culturais nos ajuda a identificar os gêneros performativos que circulam na sociedade e que sofreram mudanças historicamente. Na visão de Hartmann (2005), a performance é o objeto de pesquisa que dá conta de entender um universo de significados de um contexto social. Daí a contribuição da reflexão das performances culturais para entender o universo das narrativas orais dos sobreviventes do massacre de Eldorado dos Carajás. Busca-se, com isso, uma compreensão teórica para falar da dimensão formativa das narrativas dos sem-terra.

Neste caminho, para Bauman (2014, p. 739), a relação entre interação e performances possibilita mostrar que as representações do cotidiano ocorrem por meio da cultura de um povo, pois:

Esta abordagem tem suas raízes na tradição durkheimiana que vê nas performances culturais eventos de exposição altamente reflexiva – formas culturais acerca da

cultura – nas quais os significados e valores mais profundos de uma cultura estão incorporados, representados e postos em exposição diante de um público. Assim materializadas e exibidas, estas representações permitem não somente a contemplação de verdades reconhecidas e que possuem autoridade, mas também a experimentação, a crítica e até a subversão. Assim, as performances culturais, nesta linha de pesquisa, fornecem ao antropólogo, ao teólogo, ao sociólogo ou ao historiador uma perspectiva privilegiada da cultura, uma porta de entrada iluminadora para perceber como os participantes se veem da forma como são e da forma como poderiam ser.

Segundo Bauman (2014), o filósofo, antropólogo, sociólogo e cientista francês Émile Durkheim contribui para a compreensão das performances culturais como método de exposição capaz de desenvolver reflexões para entender o universo do modo de vida de um grupo e suas relações sociais. A partir das performances culturais, nesta perspectiva, é possível apreender as experiências dos sujeitos que circulam por meio de práticas culturais, o que dá sentido e forma para descrever o cotidiano e a vida dos indivíduos, ou seja, o que os sujeitos vivenciaram ou vivenciam em determinado contexto social. Assim, a cultura é uma dimensão de análise das performances culturais fundamental para compreender a organização social dos sujeitos na sociedade capitalista. Neste contexto, os fenômenos analisados são eventos culturais ou sociais, nas mais diferentes situações do cotidiano.

Da mesma forma, também ressaltamos anteriormente (PEREIRA, 2014, p.146) que: “[...] em uma performance cultural do MST podem ser incluídos os gestos, as vozes e, entre os gêneros do discurso e da linguagem não verbal, o próprio silêncio, o qual, dependendo de quem interpreta, pode significar muita coisa”. Isso contribui para entender que no processo narrativo, quando os sobreviventes ficam em silêncio ou mostram as sequelas que ficaram pelo corpo, estamos diante de algo que é relacionado à performance cultural, visto que o vivido, por vezes, não pode ser mensurado por palavras. Não raro, algumas vezes quando as palavras fogem, lembranças os levam ao choro.

Faz parte desse processo o momento em que os sobreviventes demonstram onde foram feridos e como correu tal fato, além de se emocionarem ao lembrar dos companheiros de luta que tombaram. A expressão facial dos sobreviventes muda quando o assunto é o dia do episódio da “curva do s”, no semblante demonstram tristeza, ainda mais quando lembram como passaram a viver. Neste sentido, como temos estudado (PEREIRA, 2014, p.154), “a performance se consolida através de atos involuntários dos sujeitos, ou seja, acontece de forma espontânea na vida das pessoas através de suas relações sociais”. Isto significa dizer que vêm à tona gestos, movimentos, etc., quando os sobreviventes contam suas histórias.

O estudo de Turner (2005) sobre o povo de Ndembu permite entender a estrutura dos conflitos que os grupos vivem, ao mesmo tempo que ajuda a compreender como os símbolos

estão presentes no drama que os indivíduos vivem. Para Turner (2005, p.27), “[...] foram os conflitos endêmicos da sociedade Ndembu que levaram [...] a perceber o papel dos símbolos e a descobrir no seu conjunto um centro e um sujeito [...]”. Isto nos leva ao entendimento de como os grupos mantêm relações impregnadas de sentidos, pois, para o povo tradicional, a atividade cultural dos antepassados deve ser vivida por todos.

Os conflitos estão presentes em todas as esferas de uma sociedade, e de alguma forma isso despertou em Turner o desejo de estudar os dramas sociais – os elementos que fazem parte de um sistema simbólico de um grupo. Podemos perceber que os rituais de Ndembu, na visão de Turner, são ricos em significado milenar. É dito que “os Ndembu são um povo matrilinear, virilocal, com um alto grau de mobilidade espacial. Eles habitam pequenas aldeias com grupos de homens ligados por parentesco matrilinear, que são geralmente lideradas pelo membro mais velho da geração mais antiga (TURNER, 2005, p.31)”. Diante do exposto, é reforçado que o povo de Ndumbu tem uma estrutura social que orienta as práticas do grupo, isto é, a estrutura funciona como meio que possibilita uma relação entre os indivíduos.

Cada indivíduo que vive em uma sociedade é responsável pela sua cultura. No caso da aldeia Ndembu, cada membro tem um papel social na tradição e no meio social em que vive, ou seja, os indivíduos têm uma atividade específica nos rituais, que fazem parte de uma tradição, pois eles assumem tarefas que depois são assumidas pelos filhos.

O pai tem um papel importante no ritual. Ele deve se abster de relações sexuais até as feridas de seus filhos estarem cicatrizadas. Diz-se que no passado um homem mataria circuncidador que mutilasse seu filho. Por outro lado, a relação entre irmão da mãe e o filho da irmã não é ritualizada em todas as circuncisões, nem o irmão da mãe tem de praticar a abstinência sexual até que as feridas da circuncisão estejam fechadas (TURNER, 2005, p.34).

O ritual é o instrumento de propagação dos valores sociais. As crenças são socializadas e desenvolvidas no espaço de atuação do grupo através dos rituais, o que possibilita aos indivíduos desenvolverem costumes que mantêm uma relação de respeito ao próximo e à tradição a que o sujeito pertence. É por meio da reflexão sobre o ritual e prática de abstinência dos “chefes de família” da aldeia Ndembu, que os indivíduos deixam os seus legados para as futuras gerações.

É a partir do universo das performances culturais que surge a discussão de drama social e ritual, como categoria que serve para compreender os eventos culturais que ocorrem no cotidiano dos grupos sociais. Neste sentido, o debate sobre ritual e drama social visa a entender o processo narrativo que envolve o episódio da “curva do s”. Deste modo, os sujeitos

desenvolvem, nos espaços do MST, práticas ou rituais que se aproximam, do ponto de vista analítico, da compreensão das performances culturais.

Como frisado por Rafael Bellan Rodrigues de Souza (2012), ao desenvolver estudos sobre as práticas culturais do MST:

Em formato de rito, são performances que transcendem o espaço dos acampamentos e assentamentos e são consideradas quase obrigatórias nos encontros, atividades pedagógicas, como cartão de visitas e como forte componente dos próprios atos e manifestações políticas do grupo. (SOUZA, 2012, p. 47).

Nesta visão, as performances ocorrem em diversos espaços, o que não seria e não é diferente no cotidiano dos trabalhadores rurais sem-terra, pois estes se deparam com rituais que contribuem para a dinamização de eventos próximos de novas performances culturais. Assim, os rituais têm um papel importante na vida e na construção de interação social entre os sujeitos, além de alimentarem sua cultura.

Em sua origem, o ritual desempenha um papel no processo social e na vida de um grupo. Ele é necessário para que as mudanças ocorram internamente nos sujeitos, de modo que afeta a sociedade e transforma os indivíduos que realizam a ação, isto é, aqueles que realizam a atividade ritualística.

[...] os desempenhos do ritual como sendo fases distintas, no processo social, através das quais os grupos se ajustavam a mudanças internas e se adaptavam ao seu ambiente externo. Desse ponto de vista, o símbolo ritual transforma-se em um fator de ação social, em uma força positiva num campo de atividade (TURNER, 2005, p.49).

Por meio do estudo sobre a cultura do outro, no caso da cultura do povo Ndembu, que foi possível compreender que alguns símbolos se constituíram como “alimentos” para uma tradição. Neste sentido, é possível dizer que os indivíduos se alimentam dos significados e dos símbolos para manter viva sua tradição. Ao relacionar esta discussão com as narrativas orais dos sobreviventes do massacre de Eldorado dos Carajás, procuramos desenvolver uma discussão que possibilite compreender que os relatos sobre o episódio da “curva do s” são como “alimentos” que fortalecem a luta dos trabalhadores rurais sem-terra. Indo por este viés, Santana e Simões (2016, p. 68) descreveram que:

Os relatos orais traçam o caminho de uma história não oficial. Uma história que considera a vida cotidiana, o modo de viver, os saberes e fazeres, os conceitos, os comportamentos, tornado possível à historiografia dos heróis anônimos. (SANTANA; SIMÕES, 2016, p. 68).

Os relatos do episódio da morte dos trabalhadores rurais sem-terra no estado do Pará se constituem como elementos essenciais da sua formação política. A cultura é o alicerce que

orienta a prática e dá rumo para vida de um povo e depende de cada sujeito para sobreviver ao tempo. Desta forma, vale salientar que para cultura do povo Ndembu, os símbolos são significativos no processo de transição de um papel para outro, assim como no momento em que os indivíduos assumem responsabilidade diante do seu povo. Deste modo, os elementos simbólicos são fundamentais para a cultura, pois servem para mostrar a identidade dos sujeitos ou do grupo.

Neste processo, o grupo se apropria de um conjunto de símbolos e agrega outros, na medida em que cada indivíduo encara o ritual, e isto pode ser entendido melhor quando observamos que “[...] cada pessoa que participa do ritual o encara de seu ângulo particular de observação (TURNER, 2005, p. 57)”. Neste sentido, não podemos deixar de lado a capacidade que o indivíduo tem para cultivar e desenvolver outras atividades de cunho simbólico.

Pode-se manifestar os valores sociais de um grupo por meio de elementos que servem para significar sua história, isto é, o modo de vida. Os rituais aparecem como forma de mostrar os instrumentos e o universo da cultura que os sujeitos pertencem, como no caso das narrativas orais dos sobreviventes do massacre de Eldorado dos Carajás, que articulam elementos importantes para compreender o contexto social daqueles que vivem no campo.

3.2 As performances, as narrativas orais e o legado dos trabalhadores sem-terra

Neste momento destacamos o entendimento que, na medida em que o narrador socializa uma história, o mesmo articula expressões faciais e corporais que contribuem para o desenvolvimento de sua performance. Assim, os ouvintes ficam atentos e o evento cultural cumpre o seu objetivo, como ocorre com as narrativas orais dos sobreviventes do massacre de Eldorado dos Carajás, em que os sujeitos compreendem a luta dos trabalhadores sem-terra no MST. Neste sentido, o narrador desenvolve uma performance que ajuda a expressar melhor uma mensagem. É pensando nisto que Langdon (2007, p.8) esclarece que “[...] a função poética ressalta o *modo* de expressar a mensagem e não o conteúdo da mensagem.” (LANGDON, 2007, p. 8) Diante da ideia de que as narrativas orais expressam uma mensagem, investiga-se, no âmbito teórico-metodológico das performances culturais, os aspectos dos dramas e do ato narrativo como um acontecimento.

Assim como os rituais da aldeia de Ndembu, que manifestam a identidade dos sujeitos e se tornam um acontecimento para toda população, ao analisar as narrativas orais dos trabalhadores rurais sem-terra entende-se que elas se tornaram signos para a luta. E, se isto

acontece, é possível pensar que os sobreviventes vivenciam performances, se entendido com Schechner (2006, p.4) que:

[...] uma performance acontece enquanto ação, interação, e relação. [...] A performance não está “em” nada, mas “entre”. Deixe-me explicar. Um ator da vida cotidiana, em um ritual, em uma ação, ou em uma arte performática faz/mostra algo – executa uma ação. Por exemplo, uma mãe leva uma colher até sua própria boca, e então para a boca do bebê para mostrar à criança como ingerir cereais. A performance é a ação de levantar a colher, levando-a até a boca da mãe, e então à boca do bebê. O bebê, em princípio, é espectador da performance de sua mãe. Em algum momento, interage como co-adjuvante da performance, quando recolhe a colher e tenta repetir a mesma ação – normalmente em princípio errando a boca e sujando com comida os lábios e a bochecha.

Diante da abordagem de Schechner (2006) entende-se a performance como um ato de interação, o qual possibilita uma relação entre “eu-tu”, “tu-eu” e “nós”. Isto fica evidente na descrição de Schechner (2006), na medida em que descreve a relação da mãe com o filho, além de enfatizar o jogo de interação que desenvolvem diante da situação do momento. Por outro lado, o pensamento de Schechner (2006) nos permite dizer que o(s) narrador(es) do massacre que resultou na morte de 19 trabalhadores sem-terra, realizam performances, se julgarmos que as narrativas orais dos sujeitos afetam as pessoas. Isto é tratado por Amorim (2006, p.96), quando refletiu sobre o outro como parte de si, ao dizer que:

Os acontecimentos maiores que definem minha existência, meu nascimento e minha morte, não me pertencem. Porque, para que ganhem sentido de acontecimento, precisam ser situados em relação a um antes e a um depois. E não posso estar antes do meu nascimento nem depois de minha morte. O que faz Bakhtin dizer que “ninguém é herói de sua própria vida”. Somente posso me constituir como herói no discurso do outro, na criação do outro. O outro que está de fora é quem pode dar uma imagem acabada de mim e o acabamento, para Bakhtin, é uma espécie de dom do artista para seu retratado.

Em determinada situação social, cada indivíduo precisa do outro para estabelecer uma existência na realidade, assim como para ter um papel social no grupo a que pertence, ou em outros seguimentos da sua vida social. O outro articula uma rede de sentidos e significados em torno do eu, de tal forma que possibilita uma existência social, isto é, quem está fora é que cria uma imagem e dá sentido para vida social do eu. Pode-se dizer que a narrativa é o objeto que cria e dá suporte para as pessoas compreenderem o contexto do massacre de Eldorado dos Carajás. Em outras palavras, as narrativas orais dos sobreviventes dão sentido para o evento que aconteceu na “curva do s”, para vida dos trabalhadores e para luta do MST, pois, quanto mais são socializadas entre os sujeitos, mais as pessoas compreendem a situação vivida pelos sobreviventes no dia 17 de abril de 1996.

A partir do pensamento de Santana e Simões (2016), entende-se os aspectos que fazem parte de uma memória coletiva; assim, torna-se possível refletir sobre o papel das narrativas orais e suas representações na constituição da dimensão simbólica. O estudo desenvolvido pelos autores (2016, p. 66) nos leva a dizer que as narrativas têm a dimensão de reproduzir e de mostrar os elementos simbólicos que fazem parte da memória:

Assim, por meio das narrativas orais, os registros das histórias de vida e as *narrativas da vida* perpetuam-se entre gerações, continuando a viver dentro de uma memória coletiva. Tais narrativas fazem parte de um processo social de representações, de reprodução e de reelaboração simbólica. (SANTANA; SIMÕES, 2016, p. 66).

Santana e Simões (2016) nos possibilitaram refletir sobre as narrativas orais e dizem que as representações da história de vida são ligadas ao processo social em que os indivíduos vivem no contexto da luta de classes. As narrativas são simbólicas e sociais, portanto, são eventos culturais que possibilitam a construção de uma cena de determinado acontecimento. Ainda conforme Santana e Simões (2016, p. 68): “as narrativas orais são histórias construídas em torno de pessoas e lugares. Elas lançam vida para dentro da própria história, reconhecem os heróis anônimos e ainda proporcionam o contato entre as gerações”. A narrativa de vida é constituída de uma realidade vivenciada por cada narrador, isto é, a partir do cotidiano os indivíduos podem construir sua própria história. É possível dizer que por meio de uma cena construída pelas narrativas, apareça a performance de um acontecimento, uma vez que aparece no ato narrativo indicações de como os sujeitos agiram em determinado episódio.

Deste modo, os sobreviventes do massacre de Eldorado dos Carajás se aproximam das performances culturais, na medida em que têm a escolha de contar algo para seus ouvintes, visto que contar uma história exige um esforço para comunicar algo a alguém. Em Hartmann (2009, p.01), encontramos o seguinte esclarecimento:

[...] trabalho com o conceito sob duas perspectivas. Por um lado, identifico as narrativas pessoais com um tipo de performance cuja ênfase não estava no desempenho vocal e corporal do contador, mas no conteúdo da narrativa, ou seja, no “evento narrado”. Esta forma de manifestação, que chamei inicialmente de performance como desempenho, possui como principal característica o foco na experiência do narrador, que utiliza a performance como forma de organizar esta experiência (para si mesmo) e transmiti-la à comunidade.

As performances de narradores estão relacionadas à construção de uma ação que representa o contexto social de uma época, de uma determinada realidade ou de uma determinada situação social. Também, o que pode ser dito é que uma performance não é solitária, isto é, a performance é um ato coletivo, visto que cada evento tem plateia/audiência.

As narrativas orais dos sobreviventes do massacre de Eldorado dos Carajás precisam de plateia para o evento se constituir como performances, que podem ser observadas por meio da ótica das performances culturais. Isto não é diferente do teatro, como nos explica Camargo (2011).

Singer nomeava como “performances culturais” estas experiências concretas e contraditórias, observáveis por um estranho, e que podiam ser registradas para o estudo. As performances culturais, nesta perspectiva, são o registro de unidades condensadas de observação e das impressões nelas deixadas. Então atenção (!), não são qualquer fenômeno da vida cotidiano, onde tudo pode ser “performance”, mas acontecimentos que condensam determinado fato cultural para sua observação. Assim a performance e as Performances Culturais são duas entidades totalmente distintas, antes de mais nada a última é plural. (CAMARGO, 2013, p.13).

A abordagem das performances culturais nos leva a fazer algumas reflexões sobre determinado objeto, considerando a amplitude e o contexto de cada objeto que circula na sociedade, tais como os fenômenos culturais que fazem parte do cotidiano. Desta forma, pode-se analisar alguns eventos culturais que são praticados por certos grupos sociais, em que tais manifestações fazem parte de uma tradição cultural. Langdon (2007, p.9) aponta que o estudo da poética e da performance fazem “[...] parte da perspectiva da antropologia contemporânea”. Desta forma, o estudo das performances culturais é mencionado ao longo do trabalho com o intuito de contribuir com a reflexão sobre as narrativas orais, as quais circulam nos eventos culturais de formação dos trabalhadores sem-terra. Por outro lado, as práticas culturais do MST podem ser analisadas por meio de aporte teórico das performances, como as narrativas orais dos sobreviventes do massacre de Eldorado dos Carajás, por exemplo.

As narrativas orais contribuem para circulação de uma cultura e de alguma forma ajudam na formação dos sem-terra. Isso fica mais evidente no trecho da entrevista do sobrevivente 10, que relata como os sobreviventes são importantes para história e para luta, por isso ele fala: “[...] *rapaz, a gente conta isso aí para aquele pessoal que não acredita, que não conhece né; tem muito que não conhece, têm muitos que não acredita que aconteceu. E tem muitos que não era nascido e aí a gente conta para conhecer né, para saber né.*”

Compreende-se, assim, que as narrativas dos sobreviventes se tornaram um legado que faz parte da formação dos camponeses, levando a entender que a memória social mantém viva a tradição da luta contra o latifúndio. No que diz respeito a questão da formação, Caldart (2004, p. 96) mencionou que:

A segunda dimensão do processo de formação dos sem-terra é aquela onde se pode observar mais diretamente a experiência humana de participar do MST ao longo dessa trajetória histórica mencionada. Observando mais atentamente a dinâmica interna desse Movimento, é possível identificar algumas ações ou vivências que, pela força de atuação sobre as pessoas que delas participam, podem ser

compreendidas como processos socioculturais que possuem componentes educativos ou formadores decisivos na constituição da identidade dos sem-terra do MST, mesmo que por vezes sejam até negados nas escolhas morais cotidianas que cada trabalhador ou trabalhadora sem-terra tenha de fazer ao longo de sua vida, seja na condição de acampado, assentado ou militante da organização.

Além da participação no MST e da vivência com os processos socioculturais com a população do campo, os trabalhadores rurais sem-terra expressam em seu cotidiano suas histórias, memórias e os conflitos que foram submetidos na luta pela terra. É neste contexto que as narrativas orais dos sobreviventes do massacre contribuem com a formação dos trabalhadores e reforça a dimensão da luta de classes no estado do Pará. No mestrado (PEREIRA, 2014, p.144), enfatizei que “[...] os atos que os militantes desenvolvem perpassam por um rito que leva as pessoas a realizar performances, as quais servem para narrar a trajetória de luta dos trabalhadores sem-terra, na maioria das vezes representam os fatos negativos da história vivida pelos sujeitos”. Isto significa dizer que os sobreviventes do massacre de Eldorado dos Carajás não representam apenas suas vitórias por meio das narrativas orais, mas também os conflitos vividos no campo. Diante disso, essa abordagem enfatiza os aspectos que fazem parte da cultura política do MST, que circula nas narrativas dos sobreviventes.

3.3 Luta de classes, cultura política do MST e o massacre de Eldorado dos Carajás

Diante da análise das narrativas orais dos sobreviventes do massacre de Eldorado dos Carajás, foram sendo apontados elementos que fazem parte do universo dos trabalhadores rurais sem-terra. Alguns dos instrumentos de luta dos sujeitos ligados ao MST foram criados, ou surgiram conforme a necessidade dos acampados e assentados de se expressarem ou manifestarem suas experiências de vida e suas memórias. Conforme foi dito por Santana e Simões (2016, p. 65): “para entendermos as memórias *que se ficcionalizam* nas narrativas orais, abordamos esses bens simbólicos como elemento de representação cultural, que expressam o pensamento e a cultura de um povo”. É neste contexto que os indivíduos se relacionam diretamente com os objetos ou com os fenômenos culturais, que representam a história dos sem-terra, relacionada a elementos de um possível acirramento da luta de classes no contexto da luta pela terra no estado do Pará.

As narrativas orais sobre o massacre de Eldorado dos Carajás se tornaram um dos elementos que fazem parte da cultura dos trabalhadores rurais sem-terra ligados ao MST, o que faz dos relatos ou histórias dos sobreviventes algo fundamental para rememorar o passado vivido, além de demonstrar experiências que contribuem para o seu processo formativo. Neste viés, para Santana e Simões (2016, p. 65): “quando partilha suas vivências pessoais e

coletivas com uma plateia, de algum modo libertando-se do fardo solitário do testemunho, um narrador pode ouvir a si próprio e costurar suas reminiscências ao momento atual”. Estes instrumentos de luta são incorporados ao aspecto político, sendo usados no intuito de demonstrar as injustiças sociais e o contexto de repressão vivido pelos sujeitos do campo.

A cultura política que existe no MST está presente no modo de resistência dos trabalhadores, no processo de organização dos sem-terra, nas histórias de vida e na forma como o movimento aglutina forças para ir contra os interesses do capital. E neste patamar, torna-se relevante o estudo das narrativas orais e das performances culturais dos sobreviventes para compreender a memória, a história, a cultura e o drama social que vivem.

Na referência à noção de cultura política, fizemos referência ao debate de Carneiro e Kuschnir (1999), que a percebem como uma esfera que faz parte da vida dos seres humanos, isto é, um conjunto de elementos que interferem na vida e nas relações sociais que as pessoas estabelecem entre si. Na visão dos autores, a cultura política está no modo das pessoas agirem, nas crenças, nas relações estabelecidas pelos sujeitos e até mesmo nos significados que são dados para o conjunto de regras e atitudes. Nessa perspectiva, a cultura política do MST tem relação com os instrumentos de trabalho, os objetos e com os símbolos que representam a luta pela terra, além de ter relação com suas práticas cotidianas, como as narrativas dos sobreviventes. Os mesmos autores enfatizam ainda que:

No nosso entender, a noção de cultura política refere-se ao conjunto de atitudes, crenças e sentimentos que dão ordem e significado a um processo político, pondo em evidência as regras e pressupostos nos quais se baseia o comportamento de seus atores. (CARNEIRO; KUSCHNIR, 1999, p.227).

Existe uma linguagem simbólica, política e cultural que contribui para formação dos indivíduos que ingressam na organização do MST, e que interfere no modo de vida dos acampados, assentados e militantes do movimento. Deste modo, existe uma cultura partilhada entre os sujeitos, que pode ter a ver com a descrição de Mauro (2006, p. 28):

Os assentamentos e acampamentos não podem ser vistos como entes isolados no município, mas como parte da sociedade local. É verdade que os mesmos tem particularidades e, por isso, precisam disputar, entre outros, as políticas públicas específicas, também, nos locais. No entanto ao redor dos assentamentos existem outros setores do campo, como os pequenos agricultores, pescadores, quilombolas, etc, bem como, os trabalhadores urbanos. Todos esses atores da classe trabalhadora estão interessados em políticas públicas e, se motivados, poderão lutar e se organizar, muito mais, que hoje, para a conquista das mesmas. A falta de creches, escolas, bibliotecas públicas, salas de cinema, lazer, emprego, estradas e urbanização, a discussão sobre o controle público do orçamento dos municípios, que precisam atender as demandas populares, é parte dos problemas locais que podem ser mobilizadores e organizadores para o empreendimento de uma nova cultura política no local e, de igual maneira, no país.

A inserção dos trabalhadores em diversos setores sociais, como afirmou Mauro (2006), permite ampliar a participação popular em diversos espaços da vida em sociedade. Por meio do processo de participação, os movimentos sociais podem ter forças para lutar contra as formas de opressão que ocorrem com os trabalhadores do campo e da cidade. A defesa dos interesses dos trabalhadores rurais sem-terra é uma das condições para a formação da cultura política do MST. Isto porque, conforme Caldart (2004, p. 88):

A ênfase aqui está na compreensão de como um processo de formação humana pode ajudar no fortalecimento cultural e político de um determinado grupo social que se constitui como sujeito de luta de classes. É assim que se pode compreender o sentido sociocultural das experiências de educação do MST, buscando apreender nos vínculos orgânicos de determinadas práticas educativas com o movimento social, a pedagogia que ajuda a reproduzir e a constituir a identidade dos sujeitos, potencializando os processos culturais produzidos no conjunto das lutas e da dinâmica de organização desse Movimento.

Neste contexto, é pensado o processo educativo dos trabalhadores rurais sem-terra por meio de um projeto social, no qual articulam a teoria e a prática, pois:

Se queremos educar os sujeitos de um novo projeto de desenvolvimento social para o campo, educar para a ação transformadora, isto quer dizer que precisamos de pessoas capazes de articular, com cada vez mais competência, teoria e prática, prática e teoria. Quem não sabe ligar uma coisa com outra, um problema com outro, quem não sabe juntar o que estuda na escola ou num curso, com a sua vida do dia-a-dia, com as questões que aparecem no trabalho, na militância, nas relações com as outras pessoas, não pode ser chamado de “bem educado” e não consegue dar conta dos grandes desafios que temos no contexto social de hoje, como cidadãos e como integrantes do MST. (MST, 1996, p. 11).

Como práxis que possibilita aos sujeitos enfrentarem os desafios da sociedade, por outro lado, a educação reforça o sentido de pertencimento e prepara os indivíduos para articular ações de enfrentamento da miséria e da desigualdade social. Conforme é destacado por Pretto (2009, p. 7):

A nossa luta é por liberdade, por justiça e que nós sejamos donos daquilo que fizemos e essa é a grande disputa de projeto. Tem vários partidos políticos no Brasil, mas, na realidade, só há dois projetos: o de quem quer ser dono daquilo que produz e os outros que querem enriquecer a custa dos outros. Nós estamos nessa disputa e é por isso que o movimento é tão perseguido.

Na tentativa de mudar essa lógica de exploração e da relação entre opressor e oprimido, o MST se tornou uma voz de contestação. Em outras palavras, o movimento luta por justiça e liberdade da população explorada. Por isso, para Caldart (2004, p. 26) cumpre-se destacar que:

Uma observação mais atenta nos permite identificar, então, um sentido que é político e, por isso mesmo, fortemente cultural nessa representação que aos poucos a sociedade passa a ter sobre o MST. Esse Movimento incomoda não somente porque traz de volta ao cenário político a questão agrária, que é o problema secular no Brasil. A impressão é de que o seu próprio jeito de ser é o que incomoda mais: suas ações, mas, principalmente, os personagens que faz entrar em cena, e os valores que esses personagens encarnam e expressam em suas ações, sua postura e sua identidade, que podem, aos poucos, espalhar-se e constituir outros sujeitos, sustentar outras lutas.

Nesse sentido, a partir de um conjunto de atividades e ações de enfrentamento ao capital, o MST se apresenta como uma espécie de ameaça para classe dominante, principalmente para os grandes proprietários rurais, que procuram barrar o seu projeto de desenvolvimento social. A despeito desse projeto que o MST vem consolidando ao longo de sua trajetória, é postulado que:

Seja através da comunicação, da arte, do estudo da própria história do grupo, da festa, do convívio comunitário como antídoto ao individualismo que é valor absoluto do capitalismo; seja também pelo acesso às manifestações culturais que compõem o patrimônio cultural da humanidade, seja pelo enfrentamento dos conflitos culturais que aparecem no dia a dia do nosso movimento. O que não podemos perder de vista é o objetivo maior de tudo isso, e que diz respeito não a um simples resgatar da chamada cultura popular, mas principalmente ao produzir uma nova cultura; uma cultura da mudança, que tem o passado como referência, o presente como a vivência que ao mesmo tempo que pode ser plena em si mesmo, é também antecipação do futuro, nosso projeto utópico, nosso horizonte. (MST, 1996, p. 20).

Desde sua constituição como movimento social, o MST reuniu elementos para valorizar e dinamizar sua cultura, a qual representa as experiências e saberes de conjuntos dos trabalhadores rurais sem-terra ao longo da história. Ao refletir sobre a questão da cultura junto ao movimento social, Caldart (2004, p. 35) ponderou que: “[...] trata-se de compreender o MST e os sem-terra como algo mais, ou com um ingrediente algo diferente; como sujeitos sociais que se produzem como sujeitos de uma cultura que tem uma forte dimensão de projeto, ou seja, de algo que ainda não é, mas que pode vir a ser”. No entender da autora, o próprio MST e os sujeitos ligados à luta pela terra são os ingredientes da formação da cultura, assim, trata-se de um contexto que contribui para a conscientização dos trabalhadores do campo acerca do desenvolvimento de um projeto social para a classe trabalhadora.

Nesta perspectiva, o processo de ocupação, a luta, as marchas, as noites culturais e as mobilizações dos sem-terra relacionam-se com a cultura política do MST. Portanto, as práticas culturais, como as místicas, as marchas, as mobilizações e as narrativas orais dos sobreviventes fazem parte de atos de protestos e da história de luta do movimento.

Por esse ângulo, as práticas culturais da organização aglutinam valores, saberes, comportamentos e sentimentos que contribuem para formação dos militantes. Diante da

possibilidade da consolidação de um projeto social, que envolve formação humana, o próprio movimento destaca que:

A educação pode ser considerada ao mesmo tempo um processo de produção e de socialização da cultura; pode ser ainda um processo de transformação cultural das pessoas, dos grupos. Neste sentido, em outros princípios de nossa proposta de educação já aparecem elementos desta relação necessária entre educação e cultura. O destaque aqui é para enfatizar especificamente o papel que cabe à educação no processo de construção/reconstrução da identidade cultural dos trabalhadores, e no nosso caso, dos trabalhadores que pertencem ao MST. (MST, 1996, p. 19).

Nessa compreensão, educação e cultura são elementos que visam à transformação social (MST, 1996). E, neste caminho, as ações e atividades do MST ligadas à educação procuram valorizar o caráter da luta e identidade cultural dos sujeitos, dimensão esta relacionada diretamente às narrativas orais dos sobreviventes do episódio apresentado.

Tais narrativas são como vozes daqueles que lutam para que sua trajetória não seja esquecida. Desta forma, no percurso de pesquisa que vimos traçando, como antecedentes da presente tese, havíamos destacado no trabalho já citado (PEREIRA, 2014, p.116) que:

Assim, as lembranças dos conflitos e das tragédias são refletidas nos poemas que circulam nas místicas do MST. E isto serve para denunciar o massacre dos trabalhadores sem-terra ocorrido em Eldorado dos Carajás, em 1996, além de outros acontecimentos que fazem parte da história do movimento.

Nesse contexto, lembremos que um possível acirramento da luta de classes no estado do Pará, é resultado das tensões e conflitos oriundos das disputas por terra entre trabalhadores e os latifundiários. Esses aspectos nos levam a refletir que, de forma paradoxal, surgem também elementos que potencializam a cultura dos membros do MST. Isto porque, conforme inferiu Caldart (2004, p. 191):

Começa então um novo capítulo na história de formação da identidade dos sem-terra, de modo geral marcado por muitos conflitos. Conflito entre os elementos da cultura que traz em si pela herança de gerações, e novas vivências socioculturais que projetam a produção de uma outra cultura, pela pressão de um tempo que foi proporcionalmente curto, mas cuja intensidade e densidade de experiência foi tão forte que não pode simplesmente ser esquecido sem que permaneçam algumas de suas marcas.

Em outras palavras, o processo de formação dos trabalhadores rurais sem-terra, em diversos níveis, com práticas educativas formais ou não, é relacionado a esse contexto de conflitos, em que a própria luta pela terra e o projeto do movimento são elementos orientadores.

Lembremos que essa luta do movimento social se estabeleceu por meio da mobilização que os trabalhadores realizaram na região de Marabá (PA). Portanto, tem como

histórico, segundo Nepomuceno (2007, p.188), que: “[...] no começo dos anos 90, o MST havia começado a atuar na região de Marabá, e, em cinco anos, havia deixado evidente sua força de mobilização.” Desta forma, a luta dos trabalhadores ligados ao movimento foi estabelecida no estado do Pará na década de 1990, mas existiam outras lutas isoladas entre trabalhadores e fazendeiros que foram precursoras de sua trajetória.

Neste percurso, é possível identificar elementos que se tornaram fundamentais para o encadeamento de uma cultura da luta pela terra, isto é, a ideia de ocupar e de resistir na terra tornou-se o elo e a nova perspectiva de uma vida no campo. Deste modo, a luta de classes se expressa em cada ocupação, em cada marcha e mobilização que os trabalhadores sem-terra realizam na sociedade. Surge nesse contexto, um conjunto de ações e de dimensões pedagógicas num ambiente em que, segundo Caldart (2004, p. 400):

O MST produziu-se historicamente como um ambiente educativo de formação dos sem-terra; mas cada uma de suas ações ou de seus tempos e espaços cotidianos pode ser produzido, intencionalizado, como um ambiente educativo, que de certa forma co-memora, traz de volta para esse coletivo em particular, a totalidade pedagógica que é o Movimento, sendo então capaz de fazer cada pessoa sujeito de um processo pedagógico especificamente voltado para sua formação. Ações, relações sociais, gestos, símbolos, co-memorações compõem esse ambiente que concentra ao mesmo tempo, e em um mesmo processo, diversos ingredientes pedagógicos, originários dessas diferentes matrizes pedagógicas produzidas pela humanidade ao longo da história de sua formação. Como fazer essa combinação de pedagogias e que temperos ir colocando no processo é uma tarefa que requer reflexão permanente e específica sobre cada ação, mas também sobre o movimento pedagógico que continua no MST como um todo.

As ações que os sujeitos desenvolvem por meio da organização do MST consolidam aspectos da formação e contribuem para que fatos que fazem parte de uma memória social e cultural sejam rememorados e atualizados constantemente. Por outro lado, essas práticas também apresentam dimensões políticas na medida em que evidenciam um caráter de protesto e contestação social.

Não obstante, a principal empresa que atua na região sul do Pará na exploração dos recursos naturais é a Vale S.A., que antes era estatal. Ela se constituiu como uma grande empresa antes de ser privatizada pelo Governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), no final da década de 1990. Os sócios fizeram vários investimentos e, ao longo dos anos, a empresa passou a ter o poder de controlar as terras, como a Serra dos Carajás, na cidade de Parauapebas, e as pessoas que atuam em órgãos públicos. Isso possibilitou à Vale S.A. comprar “tudo e todos” no/do estado do Pará. Diante disso, o MST, por meio de suas ações (ocupação da ferrovia) no Estado, aos poucos se tornou um grande rival da empresa, já que mexeu com a estrutura e com os interesses da antiga estatal. Segundo Nepomuceno (2007,

p.188), “[...] a ocupação de terras da Vale durou três dias, e as mais de duas mil pessoas foram retiradas à força pela Polícia Militar. O MST denunciou, na época, que dois de seus coordenadores foram detidos dentro da empresa e torturados pelos seguranças, que seriam policiais militares.” Isso possibilita reafirmar que o MST se tornou uma grande ameaça para os latifundiários. Além disso, a maioria das empresas e órgãos públicos se sentem ameaçados com a atuação da organização.

O estado do Pará é o lugar em que os conflitos entre latifundiários e sem-terra ocorrem diariamente. De acordo com Nepomuceno (2007), o estado do Pará é campeão na amostragem de morte de trabalhadores rurais, sendo que a maioria das mortes acontece no Sul e Sudeste do Estado. Os trabalhadores enfrentam a violência dos empresários em todos os momentos e quando eles não são assassinados acontecem de serem expulsos de suas terras e “silenciados”. Este caráter de conflitos e de violência no campo tem sido algo permanente ou constante, já que, conforme podemos ver, recentemente:

A chacina de Pau D’Arco foi a maior de 2017 no Brasil – seguida pelo massacre em Mato Grosso, que deixou 9 mortos – e na história recente do campo só perde para Eldorado dos Carajás, quando 19 pessoas foram assassinadas em 1996. De acordo com levantamento recente da CPT (Comissão Pastoral da Terra), 70 pessoas foram mortas em conflitos de terra somente em 2017, o maior número desde 2003. Desse total, 22 aconteceram no Pará, saldo que coloca o estado no topo dos locais mais violentos para viver no campo. (PONTE, 2018)

O número de conflitos e de mortes de trabalhadores do campo aumentou no estado do Pará nos últimos anos (PONTE, 2018). A violência tem sido um instrumento para intimidar ou torturar a luta dos sem-terra. Neste sentido, as narrativas orais dos sobreviventes assumem outra dimensão, pois se revelam como instrumento de denúncia e de rebeldia de quem não se cala diante da impunidade e da luta por justiça social. Neste viés, a cultura política se faz presente, pois, como enfatizado por Mauro (2006, p. 17):

A luta reivindicatória e social não pode estar separada da luta política. As lutas imediatas podem e, efetivamente, são elementos mobilizadores que no seu enfrentamento de classe, articulados à disputa política, permitirão o desenvolvimento de experiências concretas imprescindíveis na elevação do nível de consciência das massas. Separá-las é produzir uma fratura não só entre luta econômica e luta política, é também, impedir que o indivíduo torne-se consciente e sujeito de sua ação, quanto compreensão da totalidade.

Toda forma de luta reivindicatória ou social é política, como apontou Mauro (2006). As experiências que resultam do processo de luta social tornam-se ações que ajudam a compreender a realidade de quem vive no campo. Esse olhar nos leva a pensar que o processo

de luta pela reforma agrária e a dinâmica de enfrentamento do MST ajudam a forjar um tipo de sujeito social sem-terra que, conforme descreveu Caldart (2004, p. 34):

Esse Sem Terra, formado pela dinâmica da luta pela Reforma Agrária e do MST, pode ser entendido também como um novo sujeito sociocultural, ou seja, uma coletividade cujas ações cotidianas, ligadas a uma luta social concreta, estão produzindo elementos de um tipo de cultura que não corresponde aos padrões sociais e culturais hegemônicos na sociedade capitalista atual, e na brasileira em particular, inscrevendo-se no que poderíamos talvez chamar de um movimento sociocultural que reflete e prepara mudanças sociais mais profundas.

A cultura política do MST é fruto da relação entre o movimento e os trabalhadores do campo e da cidade. Os mesmos articulam uma rede de reivindicações que afeta os interesses da elite e apontam para as principais necessidades da população mais pobres, que vivem nas favelas e nas comunidades rurais. Por meio da relação social e cultural, os sujeitos produzem novas formas de agir e de lutar em prol de políticas públicas, as quais ajudam na sobrevivência dos trabalhadores. Em outras palavras, a dinâmica de luta do MST transforma o sujeito em ser sem-terra, vislumbrando um sujeito crítico e consciente da situação a que é submetido por meio do sistema capitalista. Conforme Caldart, (2004, p. 32): “ser Sem Terra hoje significa mais, ou não significa o mesmo, do que ser trabalhador rural ou camponês que não possui terra para cultivar, muito embora não seja possível entender a identificação Sem Terra sem compreender sua raiz na cultural camponesa e nas questões do campo”.

É possível ter uma noção do universo dos conflitos que ocorrem no país por meio das narrativas orais dos sobreviventes do massacre de Eldorado dos Carajás, isto é, os sujeitos que sofreram violências no campo nos ajudam a compreender melhor o contexto de repressão que os trabalhadores passaram porque almejavam permanecer no campo. As tensões e os conflitos que ocorrem por meio do universo da luta de classes são expressão da força dos latifundiários para manter a propriedade privada, o que fica mais evidente nos relatos dos sobreviventes que apontam o nível de intensidade dessa violência. É válido ressaltar ainda que:

A luta específica deve ser entendida como parte do conjunto de lutas e reivindicações da massa trabalhadora do nosso país. Pretendemos destacar que só a luta por moradia, ou só por terra, não resolverá os principais problemas do povo, se não estiverem associadas a um processo de politização das massas, contribuindo para elevar o nível de consciência política e de acúmulo de forças da classe. O grande desafio será conjugar as lutas mais diversas - mesmo as específicas - integrando-as a um processo de luta política por mudanças nas condições de vida de toda a comunidade e por mudanças profundas no sistema. (MAURO, 2006, p. 23).

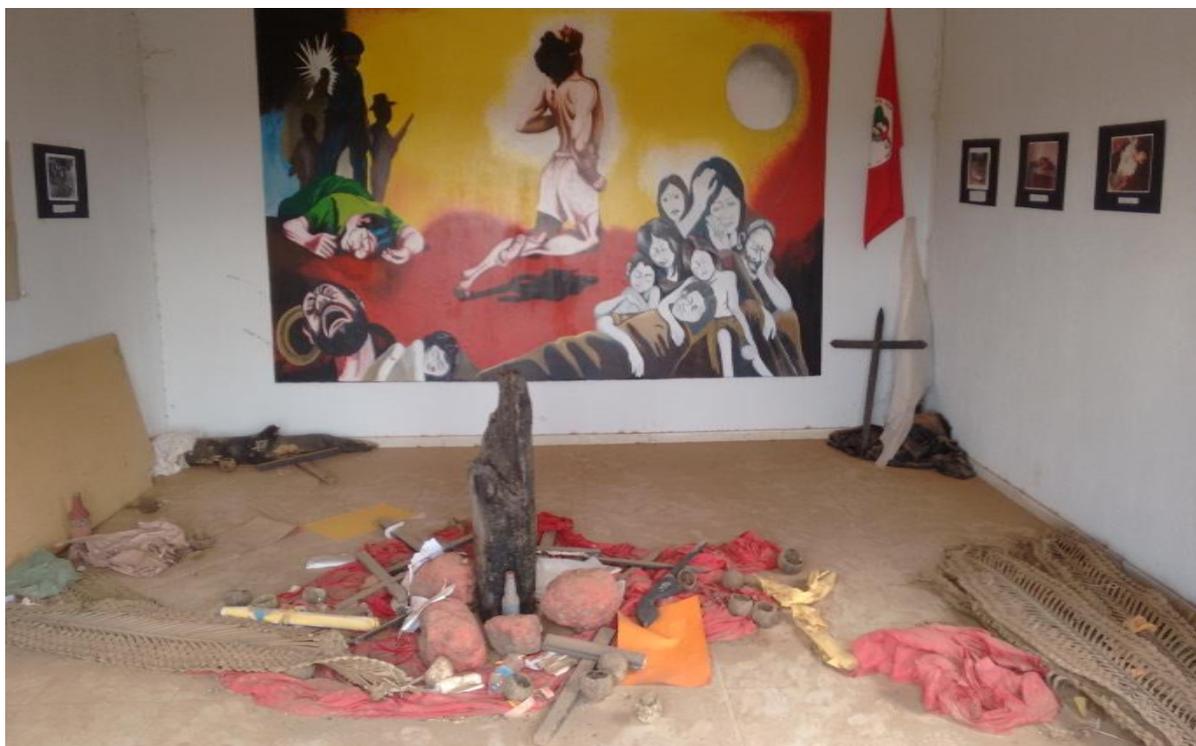
Percebe-se que a luta dos trabalhadores do MST pode ter iniciado com a perspectiva de conseguir terra para o trabalho e produção da sobrevivência. No entanto, este é o primeiro passo que exige novas lutas para se resolver os problemas da população do campo, como

afirmou o autor (2006). Isto nos permite dizer que a luta pela terra e pela sobrevivência dos sem-terra ajuda os trabalhadores se tornarem conscientes e críticos sobre a situação dos conflitos no campo.

Por isso, procurou-se desenvolver um estudo relacionado ao campo das performances culturais, privilegiando elementos que nos possibilitaram entender o drama social em que se encontram os trabalhadores rurais sem-terra, no contexto da luta de classes no estado do Pará. Neste sentido, o materialismo histórico-dialético foi uma referência teórico-metodológica com a qual se procurou compreender o contexto da luta de classes e o papel dos movimentos sociais na luta por direitos e justiça social. No mesmo sentido, a análise das narrativas orais do massacre de Eldorado dos Carajás procurou privilegiar a visão dos sobreviventes acerca desse episódio. Foi a partir desse percurso que, em diálogo e com o referencial das performances culturais, foi enfatizada, por um lado, a possibilidade de um drama social que os trabalhadores rurais sem-terra vivem, em particular o sobreviventes daquele episódio e, por outro, a cultura política do MST, que acaba por influenciar a formação dos seus militantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

IMAGEM 7: Local em que as vítimas do Massacre de Eldorado dos Carajás foram homenageadas na “curva do s”



Fonte: Acervo do autor.

Esta tese de doutorado dirigiu um olhar de compreensão para o universo do massacre de Eldorado dos Carajás, enfatizando o contexto do acirramento da luta de classes no estado do Pará, no âmbito das disputas pela terra entre trabalhadores rurais sem-terra e os grandes proprietários. A pesquisa empírica que deu origem a este trabalho foi realizada com sobreviventes do dia 17 de abril de 1996, sendo que 11 aceitaram ser colaboradores, quase todos provindos do Nordeste do Brasil e com o objetivo de trabalhar no estado do Pará e ingressando no MST. Este estudo contribuiu para analisar o drama social ou os dramas dos trabalhadores após o episódio da morte de seus companheiros de luta na “curva do s”, bem como para salientar a importância das narrativas orais no processo formativo dos sujeitos ligados ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

Por meio da análise das entrevistas (narrativas orais), foi verificada a pertinência de se trabalhar com dimensões analíticas que perpassam: migração; visão dos sobreviventes sobre o massacre; corpo ausente; esquecimento; medo; trauma; estado; formação; lembranças e luta, que conduziram a discussão e reflexão ao longo do trabalho. Deste modo, o texto discutiu o alcance do episódio para se compreender os dramas dos sobreviventes, os quais persistem 24 anos após a morte de trabalhadores sem-terra na “curva do s”. Por esta razão foi frisado o

papel do Estado na sociedade capitalista, para entender a relação entre os sem-terra e os fazendeiros, além da dinâmica da luta de classes. Por outro lado, foi destacada a situação a que os sem-terra são submetidos para a história do massacre não cair no esquecimento. Assim, os sobreviventes falaram da morte dos sem-terra, do medo, do trauma, da saúde e das condições de vida no campo.

Inicialmente, o aporte teórico de alguns autores, principalmente de Marx e Engels (1978, 1984, 1988, 1993, 1998, 2003, 2017) foi discutido, visando a abordagem desenvolvida por meio da análise das narrativas orais dos sobreviventes. Apoiei-me no debate desses autores, que trataram da dimensão da situação histórica entre duas classes e o papel da classe trabalhadora na sociedade capitalista. Diante da constituição de categorias analíticas foi possível falar do papel dos movimentos sociais e de outros elementos sobre o universo dos trabalhadores do campo. A partir da descrição e análise das entrevistas dos sobreviventes, foram surgindo novas reflexões teóricas. Esta abordagem contribuiu, ainda, para a discussão sobre o acirramento da luta de classes, uma vez que a luta pela terra é uma expressão da luta de classes no Pará.

Por meio da descrição das entrevistas dos sobreviventes, compreende-se que os episódios de conflitos que ocorrem na Amazônia, de modo geral, envolvem os interesses da elite brasileira, que não mede esforços para oprimir a classe trabalhadora. Na primeira parte do trabalho foi desenvolvida uma argumentação teórica que objetivou introduzir a reflexão das análises sobre o acirramento da luta de classes, a questão agrária no estado do Pará, movimentos sociais e das narrativas orais nos capítulos seguintes, principalmente no segundo capítulo, no qual foi realizada uma análise mais detalhada sobre o universo do massacre de Eldorado e dos dramas dos sobreviventes do massacre. O primeiro capítulo teve como base categorias como: luta de classes; trabalho; classe trabalhadora; revolução e projeto de sociedade. Estas categorias foram abordadas por Marx e Engels, que nos ajudaram a refletir sobre o regime capitalista e os dilemas da classe trabalhadora.

No segundo momento, o texto apontou os principais elementos que contribuíram para entender o contexto do massacre de Eldorado dos Carajás e o acirramento da luta de classes no estado do Pará, dando suporte para entender como funciona a sociedade capitalista e como os poderosos atuam no Sudeste do estado do Pará. Além disso, foi enfatizado os problemas ou dramas que surgiram por meio das análises das narrativas orais dos sobreviventes do massacre de Eldorado dos Carajás, como: a migração dos trabalhadores para o estado do Pará; a entrada no movimento; o que eles passaram a chamar de corpo ausente após o episódio, dando subsídios para entender o trauma e o medo de novos conflitos, além da luta para que a

carnificina não caia no esquecimento. Tais fatores contribuíram para uma compreensão da relação entre os sem-terra e o Estado, a qual os sobreviventes da “curva do s” vivem sendo massacrados até hoje. Na última parte do trabalho, a reflexão enfatizou o campo das performances culturais, que contribuíram para aprofundar o debate sobre narrativas e performances. Assim; foi possível ter uma dimensão da importância das narrativas orais dos sobreviventes para entender a história de vida e cultura política dos sem-terra.

Os sobreviventes do massacre de Eldorado dos Carajás viviam no anonimato das periferias até o dia 17 de abril de 1996, quando passaram a narrar os momentos que viveram na “curva do s”. As histórias dos trabalhadores fazem parte da luta e dos embates entre o campesinato e os latifundiários. Pode-se dizer que os sujeitos que ingressaram na luta e os que sofreram durante o massacre na “curva do s” foram vítimas na luta e nas narrativas orais, pois existe uma relação conflituosa entre os sem-terra e os fazendeiros.

As memórias dos sobreviventes do massacre de Eldorado dos Carajás e das vítimas aparecem nas manifestações e nos rituais, e de certa forma acarretam uma comoção entre os trabalhadores e simpatizantes do MST, em que os sobreviventes se tornam protagonistas da luta de seus companheiros que foram assassinados. Assim, os sonhos dos mártires é o alicerce da luta por justiça. Em outras palavras, as narrativas orais se tornaram, para os sobreviventes e para o MST, uma dimensão representativa do contexto da luta de classes no Sudeste do estado do Pará e no Brasil. Isso aconteceu, principalmente, porque os relatos denunciam a barbárie que ocorreu no campo com os sem-terra e lideranças de movimentos sociais e entidades. Neste contexto, a memória é algo que possibilita rememorar a história de vida e de luta dos indivíduos que sobreviveram, pois ela faz com que se lembre de momentos traumáticos e das experiências mais intensas vividas pelas pessoas.

A partir das narrativas orais foram surgindo a noção de drama social ou dramas, a que os sobreviventes foram submetidos com o massacre na “curva do s”. Além das sequelas, os mesmos se ressentem de várias necessidades para sobreviver no campo. Por outro lado, foi introduzida a reflexão sobre a luta de classes no estado do Pará, dando visibilidade para questão agrária como um dos fatores que contribuem para os conflitos entre trabalhadores e fazendeiros. É o caso do massacre de Eldorado dos Carajás, que é o resultado do conflito direto com a burguesia agrária, sendo que 19 trabalhadores morreram porque reivindicavam com os demais companheiros a desapropriação de terras para as famílias acampadas.

Ao abordar os conflitos que ocorreram na região Amazônica, o trabalho dá visibilidade aos sem-terra para compreender os episódios que expressam o universo da luta de classes, como o massacre de Eldorado dos Carajás. É por meio das narrativas orais que aparecem as

vozes, os sentimentos, as angústias e as dores, que persistem na vida dos sobreviventes, além dos problemas que os sujeitos passam após a barbárie de Eldorado dos Carajás. Desta forma, as narrativas orais dos sobreviventes se tornaram um grito dos excluídos da sociedade, a partir do momento em que elas surgiram e se apresentaram como função de denunciar os descasos que os sujeitos passaram depois do massacre na “curva do s”, além de mostrar as impunidades que ocorreram na sociedade capitalista. Portanto, até hoje existe uma luta entre os sobreviventes para que suas reivindicações sejam atendidas pelo Estado, que vai desde de sua permanência no campo até as indenizações que não foram implementadas para os sobreviventes da carnificina de Eldorado dos Carajás.

As narrativas dos sobreviventes do massacre de Eldorado dos Carajás possibilitaram constituir relações sociais, as quais contribuem para um processo de formação, de modo que existe uma relação entre o narrador e o ouvinte por meio da socialização da narrativa sobre a barbárie da “curva do s”. Nas narrativas perpassam as vozes dos que foram silenciados, e mesmo no estado de ocultamento, as histórias orais falam por aqueles que morreram, pois elas são uma das formas de expressão que os sem-terra usam para serem ouvidos pela sociedade. Por meio da história do massacre de Eldorado dos Carajás foi possível ter uma visão do cenário da luta, da trajetória e do contexto histórico que os sujeitos vivem, no qual os trabalhadores fizeram e fazem parte.

Diante da abordagem que discutiu o universo da luta de classes no estado do Pará, o trabalho analisou que as narrativas orais dos sobreviventes do massacre de Eldorado dos Carajás se constituíram como expressões de uma formação política e de uma forma de resistência frente ao contexto dos conflitos pelas disputas pela terra e luta de classes, como dimensões do problema da pesquisa desenvolvido ao logo do trabalho. Neste contexto, as vozes dos sem-terra foram se incorporando a história de vida dos sobreviventes ao massacre de Eldorado dos Carajás que, ao serem socializadas por meio dos relatos, das práticas culturais e da dimensão simbólica, contribuem com o processo formativo dos sujeitos ligados ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

REFERÊNCIAS

- ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado**. 3 ed. Lisboa: Editorial Presença/Martins Fontes, 1980.
- ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de Estado**: nota sobre os aparelhos ideológicos de estado. 3 ed. Rio de Janeiro: Graal; 1985.
- ARROYO, M. G. Trabalho e educação nas disputas por projetos de campo. **Revista Trabalho & Educação**. Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Belo Horizonte, v.21, n.3, p.81-93, set./dez. 2012.
- ALONSO, Angela. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. **Lua Nova**, n. 76. São Paulo, p. 49-86, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ln/n76/n76a03.pdf> Acesso em: 22 de maio de 2017.
- ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo, Ed. Boitempo, 1999 – capítulos VI a VIII.3 (A classe-que-vive-dotrabalho e outros), p. 101-155.
- ALVES, Kelly Carlyne; MEDEIROS, Euclides Antunes de. História e memória do "Massacre de Eldorado do Carajás": exploração, conflito e violência no sul do Pará - 1995-2010. **Revista Desafios**. 3, 2016.
- A VERDADE. **O massacre de Eldorado dos Carajás**: se calarmos, as pedras gritarão. 2018. Disponível em: <http://averdade.org.br/2012/04/o-massacre-de-eldorado-dos-carajas-se-calarmos-as-pedras-gritarao> Acesso em: 27 de maio de 2018.
- BRASIL DE FATO. **"Curva do S", palco do Massacre dos Carajás, torna-se patrimônio histórico do Pará**. 2019. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/05/23/curva-do-s-palco-do-massacre-dos-carajas-torna-se-patrimonio-historico-do-para>. Acesso em: 9 de julho de 2020.
- BARBOSA, Catarina. **Condenados por massacre de Carajás cumprem pena em liberdade e têm apoio de Bolsonaro**. Brasil de Fato | Belém (PA), 2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/04/17/condenados-por-massacre-de-carajas-cumprem-pena-em-liberdade-e-tem-apoio-de-bolsonaro> Acesso em: 27 de maio de 2020.
- BAUMAN, Richard. Fundamentos da performance. **Soc. Estado**. 2014, vol.29, n.3, pp.727-746.
- BARKER, Colin. O movimento como um todo: ondas e crises. **Revista Outubro**, n. 22, 2º semestre de 2014. Disponível em: <http://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2015/02/Revista-Outubro-Edic%CC%A7a%CC%83o-22-Artigo-01.pdf>
- BARREIRA, César. **Crônica de um massacre anunciado Eldorado dos Carajás. Em perspectiva**, 13(4) – São Paulo, 1999.
- BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas I – magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BENJAMIN, Walter. O Narrador. in: **Obras Escolhidas**, vol. I (Tradução de Sergio Paulo Rouanet, Prefácio de Jeanne Marie Gagnebin), Brasiliense, São Paulo, 1985.

BEZERRA, Juliana. Serra Pelada. **Toda Matéria**. Disponível em: <https://www.todamateria.com.br/serra-pelada/#:~:text=Fechamento%20do%20Garimpo,15%20de%20novembro%20de%201983.> Acesso em 03 de setembro de 2020.

BOSI, A. **Dialética da colonização**. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

BOGO, Ademar. MST e a cultura. **Caderno de Formação**, n. 34. MST, 2000.

BOGO, Ademar. O papel da cultura no Movimento Sem Terra (1998). **Apostila cultura, arte e política no MST** - Coletivo Nacional de Cultura, 2014.

CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. 3. Ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2004.

CALDART, Roseli Salete. O MST e a formação dos Sem Terra: O Movimento Social como princípio educativo. In: Pablo Gentili; Gaudêncio Frigotto. (Org.). **A cidadania negada. Políticas de exclusão na educação e no trabalho**. 1ed. Buenos Aires: CLACSO, 2000. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9832>> Acesso em: 26 de maio de 2018.

CAMARGO, Robson Corrêa de. Milton Singer e as performances culturais: um conceito interdisciplinar e uma metodologia de análise. **Karpa**, n. 6, 2012.

CAMARGO, Robson; CAPEL, Heloisa; REINATO, Eduardo **Performances culturais**. São Paulo: Hucitec, 2011.

CAMPELO, Lilian. **Chacina em Pau D'Arco tem as mesmas raízes do massacre de Carajás**. Brasil de Fato | Marabá (PA), 2017. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2017/05/31/chacina-em-pau-darco-tem-as-mesmas-raizes-do-massacre-de-carajas/>. Acesso em: 25 de outubro de 2018.

CARNEIRO, L. P.; KUSCHNIR, K. As dimensões subjetivas da política: cultura política e antropologia da política. **Estudos Históricos** - Rio de Janeiro, v. 13, n. 24, p. 227-250, 1999.

COMPARATO, Bruno Konder. A ação política do MST. In: **São Paulo em Perspectiva**, volume 15, número 4, São Paulo, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392001000400012> Acesso em: 27 de maio de 2018.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA-CPT. **Diagnóstico sobre as situações de ameaças de morte contra trabalhadores e trabalhadoras rurais do sul e sudeste do Pará**. PARÁ, 2012. Disponível em: <http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/Diagn%C3%B3stico%20sobre%20as%20situa%C3%A7%C3%B5es%20de%20amea%C3%A7as%20de%20morte%20contra>

%20trabalhadores%20e%20trabalhadoras%20rurais%20do%20sul%20e%20sudeste%20do%20par%C3%A1%20%E2%80%93%20CPT,%202012.pdf. Acesso em: 27 de maio de 2018.

CARVALHO, Horacio Martins de. **Lutas Sociais do Campesinato na Contemporaneidade no Brasil**. Artigo publicado no Portal EcoDebate – 2015. Disponível em: <http://www.ecodebate.com.br/2015/08/10/lutas-sociais-do-campesinato-na-contemporaneidade-no-brasil-artigo-de-horacio-martins-de-carvalho/.agri>. Acesso em: 14 de julho de 2020.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO DOM TOMÁS BALDUINO - CPT. **Conflitos no Campo Brasil 2018**. Goiânia: CPT Nacional, 2019. Disponível em: <https://cptnacional.org.br/downloads-2/send/41-conflitos-no-campo-brasil-publicacao/14154-conflitos-no-campo-brasil-2018>. Acesso em: 02 março de 2020.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 4 ed. São Paulo: Vozes, 2011.

DAWSEY, John C. Schechner, teatro e antropologia. **Cadernos de Campo**, São Paulo, n. 20, 2011.

DAWSEY, John C. Turner, Benjamin e antropologia da performance: o lugar olhado (e ouvido) das coisas. **Cadernos de Campo**, São Paulo, n. 7, v. 2, p. 17-25, 2006.

DAWSEY, John C. Victor Turner e antropologia da experiência. **Cadernos de Campo**, São Paulo, n. 13, p. 163-176, 2005.

DAMATTA, Roberto. “Apresentação”. In: TURNER, V. **Floresta de Símbolos: aspectos do ritual Ndembu**. Niterói: EdUFF, 2005, pp. 15-28.

EMMI, M. F.; MARIN, Rosa Acevedo. Crise e rearticulação das oligarquias no Pará. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, v. 40, p. 51-68, 1996.

FERNANDES, Florestan. **Nós e o marxismo** – 1.ed. - São Paulo: expressão Popular, 2009.

FERNANDES, Florestan. **Mudanças sociais no Brasil**. 3. ed., Rio de Janeiro, DIFEL 1979.

FERNANDES, Cleudemar Alves. **(Re)tratos discursivos do sem-terra**. Uberlândia: EDUFU, 2007.

FRANCISCO, Wagner de Cerqueira e. "Serra Pelada". **Brasil Escola**. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/brasil/serra-pelada.htm>. Acesso em 27 de maio de 2020.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. 1.ed., 13. reimpr. - Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais e lutas pela educação no Brasil: Experiências e desafios na atualidade. ANAIS [...]. **Reunião Científica Regional da ANPED: Educação, movimentos sociais e políticas governamentais**. 24-27 de julho de 2016. UFPR. Curitiba.

GLOBO. **Corrida do ouro em Serra Pelada**. ©2013. Disponível em: <<http://memoriaglobo.globo.com/programas/jornalismo/coberturas/serra-pelada-corrida-do-ouro.htm>>. Acesso em: 2 maio 2017.

HARTMANN, L. Performance e experiência nas narrativas orais da fronteira entre Argentina, Brasil e Uruguai. **Horizontes Antropológicos**. PPGAS/UFRGS. n. 24, 2005.

HARTMANN, L. Corpos que contam histórias: performance e identidade de contadores de causos. **O Teatro Transcende**, v. 15, p. 16-25, 2009.

HALBWACHS, M. **A Memória coletiva**. Trad. de Laurent Léon Schaffter. São Paulo, Vértice/Revista dos Tribunais, 1990. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4359772/mod_resource/content/1/48811146-Maurice-Halbwachs-A-Memoria-Coletiva.pdf. Acesso em: 07 de março de 2020.

ISHII, Raquel Alves. “Ninguém sabe de nada, ninguém viu nada. todos calados”. Rio Branco: Nepan, 2017 (Periódico). Disponível em: http://www.academia.edu/36201083/_NINGU%C3%89M_SABE_DE_NADA_NINGU%C3%89M_VIU_NADA._TODOS_CALADOS_. Acesso em: 27 de maio de 2018.

LANGDON, Esther Jean. **Performance e sua diversidade como paradigma analítico: a contribuição da abordagem de Bauman e Briggs**. Antropologia em Primeira Mão é uma revista seriada editada pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, 2007.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **7 de setembro de 1979: a retomada da luta pela terra**. Rio Grande do Sul: MST. 3 de setembro de 2019. Disponível em: <https://mst.org.br/2019/09/03/7-de-setembro-de-1979-a-retomada-da-luta-pela-terra/>. Acesso em: 13 março de 2020.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. "O massacre de Eldorado dos Carajás Pará/Brasil". **Caderno de Formação**. São Paulo, n.32, 1999.

MST - MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. Princípios da educação no MST. **Caderno de Educação** n. 8. São Paulo, 1996.

MAURO, Gilmar. **Construir o poder popular - o grande desafio do novo século**. Mimeo. 2006.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto comunista**. Prefácio de João Alberto da Costa Pinto – Goiânia: Gráfica UFG, 2017.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Editora Moraes, 1984.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. 1. ed. Bauru, São Paulo: Edipro, 1998.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. Editora Vozes, Rio de Janeiro, 1988.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **Sobre literatura e arte**. 4. ed. Lisboa: Estampa, 1974.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos**. Lisboa, Portugal: Edições 70, 1993.

MARX, Karl. **Miséria da filosofia**. Lisboa: Editorial Estampa, 1978.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. (Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe) – 3. Ed. – São Paulo: Nova Cultural, 1988.

MARX, Karl. **O 18 Brumário e Cartas a Kugelmann**. 3. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

MARTINS, José de Souza. **Reforma agrária: o impossível diálogo**. São Paulo: EDUSP, 2000.

MARTINS, José de Souza. **Expropriação e violência: a questão Política no Campo**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1991.

MARTINS, Nelson Rodrigues. **Cartilha da Reforma Agrária**. Fundação INCA - Goiânia, 1986.

NEPOMUCENO, E. **O Massacre - Eldorado do Carajás: uma história de impunidade**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2007.

NEVES, Evandro Carlos Costa. **O MST construindo a luta no cotidiano: A experiência do Assentamento 26 de Março, em Marabá (PA)**. 2018. 156f. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Amazônicas) – Universidade Federal do Pará, Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares, Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas, Pará, 2018.

NATUSCH, Igor. **21 de janeiro de 1984: tem início o 1º Encontro Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, marco na fundação do MST**. DMT em debate: democracia e mundo do trabalho, 20 Jan. 2020. Disponível em: <http://www.dmtemdebate.com.br/21-de-janeiro-de-1984-tem-inicio-o-1-encontro-nacional-dos-trabalhadores-rurais-sem-terra-marco-na-fundacao-do-mst/>. Acesso em: 12 mar. 2020.

PENA, Rodolfo F. Alves. "Estado, Nação e Governo". **Brasil escola**, 2013. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/geografia/estado-nacao-governo.htm>. Acesso em: 14 jul. de 2020.

PEREIRA, Airton dos Reis. **Conflitos e violência nas disputas por terra no sul e no sudeste do Pará. II Congresso Internacional de História: produção e circulação de conhecimento histórico no século XXI**. Ponta Grossa (PR), 2015. Disponível em: http://www.cih2015.eventos.dype.com.br/resources/anais/4/1421500565_ARQUIVO_Artigo_AirtondosReisPereira_IICongressoInternacionaldeHistoriaPontaGrossa.pdf. Acesso em: 26 mai. 2018.

PEREIRA, Airton dos Reis. **A luta pela terra no sul e sudeste do Pará: migrações, conflitos e violência no campo.** Universidade Federal de Pernambuco. Programa de Pós-graduação em História. – Recife, 2013.

PEREIRA, A. de J. **As linguagens presentes nas místicas do MST no processo formativo da militância orgânica.** 2014. 157f. Dissertação (Mestrado em Performances Culturais) - Universidade Federal de Goiás, Escola de Música e Artes Cênicas, Programa de Pós - Graduação em Performances Culturais, Goiânia.

PRADO, Jr. Caio. **A questão agrária.** São Paulo: Brasilense, 1979.

PARÁ. **Dados municipais. Eldorado dos Carajás: história.** 2014. Disponível em: <http://www.eldoradocarajas.pa.gov.br/81/DadosMunicipais/>. Acesso em: 2 mai. 2017.

PONTE. **Como o Pará se tornou o território dos massacres no campo.** 2018. Disponível em: <https://ponte.org/como-o-para-se-tornou-o-territorio-dos-massacres-no-campo>. Acesso em: 27 mai. 2018.

POLITIZE. **Ditadura Militar no Brasil: resumo, origem e presidentes.** 2018. Disponível em: <https://www.politize.com.br/ditadura-militar-no-brasil/>. Acesso em: 27 mai. 2020.

POLLAK, Michael. **Memória, Esquecimento, Silêncio.** Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2. n. 3, 1989, p. 3-15. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2278/1417>. Acesso em: 07 mar. 2020.

PRETTO, Adão. **25 anos de luta pela terra.** Brasília: Câmara dos Deputados, Cedi, Coordenação de Publicações, 2009.

ROCHA, Manoel Ison Cordeiro. Estado e Governo: diferença conceitual e implicações práticas na pós-modernidade. **REVISTA UNIARA**, n.º 21/22, 2008/2009. Disponível em: <http://revistarebram.com/index.php/revistauniara/article/view/183/0>. Acesso em: 14 de julho de 2020.

RIBEIRO, Suzana Lopes Salgado. Educação e formação: bandeiras de luta para um movimento social. **Revista Trabalho & Educação.** Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Belo Horizonte, v.21, n.3, p.207-217, set./dez. 2012.

SANTANA, Gisane Souza; SIMÕES, Maria de Lourdes Netto. Vozes da memória: performance e práticas simbólicas nas narrativas orais do rio do engenho (ILHÉUS/ BAHIA). **Revista Memorare**, Tubarão, SC, v. 3, n. 2, p. 62-77 maio/ago. 2016. Disponível em: [www.portaldeperiodicos.unisul.br > index.php > article > download](http://www.portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/article/download). Acesso em: 12 março, 2020.

STÉDILE, João Pedro e FERNANDES, Bernardo Mançano; **Brava Gente: A trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil.** 3. reimp. Editora Fundação Perseu Abramo: São Paulo, 2005.

STÉDILE, João Pedro (org.). **A questão agrária no Brasil: o debate na década de 1990**. 2. ed. Expressão popular: São Paulo, 2013.

SCHECHNER, Richard. **O que é performance?** Performance studies: an introduction. 2. ed. New York & London: Routledge, 2006.

SCHERER-WARREN, Ilse. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. **Revista Sociedade e Estado**, UnB. Brasília, v. 21, n.1, p. 109-130, jan./abr. 2006.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Movimentos sociais: um ensaio de interpretação sociológica**. Florianópolis: Editora da UFSC. 1987.

SOUZA, Rafael Bellan Rodrigues de. **A mística no MST: mediação da práxis formadora de sujeitos históricos**. Tese de doutorado em Sociologia. UNESP. 2012.

SILVA, Sandro Ramon Ferreira da. **Teologia da Libertação: revolução e reação interiorizadas na Igreja**. (Dissertação de mestrado). Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2006.

TURNER, Victor. **From ritual to theatre: the human seriousness of play**. New York: PAJ Publications. 1982.

TURNER, Victor. **A floresta de símbolos: aspectos do ritual Ndembu**. Rio de Janeiro: EDUFF, 2005.

VITURI, Renée Coura Ivo; BURGER, Ednéia Regina. Metodologia de pesquisa em ciências humanas e sociais: história de vida como estratégia e história oral como técnica? algumas reflexões. **XI Encontro de Pesquisadores do Programa de Pós-Graduação em Educação: Currículo**, São Paulo, 2013. Disponível em: http://www.pucsp.br/webcurrículo/edicoes_anteriores/encontro-pesquisadores/2013/downloads/anais_encontro_2013/poster/reneecoura_ivovituri_edneiareginaburger.pdf. Acesso em: 27 mai. 2018.

YADO, T. H. M.; ROMAO, L. M. S. **Discurso sobre massacre de Eldorado de Carajás: a voz de um sujeito-jornalista**. In: V Jornada Nacional e Internacional em Análise do Discurso na Ciência da Informação, São Carlos. 2011. Disponível em: <http://www.jornadaadci.ufscar.br/pdfs/ebook/9.pdf>. Acesso em: 24 mai. 2018.

ZUMTHOR, Paul. **Performance, recepção, leitura**. São Paulo: Cosac Naify, 2007.

ZEDUDU. **Governador declara local do massacre de Eldorado como patrimônio do Pará**. 2019. Disponível em: <https://www.zedudu.com.br/governador-declara-local-do-massacre-de-eldorado-como-patrimonio-do-para/>. Acesso em: 14 jul. 2020.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. O campesinato brasileiro: uma história de resistência. **Rev. Econ. Sociol. Rural** [online]. 2014, vol.52, suppl.1, pp.25-44. ISSN 0103-2003. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-20032014000600002>. Acesso em: 14 jul. 2020.

ANEXO 1: ROTEIRO DE ENTREVISTA

- Como é o seu nome completo?
- Você nasceu no estado do Pará? Se não, como chegou aqui?
- Nesta entrevista vamos conversar um pouco sobre o contexto do Massacre de Eldorado dos Carajás/PA.
- Como ingressou no MST?
- O que você pode nos contar sobre o que ocorreu no dia 17 de abril de 1996? Como tudo começou?
- Na sua opinião, porque no percurso da marcha ocorreu uma chacina que vitimaram 19 trabalhadores?
- Como você costuma lembrar o massacre de Eldorado dos Carajás?
- Que histórias são contadas sobre o Massacre de Eldorado dos Carajás? Quem conta?
- Você concorda com os relatos ou com que as pessoas contam sobre o massacre? Por quê?
- Qual é o sentido ou significado das histórias contadas pelos sobreviventes do massacre?
- Depois de mais de duas décadas do massacre, quais são os sentimentos que ficam do dia 17 de abril de 1996?
- Como você vive hoje?

ANEXO 2: PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP



UFG - UNIVERSIDADE
FEDERAL DE GOIÁS



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: TÍTULO DA PESQUISA: O MASSACRE DO ELDORADO DOS CARAJÁS (1996-2018) E O ACIRRAMENTO DA LUTA DE CLASSES: narrativas dos sobreviventes e formação política

Pesquisador: Antonio de Jesus Pereira

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 72347417.0.0000.5083

Instituição Proponente: Universidade Federal de Goiás - UFG

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 2.337.290

Apresentação do Projeto:

As narrativas orais dos sobreviventes do massacre de Eldorado dos Carajás, sobre o que aconteceu no dia 17 de abril de 1996, na cidade de Eldorado dos Carajás (PA), podem ser vistas como elementos que possibilitam pensar a cultura política do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Isto porque existe uma luta dos sem-terra por justiça pelos crimes ocorridos neste episódio e que ficaram impunes; e são fatos presentes nas narrativas orais dos sobreviventes do massacre. Talvez as pessoas realizem, por meio do ato

narrativo, uma arte para dizer sua história, que pode ser discutida e investigada no âmbito teórico-metodológico das performances culturais. E, se isto acontece, é possível pensar que os sobreviventes do massacre de Eldorado dos Carajás realizam performances e desenvolvem uma arte poética quando narram o confronto que aconteceu na cidade Eldorado dos Carajás (PA) entre os trabalhadores sem-terra e a polícia. Observado isto, é possível dizer que a montagem da cena é construída por meio da narrativa. Isto possibilita pensar na dimensão de uma estética do drama social vivido pelo MST.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Analisar o processo narrativo dos sobreviventes do massacre de Eldorado dos Carajás (PA), procurando compreender se o contexto em que ocorreu está ligando a um possível processo de

Endereço: Prédio da Reitoria Térreo Cx. Postal 131

Bairro: Campus Samambaia

CEP: 74.001-970

UF: GO

Município: GOIÂNIA

Telefone: (62)3521-1215

Fax: (62)3521-1163

E-mail: cep.pepi.ufg@gmail.com



Continuação do Parecer: 2.337.290

acirramento da luta de classes no Estado do Pará. Além disto, procura-se saber de que forma as narrativas orais que circulam nos espaços do MST contribuem para formação de uma cultura política do movimento, visto que elas contribuem para representar o drama social que os sem-terra viveram no dia 17 de abril de 1996, data do episódio do massacre de Eldorado Carajás.

Objetivo Secundário:

- a) Estabelecer a compreensão teórico-conceitual sobre as narrativas orais e as performances dos sobreviventes do massacre de Eldorado dos Carajás;
- b) Analisar as narrativas orais e as performances dos sobreviventes do massacre de Eldorado dos Carajás, para saber quais as cenas são construídas por meio das narrativas dos sobreviventes;
- c) Perceber se existe uma ação simbólica que possibilita representar o confronto que ocorreu na 'curva do S' no dia 17 de abril de 1996, e como a oralidade mantém viva as memórias que os sujeitos viveram e carregam durante anos;
- d) Entender se a oralidade contribui para a construção de uma narrativa que mostram como ocorreram os fatos do massacre de Eldorado dos Carajás, também, como podem ser lidas as performances que os sujeitos constroem para representar o drama social dos semterra;
- e) Compreender como as narrativas são desenvolvidas nos espaços pedagógicos e políticos do MST visando saber o que representam e, assim, procurando saber se existe uma construção estética do drama social dos sem-terra por meio da narrativa;
- f) Analisar como acontece a representação do drama social dos sem-terra por meio das narrativas orais e pelas performances dos sobreviventes, isto para saber até que ponto tal representação contribui para a produção simbólica da cultura política do MST.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

O proponente da pesquisa garante o anonimato dos participantes, uma vez que são os sobreviventes do massacre em Eldorado dos Carajás (PA). Garante também o direito dos participantes não responderem às perguntas, com a preocupação de assegurar assistência aos participantes que manifestarem desconforto. O benefício da pesquisa reside principalmente na possibilidade de compreender a formação dos sem-terra pela via da narrativa, contribuindo para o fortalecimento das discussões, das reflexões e produção do conhecimento no campo instigante das performances culturais;

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A pesquisa propõe uma abordagem subjetiva da percepção de 10 sobreviventes do massacre em Eldorado do Carajás (PA), ocorrido em 17 de abril de 1996. É perceptível que a pesquisa lidará com

Endereço: Prédio da Reitoria Térreo Cx. Postal 131
Bairro: Campus Samambaia CEP: 74.001-970
UF: GO Município: GOIÂNIA
Telefone: (62)3521-1215 Fax: (62)3521-1163 E-mail: cep.pepi.ufg@gmail.com



Continuação do Parecer: 2.337.290

uma dor que pode estar, em boa parte, latente na esfera emocional dos sobreviventes. Mas a hipótese de detectar uma "construção estética do drama social dos sem-terra por meio da narrativa" faz da pesquisa um procedimento muito além de mero levantamento do que ocorreu no dia do massacre. É bem provável que ela revele uma maneira narrativa de lidar com a própria dor dos sobreviventes.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

O pesquisador apresentou para o protocolo de pesquisa o formulário devidamente preenchido das Informações Básicas, a Folha de Rosto, assinada pelo proponente e o coordenador do programa de pós-graduação em Ciências Sociais da UFG, o Termo de Compromisso do pesquisador adjunto e o TCLE a ser aplicado a 10 sobreviventes da chacina.

Apresentam o roteiro de entrevista. Apresentam o modelo do TCLE Corrigido.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Conclusão

O TCLE não deverá ser assinado pelos participantes, garantindo totalmente o seu anonimato, dado o grau elevado de risco que a pesquisa apresenta. Se o trabalho final do doutorado vier a ser publicado, os nomes dos participantes devem ser omitidos, ou substituídos por pseudônimos.

Após análise dos documentos postados somos favoráveis à aprovação do presente protocolo de pesquisa, smj deste Comitê.

Considerações Finais a critério do CEP:

Informamos que o Comitê de Ética em Pesquisa/CEP-UFG considera o presente protocolo APROVADO, o mesmo foi considerado em acordo com os princípios éticos vigentes. Reiteramos a importância deste Parecer Consubstanciado, e lembramos que o(a) pesquisador(a) responsável deverá encaminhar ao CEP-UFG o Relatório Final baseado na conclusão do estudo e na incidência de publicações decorrentes deste, de acordo com o disposto na Resolução CNS n. 466/12. O prazo para entrega do Relatório é de até 30 dias após o encerramento da pesquisa.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMACOES_BASICAS_DO_PROJETO_859703.pdf	17/10/2017 16:34:29		Aceito

Endereço: Prédio da Reitoria Térreo Cx. Postal 131

Bairro: Campus Samambaia

CEP: 74.001-970

UF: GO

Município: GOIANIA

Telefone: (62)3521-1215

Fax: (62)3521-1163

E-mail: cep.pepi.ufg@gmail.com



Continuação do Parecer: 2.337.290

Outros	ROTEIROENTREVISTA.pdf	17/10/2017 16:33:38	Antonio de Jesus Pereira	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	ModeloTCLEHumanasORIGINAL1.pdf	17/10/2017 16:27:14	Antonio de Jesus Pereira	Aceito
Declaração de Pesquisadores	TERMODECOMPROMISSOpesquisador.pdf	13/10/2017 10:46:48	Antonio de Jesus Pereira	Aceito
Folha de Rosto	FOLHADEROSTO.pdf	13/10/2017 10:41:33	Antonio de Jesus Pereira	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	ProjetoDOUTORADOAntoniodeJesus.pdf	23/06/2017 14:26:10	Antonio de Jesus Pereira	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

GOIANIA, 19 de Outubro de 2017

Assinado por:
João Batista de Souza
(Coordenador)

Endereço: Prédio da Reitoria Térreo Cx. Postal 131
Bairro: Campus Samambaia CEP: 74.001-970
UF: GO Município: GOIANIA
Telefone: (62)3521-1215 Fax: (62)3521-1163 E-mail: cep.prpl.ufg@gmail.com